Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quinta-feira, 25 de abril de 2024
Ano CVII ● Número 29.596
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE

Compliance de dados e a privacidade segundo a LGPD são cruciais. Por Gabriel Fortes, **página 2**

ADEQUAÇÃO À LGPD EM CONDOMÍNIOS

Proteção da privacidade e evitar penalidades. Por Mariana Lopes e Isabela Cardoso, **página 2**

SUPERÁVIT: MILEI NÃO FEZ MILAGRES

Imposto inflacionário e cortes 'loucos' tornam resultado insustentável. Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Pobreza cai em 25 estados e no DF para menor nível desde 2012

Perspectiva é que redução continue em 2024

A taxa de pobreza no Brasil caiu em 25 estados e no Distrito Federal em 2023, atingindo seu menor nível desde o início da série histórica, em 2012. O índice nacional passou de aproximadamente 32% em 2022 para 27,5% em 2023.

O estudo realizado pelo Instituto Jones dos Santos Neves tem como base o levantamento sobre rendimentos, divulgado semana passada pelo IBGE.

O diretor-geral do instituto capixaba, Pablo Lira, explica que, de maneira geral, a queda dos índices evidencia o desenvolvimento de um trabalho conjunto e melhoria no ambiente econômico e social do país.

"Vale a gente destacar alguns fatores associados a essa redução. O aspecto do Bolsa Família. Além desse fator, a gente pode citar, integração das políticas ligadas ao sistema único de assistência social e índices macroeconômicos do Brasil. O Brasil, no ano de 2023, registrou um crescimento considerável do PIB, combinado com esse crescimento, alcançou recorde na geração de emprego".

Lira avalia que 2024 deve manter a tendência de queda nessas taxas. "Olhando a tendência de redução dos índices de pobreza, o crescimento econômico do Brasil, previsto inclusive pelo mercado, redução do desemprego e geração de renda, tudo indica que o Brasil vai conseguir alcançar redução das taxas de pobreza em 2024 e, provavelmente nos próximos anos, seguindo essa tendência com redução dos indicadores de pobreza e extrema pobreza".

É considerada em situação de pobreza uma pessoa que vive com até R$ 664, por mês, e em extrema pobreza aquela cuja renda fica abaixo de R$ 208.

Rizek Abdeljawad/Xinhua

Número de pessoas em insegurança alimentar cresce 24 milhões em 2023

Aumento em ano em que ricos ficaram ainda mais ricos

O número de pessoas que enfrentam insegurança alimentar aguda aumentou para cerca de 282 milhões em 2023, informou a Organização das Nações Unidas (ONU) para a Alimentação e Agricultura (FAO) na quarta-feira. Trata-se de um aumento de 24 milhões desde 2022, sublinhou a FAO no seu último Relatório Global sobre a Crise Alimentar. O estudo abrange apenas 59 países.

Prevê-se que mais de 705 mil pessoas em cinco países estarão em situação de catástrofe em 2023 – o número mais elevado nos relatórios e quase o dobro do registado em 2022.

A líder global de Segurança Alimentar e Econômica da ONG Oxfam, Emily Farr, afirmou que "a crise global da fome é fundamentalmente uma crise moral. É imperdoável que mais de 281 milhões de pessoas sofram de fome aguda, enquanto os mais ricos do mundo continuam a obter lucros extraordinários".

Os cinco homens mais ricos do mundo mais que dobraram suas fortunas de 2020 até 2023 – de US$ 405 bilhões para US$ 869 bilhões, revelou a Oxfam no início deste ano, no relatório Desigualdade S/A.

As 100 maiores empresas de armamento – as mesmas empresas aeroespaciais e de defesa que ajudam a alimentar os conflitos globais – acumularam quase US$ 600 bilhões em receitas apenas em 2022 – o suficiente para cobrir quase 13 vezes o apelo humanitário global da ONU.

As causas profundas do aumento da insegurança alimentar foram guerras, eventos climáticos extremos e crises econômicas combinadas com "ações inadequadas". Especialmente a guerra de Israel contra o Hamas e a guerra no Sudão foram identificados como fatores-chave que contribuem para a escalada da emergência global.

Haddad: novo sistema tributário será 100% digital

O Governo Federal enviou ao Congresso Nacional, nesta quarta-feira, o Projeto de Lei Complementar (PLP) da Reforma Tributária, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

O projeto – chamado pelo Ministério da Fazenda de Lei Geral do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo – contém a maior parte das regras que regulamentam a Emenda Constitucional (EC) 132, promulgada em dezembro passado pelo Congresso e que realizou a Reforma Tributária do consumo. Um segundo PLP, envolvendo aspectos específicos de gestão e fiscalização do IBS, será entregue ao Parlamento na primeira quinzena de maio.

"Os investimentos serão desonerados, as exportações serão desoneradas, os produtos de consumo popular (alimentos, produtos industrializados) vão ter um preço melhor. Não haverá cumulatividade nos impostos e não vamos exportar impostos", afirmou o ministro Fernando Haddad, em entrevista coletiva após entregar o projeto ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Segundo a Constituição Federal, a discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República tem início na Câmara dos Deputados, cabendo ao Senado o papel de Casa revisora. Os dois projetos exigem um quórum maior para aprovação (em vez da maioria simples, exige-se a maioria absoluta, ou seja, 257 votos favoráveis na Câmara), informa a Agência Câmara.

Fernando Haddad disse que o novo sistema tributário brasileiro será totalmente digital. Segundo ele, com o aumento da base de contribuintes, o País poderá ter uma alíquota mais razoável de imposto a ser paga. Atualmente, a média dos tributos brasileiros é de 34%. "O impacto é como se nosso PIB crescesse 20% diluído no tempo, em função do ganho de eficiência que nossa economia terá. Não se trata de pouca coisa", disse.

A CBS e o IBS compõem o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) Dual, coração da Reforma Tributária do consumo, e serão, respectivamente, geridos pela União e por estados, Distrito Federal e municípios. O IS, de natureza extrafiscal, visa desestimular o consumo de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. **Página 3**

Menor nível em 34 anos: para onde irá o iene?

A contínua desvalorização do iene gerou grandes preocupações, já que a moeda japonesa atingiu nesta segunda-feira o menor patamar em 34 anos, negociada a 154,85 ienes em relação ao dólar, perto do limite sensível de 155.

Os analistas locais acreditam que a valorização do iene no futuro é inevitável, mas o Japão dificilmente poderá inverter uma tendência geral de contração econômica no longo prazo. O iene fraco, muito relacionado com os aumentos agressivos das taxas de juros do Federal Reserve (Fed, o Banco Central dos EUA), levou à redução das carteiras e ao consumo moderado no Japão.

Desde o início de 2022, quando as taxas do Fed começaram a subir, até outubro daquele ano, o valor do iene despencou mais de 30%, forçando o governo japonês a intervir três vezes, vendendo dólares e comprando ienes.

No mês passado, o Banco do Japão anunciou o fim da sua política de taxas de juro negativas que perdurou por oito anos, aumentando a taxa de curto prazo para um intervalo de 0 a 0,1%, de -0,1% para 0%. Contudo, o aperto menor do que o esperado acelerou a queda do iene.

Para além dos aumentos agressivos das taxas por parte dos EUA, os analistas também atribuíram esta desvalorização do iene a questões estruturais da economia japonesa, como a forte dependência do Japão de recursos essenciais importados, como energia, alimentos e matérias-primas.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,1551
Dólar Turismo	R$ 5,3540
Euro	R$ 5,5152
Iuan	R$ 0,7104
Ouro (gr)	R$ 386,16

ÍNDICES

IGP-M	-0,47% (março)
	-0,52% (fevereiro)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Como funciona um programa de governança em privacidade?

Por Gabriel Fortes

Em vigor desde 2020, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) criou uma constelação bastante complexa de regras, estabelecendo uma série de normas "ásperas" sobre como as empresas devem lidar com informações de pessoas, sejam clientes, colaboradores, acionistas, parceiros, leads etc.

Desde então, tem se falado muito no mercado sobre "compliance de dados", uma ideia prática de implementar políticas, normas e mecanismos de adequação das empresas às novas regras da LGPD, de modo a proteger suas operações e blindar a organização contra erros, multas e indenizações.

Assim, o "compliance de dados" vem se tornando uma peça-chave para criar uma estrutura de segurança e mitigar riscos legais, financeiros e reputacionais, ou seja, uma ferramenta essencial no gerenciamento de riscos e na prevenção de danos às empresas.

É importante lembrar que toda empresa está sempre executando alguma forma de gestão de riscos, sejam quais forem os tipos de eventos adversos aos quais ela está exposta (riscos trabalhistas, ambientais, operacionais, de infraestrutura etc.). E, consequentemente, diante do cenário descrito pela LGPD, com suas obrigações e sanções, a gestão de riscos ligados à proteção de dados também vem à tona.

Isso envolve identificar, avaliar e controlar ameaças que possam afetar a organização. E é nesse ponto que um programa de compliance de dados pode ser vital.

Além disso, o compliance de dados auxilia na construção de uma cultura organizacional voltada para a privacidade, envolvendo treinamentos, políticas e auditorias periódicas. Dessa forma, as empresas não apenas cumprem com as exigências legais, mas também fortalecem a confiança de clientes e parceiros.

A partir da LGPD, as empresas precisam garantir que os dados pessoais sejam tratados com segurança e transparência, evitando vazamentos e utilização indevida. Acontece, porém, que a lei não faz gradações para as punições a serem aplicadas, nem faz correspondência entre infrações e sanções. Ou seja, teoricamente, o descumprimento de qualquer regra da lei pode ensejar qualquer uma das penalidades previstas no seu art. 52, que vão desde advertências formais, até a proibição total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados, passando por multas etc.

Mas nem tudo são trevas. Existe previsão na própria LGPD de alguns critérios a serem levados em conta pela fiscalização, para que, no momento de aplicar as sanções legais, possa avaliar a postura da organização perante a lei, de maneira objetiva. Dentre esses parâmetros figura a "adoção de política de boas práticas e governança" (art. 52, § 1º).

"Boas práticas e governança" são termos aos quais a LGPD faz referência em outro ponto, no seu artigo 50, onde o legislador estimula que todas as organizações instituam o seu "programa de governança em privacidade".

> Compliance de dados e a privacidade segundo a LGPD são cruciais

Esse programa seria justamente o compliance de dados antes mencionado. Nesse ponto, a LGPD trouxe algumas determinações conceituais para orientar como montar essa estrutura de governança.

O programa de compliance de dados, além de servir como estratégia de adequação e prevenção, vai ajudar a atenuar eventuais penalidades em caso de infrações que tenham escapado ao radar. Mas, para que seja considerado como efetivamente instituído na empresa, ele deve cumprir alguns requisitos (art. 50, § 2º, I). Vamos rapidamente explorá-los aqui.

Em primeiro lugar, é necessário comprovar que a organização vem adotando políticas, mecanismos e procedimentos internos que assegurem o cumprimento das normas e boas práticas relativas à proteção de dados pessoais (art. 50, § 2º, I, "a").

Ademais, o programa deve ser aplicável a todo o conjunto dos dados pessoais que estão sob controle da organização, sendo adaptado à estrutura, à escala e ao volume de suas operações (art. 50, § 2º, I, "b" e "c").

Políticas e salvaguardas adequadas, baseadas em processo de avaliação sistemática de impactos e riscos à privacidade, devem também ser adotadas pela organização, contando com planos de resposta a incidentes (art. 50, § 2º, I, "d" e "g").

Ademais, o programa deve ser objeto de monitoramento contínuo e avaliações periódicas, o que deve se revelar na sua constante atualização (art. 50, § 2º, I, "h").

Tudo isso convergindo para que seja demonstrado o objetivo central de estabelecer uma relação de confiança com os titulares dos dados, por meio de atuação transparente da organização (art. 50, § 2º, I, "e").

E, por fim, nada disso será possível, claro, se o programa não estiver integrado à estrutura geral de governança da organização, com mecanismos efetivos de supervisão internos e externos (art. 50, § 2º, I, "f").

Como se pode ver, embora não seja obrigatório, o programa de compliance de dados é essencial para as organizações que pretendem executar a gestão de riscos em nível estratégico. Afinal, a sua adoção somente será considerada legalmente efetiva se estiver integrada à sua estrutura geral de governança.

Portanto, o programa de privacidade previsto na LGPD pode não apenas minimizar as penalidades, mas também funcionar, por si só, como ferramenta adequada para a gestão dos próprios riscos de segurança e conformidade legal na lida com dados pessoais, garantindo integridade à organização.

Gabriel Fortes é advogado na área de proteção de dados e segurança digital do escritório Fortes Nasar Advogados.

A necessária adequação dos condomínios à LGPD

Por Mariana Lopes e Isabela Cardoso

O Tribunal de Justiça de São Paulo condenou um condomínio de Santos, litoral paulista, a pagar uma alta indenização (totalizando mais de R$ 20 mil) a dois prestadores de serviço, cujas imagens gravadas pelas câmeras de segurança do prédio foram divulgadas nas redes sociais como se fossem criminosos.

Além desse caso, imagine não saber quem tem acesso às imagens dos seus filhos e familiares captadas pelas câmeras, se elas são gravadas em celulares alheios e compartilhadas com quem está fora do condomínio ou na internet.

Em outra situação, se o seu CPF ou biometria facial fossem vazados e pessoas roubassem a sua identidade para acessar serviços. Pense como seria se dados, como nome e contato, fossem vendidos para empresas que, ao saberem sobre a sua condição financeira, oferecessem serviços com valores fora do padrão.

Esses são alguns exemplos de casos que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) evita que aconteçam em condomínios. Essa lei exige o cumprimento de regras sobre como fazer coleta, uso, compartilhamento, guarda e descarte de dados pessoais no Brasil.

Apesar de parecer um problema que só empresas devem se preocupar, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão que fiscaliza o cumprimento da lei no país, já emitiu uma resolução reforçando que essa também é uma obrigatoriedade para condomínios.

> Proteção da privacidade e evitar penalidades com a conformidade legal

Mesmo que, em vários casos, os dados estejam sob o controle de administradoras, não faz parte do serviço delas adequar o condomínio à LGPD; e o síndico é responsável por garantir com que a empresa que administra o condomínio cumpra a lei e não coloque os dados dos condôminos e funcionários em risco. Se houver negligência do condomínio nessa fiscalização, ele será penalizado.

A preocupação em respeitar a LGPD se eleva ainda mais no caso de condomínios de alto padrão, comerciais e residenciais, porque os seus condôminos, muitas vezes, são mais visados por aqueles que querem aplicar golpes financeiros ou invadir a privacidade dessas pessoas.

Além dos golpes e invasões, existe o risco de o condomínio sofrer denúncias daqueles que não querem apresentar os seus dados ou daqueles que identifiquem que os seus dados não são protegidos da forma como deveriam. A ANPD já divulgou que recebeu denúncias tanto contra condomínios quanto contra as administradoras.

Reduzir a vulnerabilidade a esses riscos tem sido uma preocupação crescente nesse meio, principalmente em locais onde são usadas tecnologias de filmagem, biometria facial e da digital, controle de acesso por meio de documentos ou fotos, dentre outros.

A prevenção tem sido a melhor estratégia para aqueles que querem proteger não só os seus dados, mas também o próprio patrimônio, já que as penalidades impostas aos que não cumprem a LGPD são baseadas no faturamento (até 2% da receita do último exercício por cada infração à lei). Quanto mais alto é o padrão do condomínio, maior é o seu faturamento. Então, as penalidades afetariam todos os condôminos.

Mariana Lopes é advogada especialista em Proteção de Dados e Direito Digital,diretora Jurídica e sócia da CondoPrivacy. Isabela Cardoso é advogada dedicada à advocacia imobiliária e condominial, membro da Comissão Condominial da OAB/RJ – Barra da Tijuca, diretora Jurídica e sócia da CondoPrivacy.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Milei não fez milagres com 'superávit'

A notícia de que a Argentina de Javier Milei saiu de um déficit público que vem desde 2008 e alcançou um superávit fiscal no primeiro trimestre de 2024 equivalente a 0,2% do PIB, em pouco mais de 3 meses de governo, caiu como uma luva no discurso dos defensores do "cortes nos gastos" custe a quem custar (desde que nada custe à elite, claro).

Dos Estados Unidos, a economista Monica de Bolle, professora da Johns Hopkins University, notou a repercussão, no Brasil, do superávit de Milei como se fosse uma manifestação de torcida. Estranhou que o assunto só ganhou grande destaque, fora da Argentina, no Brasil (nem tanto: a britânica *The Economist* publicou com euforia o suposto feito).

Em podcast, De Bolle fez uma rápida análise de como Milei chegou a esse modesto superávit em tão pouco tempo. Em primeiro lugar, está o impacto da inflação sobre as receitas do governo. Com aumento de preços em 12 meses batendo em 280%, o Tesouro ganha com o chamado "imposto inflacionário". Também contribuiu para o superávit de Milei o fato de ele estar "cortando despesas loucamente".

Esses 2 fatores revelam que a melhora fiscal não vem de fontes sustentáveis – inflação alta e corte ininterrupto. O aumento da pobreza, sustenta a professora, é insustentável. E vai se refletir em problemas para o governo em um futuro nem tão distante.

"Como pode a Argentina ter resolvido todos seus problemas em 3 meses? Não resolveu, tá", finaliza Monica de Bolle.

Ou, de forma resumida, quando parecer que o cavalo argentino está quase se acostumando a viver sem comer, ele estará à beira da cova.

Poder das corporações

Depois da briga com o TSE brasileiro, Elon Musk se meteu numa batalha contra o Governo da Austrália. Nada a ver com defesa da liberdade de expressão. O que o multibilionário quer é garantir que sua corporação – e outras nem tão ativas explicitamente – tenham domínio sobre os Estados, e não o contrário.

Democracia nos EUA

Na democracia estadunidense, não são apenas os cidadãos que se manifestam pró-Palestina que vão presos. Judeus também foram conduzidos à prisão – mas somente aqueles que protestaram contra a guerra.

Rápidas

O Hospital Paulista completa 50 anos nesta quinta-feira (25), com mais de 7,5 mil atendimentos mensais *** O Energy Future realizará nesta quinta e sexta-feira oficina online sobre os fundamentos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Aneel. Inscrições: energyfuture.com.br/workshop-fundamentos-do-pdi-aneel-2024 *** O ator Rafael Zulu e o odontologista Marcio Ramos lançaram a clínica Smillens, especializada em lentes de contato sem desgaste dos dentes, além de serem reversíveis *** Nesta quinta-feira, a advogada Marianna Furtado, sócia do escritório Montaury Pimenta, Machado & Vieira de Mello, ministrará, a convite da ABPI, aula sobre Direito da Propriedade Intelectual durante o curso "Imersão em Advocacia Empresarial", na sede da OAB/GO *** Shopping Jardim Guadalupe realizará, nesta sexta-feira, mais uma edição do baile dançante gratuito "Ritmos do Guada" *** A LBV lança campanha de combate à dengue com recado das crianças: "Diga Sim à Prevenção!" Mais informações em lbv.org

Reforma Tributária: profissional liberal terá redução de 30%

IVA de 26,5%, podendo variar entre 25,7% e 27,3%

Os profissionais liberais, como advogados, médicos, engenheiros e contadores terão redução de 30% na alíquota geral. O benefício está no projeto que regulamenta a Reforma Tributária apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad nesta quarta-feira.

Também constam da alíquota reduzida atividades ligadas à prestação de serviços de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, desde que sejam submetidas a fiscalização por conselho profissional.

O projeto apresenta os detalhes sobre o benefício para os seguintes profissionais liberais: administradores; advogados; arquitetos e urbanistas; assistentes sociais; bibliotecários; biólogos; contabilistas; economistas; economistas domésticos; profissionais de educação física; engenheiros e agrônomos; estatísticos; médicos veterinários e zootecnistas; museólogos; químicos; profissionais de relações públicas; técnicos industriais; e técnicos agrícolas.

Valor agregado

Quatro meses após a promulgação da reforma tributária, o governo enviou o primeiro projeto de lei complementar com a regulamentação dos tributos sobre o consumo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou a proposta ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), no início da noite desta quarta-feira.

A proposta prevê alíquota média do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) de 26,5%, podendo variar entre 25,7% e 27,3%, informou o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. Atualmente, os bens e os serviços brasileiros pagam, em média, 34% de tributos federais, estaduais e municipais.

Com 306 páginas e cerca de 500 artigos, o projeto de lei complementar precisa de maioria absoluta, 257 votos, para ser aprovado. Em pronunciamento no Salão Verde da Câmara dos Deputados, Haddad disse ter recebido o compromisso de Lira de votar a proposta no plenário da Casa até o recesso legislativo do meio do ano, previsto para a metade de julho.

"As pessoas podem se assustar um pouco. São cerca de 300 páginas e 500 artigos, mas isso substitui uma infinidade de leis que estão sendo revogadas e substituídas por um dos sistemas tributários que será um dos mais modernos do mundo", declarou o ministro. Segundo Haddad, a alíquota média pode ficar menor que os 26,5% estimados porque o sistema tributário brasileiro será completamente digitalizado, o que coíbe fraudes e aumenta a base de arrecadação.

Planos de saúde têm nova data para rescisão ou exclusão do contrato

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) prorrogou para 1º de setembro a data de vigência da Resolução Normativa (RN) 593/2023, que trata das novas regras para comunicação a beneficiários da possibilidade de rescisão ou exclusão do contrato de plano de saúde por falta de pagamento. A extensão do prazo se deu para permitir uma melhor organização das operadoras quanto às novas regras e para a elaboração, pela ANS, de um material que auxilie, de forma rápida e prática, no esclarecimento de dúvidas que possam a surgir diante das novidades trazidas pela norma.

A RN 593/2023 passará a regulamentar a notificação do beneficiário por inadimplência, seja ele o contratante do plano de saúde individual ou familiar, o empresário individual contratante de plano coletivo empresarial ou aquele que paga a mensalidade de plano coletivo diretamente à operadora. A norma também passa a prever a utilização de meios eletrônicos para comunicação com o consumidor, além das formas que já eram utilizadas. Pela nova RN, a operadora deverá realizar a notificação por inadimplência até o quinquagésimo (50º) dia do não pagamento como pré-requisito para exclusão do beneficiário, suspensão ou rescisão unilateral do contrato por iniciativa da operadora motivada por inadimplência. Além disso, ela determina que a notificação será considerada válida após o quinquagésimo dia de inadimplência se for garantido, pela operadora, o prazo de 10 dias, contados da notificação, para que seja efetuado o pagamento do débito. Contudo, os dias de pagamento em atraso de mensalidades já quitadas não serão contados como período de inadimplência para fins de rescisão ou suspensão contratual ou de exclusão do contrato.

Ela define, ainda, que para que haja a exclusão do beneficiário ou a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato por inadimplência, deve haver, no mínimo, duas mensalidades não pagas, consecutivas ou não, no período de 12 meses, cabendo à operadora comprovar claramente a notificação sobre a situação de inadimplência, demonstrando a data da notificação ao consumidor.

Meios de notificação

Quando passar a vigorar, a RN 593 permitirá novas formas para as notificações aos beneficiários. De modo que poderão ser utilizados meios eletrônicos de acordo com os dados informados à operadora que estejam no cadastro do beneficiário, como e-mail com certificado digital e com confirmação de leitura; mensagem de texto para telefones celulares; mensagem em aplicativo de dispositivos móveis que permita a troca de mensagens criptografadas; e ligação telefônica gravada com confirmação de dados pelo interlocutor. Contudo, a notificação realizada por SMS ou aplicativo de dispositivos móveis somente será válida se o destinatário responder confirmando a sua ciência.

A comunicação por carta ou através do preposto da operadora, com comprovante de recebimento assinado, continuarão a ser permitidas. A RN define, também, que na notificação precisa constar o período de atraso com indicação das competências em aberto e o número de dias da inadimplência; a forma e o prazo para o pagamento da dívida e regularização do contrato; bem como os meios de contato da operadora para esclarecimento de dúvidas. Nos casos em que a operadora não conseguir notificar o consumidor sobre a inadimplência, a norma definiu que o cancelamento somente poderá ocorrer após 10 dias da última tentativa de contato com o beneficiário, desde que haja a comprovação pela operadora da tentativa de notificação por todos os meios descritos na resolução. A RN 593 se aplicará aos contratos celebrados após 1°/01/1999 e àqueles que foram adaptados à Lei 9.656/1998, e permite que os contratos anteriores ao início da sua vigência sejam aditados para prever todos os meios de notificação estabelecidos na nova regulamentação.

FARO ENERGY RENOVÁVEIS PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 46.556.111/0001-80 - NIRE 35.300.602.498
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024. Ficam os Acionistas da Companhia convocados para sua Assembleia Geral Ordinária a ocorrer no dia 30 de abril de 2024, a fim de deliberar sobre: (i) contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social do ano de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado líquido do exercício social do ano de 2023 e; (iii) reeleição dos conselheiros da Companhia. A participação poderá ser realizada presencial ou virtualmente, cf. art 121 da Lei 6.404/76. O link para acesso será disponibilizado no sítio da Companhia em www.faroenergy.com. São Paulo, 22 de abril de 2024.
Pedro Miguel de Araújo Mateus – Diretor Presidente.

FARO ENERGY I COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE PROJETOS S.A.
CNPJ/ME nº 31.191.534/0001-76 - NIRE 3530054506-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024. Ficam os Acionistas da Companhia convocados para a sua Assembleia Geral Ordinária a ocorrer no dia 30 de abril de 2024, a fim de deliberar sobre: (i) contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social do ano de 2023; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado líquido do exercício social do ano de 2023. A participação poderá ser realizada presencial ou virtualmente, cf. art. 121 da Lei 6.404/76. O link para acesso será disponibilizado no sítio da Companhia em www.faroenergy.com.
São Paulo, 22 de abril de 2024. **Pedro Miguel de Araújo Mateus** - Diretor Presidente.

FARO ENERGY PROJETOS SOLARES HOLDING S.A.
CNPJ/ME nº 34.099.970/0001-08 - NIRE 35.300.554.027
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024. Ficam os Acionistas da Companhia convocados para sua Assembleia Geral Ordinária a ocorrer no dia 30 de abril de 2024, a fim de deliberar sobre: (i) contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social do ano de 2023; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado líquido do exercício social do ano de 2023. A participação poderá ser realizada presencial ou virtualmente, cf. art. 121 da Lei 6.404/76. O para acesso será disponibilizado no sítio da Companhia em www.faroenergy.com. São Paulo, 22 de abril de 2024.
Pedro Miguel de Araújo Mateus – Diretor Presidente.

REGISTRO GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

CANTO DA DHU - Dhu Moraes, pela primeira vez em 44 anos de carreira, protagoniza um show solo e inédito, com roteiro e direção voltados para as músicas que fizeram parte da história e carreira. Com patrocínio da Prefeitura do Rio de Janeiro, através do edital Foca 2022, a atriz e cantora estreia no Rio de Janeiro "O Canto da Dhu", em apenas duas apresentações, nos dias 29 e 30 de abril, segunda e terça, às 20h, no Teatro dos Quatro, no Shopping da Gávea. Não por coincidência, este espaço abrigou o "Frenetic Dancing Days Discotheque", casa de shows com pista dançante fundada em 1976 pelo jornalista e produtor musical Nelson Motta, lar do grupo As Frenéticas. Local: Teatro dos Quatro, Shopping da Gávea, Rua Marquês de São Vicente, 52 - 2° piso, Gávea, RJ. https://bileto.sympla.com.br/event/92041/d/245313/s/1670627. Mais informações: https://shoppingdagavea.com.br/novo_teatro/o-canto-da-dhu/

NETHONE - A Nethone, empresa de prevenção de fraudes, participa da SiGMA Americas 2024, exposição dedicada à indústria de iGaming que acontecerá até 25 de abril, no Transamerica Expo Center, São Paulo, Brasil. No estande Q12, a equipe da Nethone realiza encontros com parceiros, clientes e outros contatos da indústria, compartilha insights sobre técnicas emergentes de fraudadores e as mais novas ferramentas disponíveis para a indústria de iGaming para proteção contra eles. A equipe Nethone está presente no evento para fornecer informações sobre as mais recentes ferramentas e conhecimentos disponíveis para ajudar a diminuir o tráfego fraudulento, proteger a jornada nas plataformas de apostas e fornecer experiências descomplicadas aos clientes.

GIRAFFAS - A rede Giraffas, em seu mais recente estudo sobre hábitos alimentares dos brasileiros na praça de alimentação, revelou que o ticket médio em janeiro de 2024 foi de R$47,22. Esse crescimento, de R$11 nos últimos 4 anos, reflete uma tendência de gasto maior por visita na Praça de Alimentação, atribuído à inflação e ao aumento das refeições compartilhadas. Baseado em uma amostragem significativa de mais de 70 mil consumidores diários da Rede - totalizando 25 milhões em 2023 - o levantamento oferece insights profundos sobre as tendências, preferências e comportamentos alimentares do país.

SUELY FRANCO - O Festival Teatro em Movimento, que tem curadoria e coordenação geral de Tatyana Rubim, traz a Belo Horizonte "A Vedete do Brasil - Um Musical Brasileiro" protagonizado por Suely Franco, Flávia Monteiro e Bela Quadros. A montagem, que celebra o centenário da icônica artista Virgínia Lane, traz passagens importantes de sua trajetória. As atrizes cantam mais de dez canções, incluindo 'Sassaricando', gravada pela primeira vez por ela, em 1951, assim como marchinhas de letras maliciosas e com o duplo sentido bem-humorado que a consagrou. Com realização da WB Produções, de Wesley Telles e Bruna Dornellas, o projeto foi idealizado pelo jornalista Cacau Hygino, que assina a dramaturgia ao lado de Renata Mizhari. A direção marca a estreia de Claudia Netto na função e a direção musical fica a cargo do premiado Alfredo Del-Penho. O espetáculo terá duas apresentações, dias 11 e 12 de maio, sábado e domingo, às 19h, no Teatro Centro Cultural Unimed-BH Minas. Ingressos à venda pelo link https://bileto.sympla.com.br/event/93013/d/251010

AVA ART FESTIVAL - O Ava Art Festival reúne artistas brasileiros, finlandeses, coreanos e japoneses, no Centro de Arte, Cultura e Criação Enokojima, em Osaka (Japão), para falar sobre o papel e a arte contemporânea, como tema da exposição que já recebeu centenas de visitantes no Rio de Janeiro e na Finlândia, com curadoria do conceituado Edson Cardoso. Os artistas apresentam obras de intensidades, cores e estilos diversos, comemorando dez anos de existência do evento, criado em 2014, e que reuniu artistas finlandeses e brasileiros no próprio Enokojima. O Ava Art Festival reúne a diversidade cultural e artística de brasileiros, finlandeses, coreanos e japoneses em Osaka, Japão. A abertura ocorre no dia 30 de abril, a partir das 18h, no Enokojima, e a mostra pode ser visitada até o dia 5 de maio, de quarta a sábado, das 12h às 19h, e domingo, das 12h às 15h, com censura livre e gratuita. Site: www.enokojima-art.jp. Evento gratuito

SENIOR EXPERIENCE - O Senior Experience, que será realizado nesta quinta-feira, está em sua terceira edição e acontecerá em diversas regiões do Brasil, como: Santa Catarina, Pernambuco, Paraná, Goiás, Rio de Janeiro. As vagas são limitadas e através do site principal do evento é possível acessar os links de cada região onde deseja efetuar a inscrição. Nas edições anteriores o evento reuniu mais de 2500 pessoas. O evento tem como objetivo reunir empresas e profissionais de vários segmentos do mercado para falar sobre tecnologia, estratégia e eficiência operacional. Serão muitas apresentações em um ambiente propício para compartilhamento de cases, palestras e networking. Em São Paulo, o Senior Experience acontece na cidade de São Paulo, no Auditório Paulista, a partir das 13h. Entre os principais temas do Senior Experience 2024 estão assuntos como, "Gestão e Liderança Estratégicas", "Sistemas Composable e IA", "Transformação Digital e Gestão Financeira", "Capital inteligente", "Insights e tendências tecnológicas para acelerar seu negócio", e outros assuntos.

Registro Geral é publicado todas as quartas-feiras no Monitor Mercantil.

Açúcar, macarrão e café são os produtos que mais faltam nos supermercados

O Índice de Ruptura da Neogrid mostra que, em março, a ausência de marcas nas prateleiras dos varejos alimentícios no Brasil chegou a 12,9% – o que representa uma redução de 0,7% na comparação com fevereiro deste ano.

Apesar da queda geral na ruptura, o açúcar, por exemplo, teve um salto de 7,4% para 8,8% no índice de ruptura em março sobre o mês anterior. Embora tenha apresentado crescimento, o percentual é inferior ao registrado em março de 2023, quando chegou a 10,8%.

A situação brasileira não é isolada no panorama mundial: de acordo com análises de traders vinculados a três das principais empresas exportadoras de açúcar do Brasil, é previsto um déficit global do produto durante a safra 2024/25.

Já o macarrão e o café vivenciaram uma situação semelhante: assinalaram um leve aumento de 0,5% no índice de ruptura em março ante fevereiro deste ano, mas, ao mesmo tempo, apontaram uma diminuição de 3,8% no indicador em relação a março de 2023.

Em março deste ano, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação oficial no Brasil, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu 0,16% – significativamente menor do que em fevereiro de 2024 (0,83%) e março do ano passado (0,71%).

Já levantamento realizado pela Genial Investimentos com base nos dados do IPCA, a inflação acumulada dos alimentos e bebidas no primeiro trimestre de 2024 ficou em 2,9%, valor acima da média registrada nos últimos 20 anos (2,3%).

"Desde outubro do ano passado, assistimos a sequenciais aumentos de preços de alimentos nas gôndolas de supermercados, um reflexo direto do fenômeno climático El Niño – o qual trouxe temperaturas mais altas para o Brasil, com excesso de chuvas no Sul e Sudeste e estiagem no Norte e Nordeste do país. Analisando a inflação da categoria alimentos e bebidas acumulada do primeiro trimestre ao longo dos últimos 20 anos é possível observar a dinâmica para o 1T24 está acima da média observada durante o período – em 2,9% no período ante 2,3% (média dos últimos 20 anos) e 2,5% (média dos últimos quatro anos)", diz o estudo.

Desconsiderando os efeitos de expansão de lojas, ao longo do quarto trimestre, a Receita Bruta das companhias do setor de varejo alimentar foi impulsionada unicamente pela variável volume, uma vez que, ao fim do período, ainda passávamos por um cenário de deflação alimentar.

"Para este primeiro trimestre de 2024 acreditamos que o fator preço deva voltar aos holofotes, dando um impulso no faturamento das empresas no período. A caráter inflacionário, as subcategorias hortaliças e verduras (26% a/a) e cereais e oleaginosas (16% a/a) constituem as maiores altas do índice. Por outro lado, em caráter deflacionário, óleo e gorduras (-14% a/a) e carnes (-9% a/a) são as maiores baixas do primeiro trimestre de 2024. Quando analisamos ao nível item, produtos como abobrinha, morango e cenoura tiveram os maiores crescimento t/t, enquanto cebola, coentro e batata inglesa apresentaram as maiores quedas sequenciais", diz o estudo.

Entre 2021 e 2022, frente a um alto nível de inflação na categoria alimentar (i.e. > 10% a/a), o levantamento observa queda nos volumes vendidos entre os principais players do setor. Por outro lado, ao final do ano passado, quando passamos a viver um cenário de deflação na categoria, observamos uma gradual recomposição dos volumes de venda.

"Quando falamos de atacarejo, geralmente observamos que um cenário de inflação alimentar crescente acaba impulsiona uma compra antecipada por clientes B2B (público transformador/revendedor) – os quais estocam produtos de forma a 'driblar' os aumentos de preços nas gôndolas. Nesse cenário, pure players de cash-and-carry se beneficiam das duas variáveis: preço e volume. Mais expostos ao público B2B, temos observado que o atacadão tem performado abaixo de seus principais concorrentes nos últimos trimestres, uma dinâmica que esperamos que continue acontecendo ao longo do primeiro trimestre de 2024."

Varejo alimentar teve alta de 16,2% no total de vendas no 1º trimestre

O Boletim Focus, do Banco Central, tem destacado que as estimativas para o Produto Interno Bruto seguem em alta desde fevereiro. O mesmo levantamento expandiu sua projeção de alta para esse índice em 2024 de 1,95% para 2,02%. Além disso, no resultado acumulado em 12 meses, o IPCA (estudo do IBGE para mensurar a inflação) fechou em 3,93%, o menor para um período de 12 meses desde junho de 2023 (3,16%), ficando dentro da meta esperada.

Esse cenário de otimismo também vem sendo notado pelas áreas de varejo alimentar e food service do país – dois segmentos considerados essenciais, mas que também sofrem na pele os impactos da inflação e desaceleração econômica.

De acordo com a pesquisa intitulada PDV Legal, coordenada pela Web Automação, que ouviu 7 mil clientes (usuários da plataforma de automação com o mesmo nome – PDV Legal) em um intervalo de 15 meses (de janeiro de 2023 a março deste ano), as vendas concluídas (transações fechadas) registraram um avanço de 15.502.956 (primeiro trimestre de 2023) para 25.988.101 (primeiro trimestre de 2024) – alta de 67% na comparação trimestre a trimestre. O tíquete médio reagiu com menor expressividade, variando de R$ 38,18 no intervalo de janeiro a março do ano passado para R$ 38,47 nesse quarter encerrado, ainda assim registrando uma melhora. A base consultada é formada por comerciantes do varejo alimentar e food service.

Segundo o estudo, o mesmo progresso se nota no registro da quantia de clientes com transação, cuja alta foi de 14.048 (primeiro trimestre de 2023) para 19.895 (primeiro trimestre de 2024) – melhora de 41% nessa base de análise. A média de valores transacionados por cliente apresentou uma apuração animadora: R$ 42.1369,12, de janeiro a março de 2023, para R$ 50.246,63, no mesmo período deste ano – uma superação de 1,92%, refletindo as expectativas de alta no setor.

Já os indicadores do índice Abrasel-Stone (medido pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) de março apontam que houve aumento do movimento nos bares e restaurantes em março. No mês, foi registrado um aumento de 5,2% em relação a fevereiro.

O Instituto Propague, em parceria com o time de Economic Research da Stone, também analisa outros segmentos, o que permite uma comparação. O índice de varejo apresentou uma alta geral de 0,2%, puxado por tecidos, vestuários e calçados (3,0%) e hipermercados, supermercados (2,7%). As maiores quedas foram em materiais de construção (-4,9%) e artigos farmacêuticos (-2,6%).

Nos bares e restaurantes, embora os números apontem uma maior movimentação em comparação com o mês anterior, foi observada uma queda de -2,3% quando comparado com o ano de 2023. Movimento parecido ocorreu com o setor de varejo que apresentou uma queda de -2,5%. Dentre os cinco setores de varejo acompanhados pelo índice, todos apresentaram quedas anuais, com destaque para livros e jornais, revistas e papelaria, que apresentou uma queda de -13,2%.

Dentre os estados que apresentaram maior aumento mensal, destacam-se Pará (11,2%), Roraima (9,9%), Ceará (8,8%), Tocantins (8,8%) e Piauí (7,1%). Apenas o estado do Rio de Janeiro apresentou queda (-0,5%).

"O início deste ano foi difícil para boa parte dos empreendedores. A última pesquisa da Abrasel, relativa ao resultado de fevereiro, apontou que 31% dos bares e restaurantes operaram no vermelho. Mas em março o indicador em conjunto com a Stone aponta para uma melhora e neste semestre ainda contamos com a aproximação de duas datas excelentes para o setor, que são o Dia das Mães e o Dia dos Namorados", comenta José Eduardo Camargo, líder de Conteúdo da Abrasel.

O Índice Antecedente de Vendas (IAV), do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) nominal, que considera a participação das atividades no volume total de vendas do comércio varejista medido pelo IBGE, apresenta previsão de crescimento de 4,1% em abril, 4,5% em maio e 5,6% em junho, sempre em relação aos mesmos meses do ano anterior. Em março, houve alta de 5,7%. O IAV-IDV nominal, consolidado, do primeiro trimestre, teve crescimento de 7% O projetado para o 2º trimestre também é de um crescimento de 7%.

Já os últimos dados apresentados pelo IAV-IDV ajustados pelo IPCA, de março/24, apontam alta de 0,5% em abril, 0,9% em maio e 1,7% em junho. Em março, a variação nominal registrou alta de 1,7% em relação ao mesmo mês de 2023.

As projeções são feitas a partir dos dados individuais que cada empresa associada ao IDV informa em relação à sua expectativa de faturamento para os próximos três meses. Esse conjunto de empresas que compõe o índice possui representantes em todos os setores do varejo e representam, aproximadamente, 20% das vendas no varejo brasileiro.

‘A explicação da taxa de câmbio está relacionada aos Estados Unidos’

Por Jorge Priori

Conversamos com Jacques Zylbergeld, superintendente de câmbio do Rendimento, sobre o comportamento da taxa de câmbio.

Qual a leitura do Rendimento sobre o atual cenário internacional?

Existem alguns riscos geopolíticos, sendo o primeiro, sem dúvida, os Estados Unidos, que vem vivendo um momento diferente do que estava acostumado, com uma economia super forte, taxa de juros alta, mas sem conseguir trazer a inflação para a meta.

Hoje se pergunta se vai haver queda de juros nos Estados Unidos, pois quando você vê as pistas dos dirigentes americanos, elas são muito contraditórias, já que uma hora eles acham que está tudo ok, mas depois dizem que não, o que deixa o mercado extremamente volátil. Além de não haver confiança sobre a redução da taxa de juros, nós teremos uma eleição presidencial, que assim como no Brasil, será bem polarizada, com um candidato polêmico como o Trump.

O segundo risco é o Oriente Médio, que está à beira de um precipício. Esse processo começou no dia 7 de outubro, com Israel e Hamas, sendo que na semana passada o conflito se expandiu um pouco com a retaliação do Irã a Israel, e, dias depois, ao que parece, a retaliação de Israel ao Irã. Nesta região, além de termos o Estreito de Ormuz, por onde passa 20% de toda a produção de petróleo do mundo, nós tivemos os ataques dos Houthis a navios no Mar Vermelho, o que gera uma tensão adicional. A subida do petróleo traz uma pimentinha nesse cenário que já está bastante tenso.

O terceiro risco está relacionado à Guerra Rússia x Ucrânia, que foi colocada um pouco de lado, mas que ainda existe. Quando se junta a escalada no Oriente Médio com a escalada na Europa, isso pode trazer bastante preocupação.

O quarto risco é a China, que por mais que tenha registrado um crescimento de 5,3% no PIB do 1T24, isso foi encarado como um voo de galinha. Como a China é um importante comprador de commodities, é primordial que ela cresça, mas ela vem sofrendo, principalmente, no setor imobiliário. O governo de Pequim tem desafios para reverter esses riscos.

Por fim, nós temos os riscos climáticos. Se por um lado estamos vendo poucas chuvas do nosso lado, por outro estamos vendo chuvas em Dubai. Está um negócio completamente desordenado, o que afeta bastante a cadeia de produção, principalmente a parte agrícola.

Como esse cenário pode impactar o atual cenário nacional?

Nós estamos vivendo uma condição fiscal supercomplicada, com o governo tentando buscar receita de qualquer jeito. Como o Executivo entendeu a gravidade da derrocada fiscal, ele agora acelera a agenda na aproximação com o Congresso a fim de encontrar alguma reversão dos entraves fiscais que estão sendo enfrentados. Junto com isso, nós temos um ano de eleições municipais, que trava toda a agenda do Congresso.

Essa situação interna complicada mais os fatores que elenquei na primeira resposta trazem uma grande preocupação e influenciam, completamente, a nossa economia. Apesar de a balança comercial ainda estar positiva, houve uma saída importante de dólares desde o começo do ano. O país está exportando, o câmbio desvalorizado é positivo, mas nós esperávamos que esses problemas fossem ocorrer um pouquinho mais para a frente, e não começando o ano de 2024.

Por conta da taxa de juros nos Estados Unidos, o Focus já está trazendo uma previsão de elevação da taxa de juros no Brasil. Se você pegar o último boletim de 2023, a expectativa era de uma Selic de 9%, mas agora é 9,5%, apesar de um PIB maior, que passou de 1,52% para 2,02%, e de um IPCA menor, que passou de 3,90% para 3,73%. A expectativa da taxa de câmbio para 2024 era de R$ 5, foi a pouco mais de R$ 4,80, mas já retornou aos R$ 5.*

Se a taxa de juros nos Estados Unidos não for reduzida, fica mais difícil para o Banco Central (BC) reduzir a nossa taxa de juros. O próprio Campos Neto e os dirigentes do BC dizem que não há como negligenciar o que está acontecendo lá fora.

Qual a avaliação do Rendimento sobre a atual taxa de câmbio?

No começo do ano, quando o dólar bateu entre R$ 4,80 e R$ 4,85, nós achávamos que o câmbio estava supervalorizado, sendo que nós entendíamos que um câmbio de equilíbrio estaria entre R$ 5,00 e R$ 5,15. Nós continuamos entendendo isso, apesar de o câmbio ter dado uma extrapolada na semana passada e ter ido a R$ 5,30. Esses spikes são normais, mas agora ele vai buscar uma acomodação.

Divulgação Banco Rendimento

Jacques Zylbergeld

Um câmbio de R$ 5,20 a R$ 5,30 gera oportunidades tanto para a balança comercial quanto para investimentos em renda fixa e renda variável, mas se o PIB americano do 1T24 vier muito mais forte do que o esperado pelo mercado (será divulgado nesta quinta-feira, 25), nós podemos ter uma pequena valorização do câmbio.

Nós entendemos que o mercado vai ficar entre R$ 4,90 e R$ 5,15, mas estamos trabalhando com um câmbio para o final do ano de R$ 5.

Qual a mensagem que a atual taxa de câmbio passa para os agentes econômicos?

A taxa de câmbio está refletindo a desconfiança dos agentes econômicos com relação à execução da meta fiscal proposta pelo governo. Essa execução não é fácil, buscar receita é complicado, e a sociedade já está sofrendo com uma carga tributária super alta, mas nós não vemos movimentação por corte de gastos. Ao contrário, as movimentações são para mudar o arcabouço fiscal definido no ano passado, o que gera uma desconfiança dos investidores.

O governo já enxergou que precisa fazer algo e está tentando, mas ela precisa do legislativo num ano eleitoral que atrapalha tudo, sem contar que, daqui a pouco, nós teremos a sucessão nas presidências do Senado e da Câmara. Tudo isso atrapalha a condução da política fiscal.

Se as condições econômicas brasileiras estivessem mais organizadas, a taxa de câmbio poderia estar mais valorizada?

Na nossa opinião, o externo é mais importante nesse momento. Para que as coisas se acalmem aqui, o externo precisa estar mais calmo. É óbvio que há uma composição do que está acontecendo no doméstico, mas hoje, 70%, 80% da explicação da taxa de câmbio está relacionada ao que está acontecendo nos Estados Unidos, que está com uma taxa de juros e uma inflação que não cedem.

Quando o mercado internacional se acalmar e houver uma clareza, o pessoal vai começar a olhar aqui para dentro. Se as coisas estivessem mais organizadas no Brasil, não imagino que a taxa de câmbio estaria tão distante do que está hoje, pois nós estamos vivendo uma situação que nunca foi vivida antes. Assim como o Jerome Powell disse, a inflação não é de demanda, mas de oferta, que foi gerada no pós-pandemia em decorrência de problemas nas cadeias produtivas. Essa foi uma situação que ninguém soube trabalhar, pois nunca aconteceu no passado.

Veja que há três, quatro meses se imaginava que a taxa de juros americana seria reduzida em maio, mas agora não se sabe se ela será reduzida nem em setembro. Os países da América Latina estão mais acostumados a viver com volatilidade na taxa de câmbio e nos juros, mas essa é a primeira vez que os americanos estão vivendo com uma taxa de juros alta, sem que a inflação ceda, mas com a economia seguindo bem. Eles possuem quase pleno emprego, mas, realmente, não sabem o que fazer.

Como você tem visto toda essa situação?

Eu falo brincando que nós estamos vivendo um período bem monótono da taxa de câmbio, pois, provavelmente, daqui a um, dois meses vai mudar muito pouco o que estamos conversando. Por exemplo, há seis meses atrás, era mais ou menos isso e mudou muito pouco. Havia mais papo quando os Estados Unidos estavam mais sossegados.

**O Rendimento tem a expectativa de que a Selic termine 2024 em 9,75%; o PIB em 2%, a taxa de câmbio em R$ 5 e o IPCA em 3,90%.*

SINDVERJ – SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA INTERMUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE MERITI E OUTROS MUNICÍPIOS.
CNPJ Nº 29.414.208/0001-39.

Edital de Convocação – A Diretoria do Sindicato, neste ato representado pelo seu Presidente, nos termos do art. 25, IV, do Estatuto, convoca toda categoria dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância Intermunicipal de São João de Meriti e outros Municípios para a Assembleia Geral Ordinária no dia 29 de abril de 2024 (segunda feira), às 09:00 horas em primeira convocação e às 09:30 horas em segunda e última convocação com qualquer número, na sede do Sindicato – Rua da Matriz nº 860, Vila Rosali, São João de Meriti/RJ, a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia: a) Aprovação da pauta de negociação coletiva (Data-base-março/2024) para os empregados de empresas de segurança e vigilância, de monitoramento e sistemas eletrônicos de segurança privada e rastreamento de numerário e bens e valores; b) Autorização para a Diretoria fazer acordo e instaurar o dissídio coletivo; c) Autorização para a Diretoria estabelecer cláusulas convencionais com contribuições sindicais e assistenciais; d) Assuntos Gerais. São João de Meriti, 24 de abril de 2024.

Sergio Luiz da Silva – Presidente.

AMARELINHO BARRA COOPERATIVA DE TÁXI LTDA
CNPJ Nº 02.719.937/0001-47/ NIRE Nº 33.4.000.3050-8
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Diretor Presidente no uso das suas atribuições estatutárias e legais, convoca os cooperados da AMARELINHO BARRA COOPERATIVA DE TÁXI LTDA, na forma do disposto no art. 45 e 46 da lei 5764/71, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária no dia 04 de maio do ano de 2024 , na estrada do Tindiba nº 1914, sala 203, CEP- 22.740-362, Taquara/Jacarepaguá, Rio de Janeiro , com a 1ª convocação as 08:00h com presença de 2/3 de associados, 2ª- convocação as 09:00h com presença de metade mais um de associados e em 3ª e última convocação as 10:00h com presença mínima de 10 (dez) cooperados, em dia com suas obrigações socias, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia; 1º- Liberação para diretores trabalharem fora dos serviços da administração, independente do horário; 2º- Aprovação da reforma do Regimento Interno; 3º- Análise e deliberação sobre assuntos referentes ao FABCOOP; 4º- Análise e deliberação sobre o Centro de Operações compreendendo, cobertura das corridas de contrato e corridas de retorno; 5º- Eleições para membros do conselho de ética e disciplina e Eleição para membros suplentes do Conselho Fiscal. Rio de Janeiro, 24 de abril de 2024

WEBER ALVES BRANDÃO
DIRETOR PRESIDENTE

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
AVISO DE LEILÃO

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público, para conhecimento dos interessados, que, no dia 21 de maio de 2024 às 10h00min, no auditório do DETRO, situado à Rua Uruguaiana, 118 - 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, realizará o leilão **APLDETROPCERJ09-24**, na forma online e presencial, dos veículos apreendidos ou removidos a qualquer título, classificados como conservados e não reclamados por seus proprietários dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recolhimento, conforme Portaria DETRO/PRES nº 1537 de 04 de agosto de 2020 , tendo como leiloeira a Sr. GEILSON ALMEIDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 287. A cópia do edital poderá ser consultada através dos sites **www.detro.rj.gov.br** / **www.aplleiloes.com.br**.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
AVISO DE LEILÃO

O **DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** torna público, para conhecimento dos interessados, que, no dia 21 de maio de 2024 às 10h00min, no auditório do DETRO, situado à Rua Uruguaiana, 118 - 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, realizará o leilão **APLDETROPCERJ10-24**, na forma online e presencial, dos veículos apreendidos ou removidos a qualquer título, classificados como conservados e não reclamados por seus proprietários dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recolhimento, conforme Portaria DETRO/PRES nº 1537 de 04 de agosto de 2020, tendo como leiloeira a Sr. GEILSON ALMEIDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 287. A cópia do edital poderá ser consultada através dos sites **www.detro.rj.gov.br / www.aplleiloes.com.br**.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
RENACOOP - RENASCER COOPERATIVA DE TRABALHO
CNPJ: 04.920.616/0001-31 - NIRE: 33.4.0004091-1
AGE – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
NA MODALIDADE PRESENCIAL

O Diretor Administrativo da **RENACOOP - Renascer Cooperativa de Trabalho**, CNPJ 04.920.616.0001/31, NIRE 33.4.0004091-1, com sede à Avenida Pastor Martin Luther King Júnior, 126, Bloco 1, Sala 330, Del Castilho, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20765-000, revestido de suas atribuições, conforme disposto no Artigo 34, alínea “c”, do Estatuto Social, pelo presente edital, convoca os senhores cooperados, para reunirem-se em **AGE – Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na modalidade presencial, na Avenida Pastor Martin Luther King Júnior, 126, Bloco 1, Sala 330, Del Castilho, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20765-000, no próximo dia 07 de maio de 2024**. Em primeira convocação às 17:00h com um mínimo de 2/3 dos associados; em segunda às 18:00h com metade mais um dos associados, e em terceira e última convocação às 19:00h com a presença mínima de 20% (vinte por cento) do total do quadro social ou 50 (cinquenta) associados, prevalecendo o menor número dentre as duas alternativas, para tratarem dos assuntos propostos. **Na data da presente convocação a cooperativa possui no total do seu quadro social 400 (quatrocentos) sócios**. **A Ordem do Dia da AGE é a seguinte: 1.** Eleição da Nova Diretoria para exercício do mandato no quadriênio 2024/2028. **2.** Assuntos de Interesse Social. Nota: Para efeito de quórum, o número de associados seguirá o previsto na Lei 12.690/12. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024.

Marciano Lopes da Silva – Diretor Administrativo.

DFB CONTROLE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 40.415.070/0001-25 – NIRE 3330033665-6

Edital de Convocação
Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas a comparecerem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) que serão realizadas no dia 30 de abril de 2024, às 11h, na sede social da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, nº 116, sala 2607, Botafogo - CEP 22290-160, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **I - Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e demais documentos relativos ao exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** Aprovar e ratificar a distribuição e pagamento de dividendos aos Acionistas, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária, bem como autorizar a amortização de saldo devedor de Acionistas junto a Companhia e/ou sua Controladora, nos termos do item III, da cláusula 2.5, do Instrumento Particular de Compra e Venda de Participação Societária e Outras Avenças celebrado entre a Companhia e os Acionistas; **(iv)** Eleição dos membros para compor a Diretoria da Companhia, com mandato unificado até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 2026; e **(v)** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Alterar a forma de representação da Companhia, estabelecida nos Parágrafos Terceiro e Quarto, do art. 15 do Estatuto Social, com a consequente exclusão do Parágrafo Terceiro e reforma e renumeração do Parágrafo Quarto e Sexto, do art. 15 do Estatuto Social; **(ii)** Sujeito à aprovação da matéria constante do item (i), aprovar a reforma do art. 15 do Estatuto Social da Companhia e a sua consolidação; e **(iii)** Autorizar os Diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias aprovadas.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024.

Diniz Ferreira Baptista
Diretor Executivo

Vale comemora resultado do 1º trimestre

Ao comentar o resultado do primeiro trimestre deste ano, Eduardo Bartolomeo, CEO da Vale ressaltou que. “começamos o ano de 2024 bem, impulsionados pelo nosso compromisso com a excelência operacional. No negócio de Soluções de Minério de Ferro, nossas vendas de minério de ferro aumentaram 15% ano a ano, apoiadas por uma produção forte – a maior produção de um 1º trimestre desde 2019.”

As vendas de minério de ferro aumentaram 8,2 Mt (+15%), enquanto as vendas de cobre aumentaram 14,1 kt (+22%) a/a, ambas apoiadas por melhorias operacionais contínuas. O custo caixa C1 de finos de minério de ferro, excluindo compras de terceiros, foi ligeiramente menor a/a, atingindo US$ 23,5/t no 1T, apesar do efeito negativo da apreciação do real.

O Ebitda proforma ajustado de US$ 3,5 bilhões no 1T (incluindo Ebitda proporcional de coligadas e JVs de US$ 203 milhões), 9% menor a/a e 49% menor t/t, principalmente devido aos menores preços realizados de finos de minério de ferro. A variação t/t também foi impactada por vendas sazonalmente menores.

Investimentos da mineradora somaram US$ 1,4 bilhão no 1T, US$ 0,3 bilhão maior a/a, conforme esperado. Dívida bruta e arrendamentos totalizaram US$ 14,7 bilhões em 31 de março de 2024, US$ 0,8 bilhão maior t/t, como resultado, principalmente, de novos empréstimos captados pela Vale S.A e pela Vale Base Metals, dentro do nosso plano de gestão de passivos.

“Nós também estamos tendo progresso nos nossos projetos de crescimento, que ajudarão a melhorar a qualidade e flexibilidade do nosso portfolio de produtos. Dentro do negócio de Metais para Transição Energética, o melhor desempenho no complexo de Salobo, aliado ao ramp-up da planta de Salobo 3, permitiu o aumento na produção de cobre e nos volumes de vendas”, disse i executivo.

Segundo Bartolomeo, os resultados promissores também foram vistos em nossas operações de níquel no Canadá, com maior disponibilidade de minério próprio. “Alinhados ao nosso compromisso com a sociedade, temos orgulho de ter alcançado consumo de energia 100% renovável no Brasil, dois anos antes do previsto. Ao continuarmos nossa jornada, seguimos comprometidos com a construção de um Vale ainda melhor”.

Dívida líquida expandida de US$ 16,4 bilhões em 31 de março de 2024, US$ 0,2 bilhão maior t/t, impulsionada principalmente pelo aumento da dívida líquida. A meta de dívida líquida expandida da Vale permanece em US$ 10-20 bilhões.

Alocação de US$ 275 milhões no trimestre como parte do 4º programa de recompra. Até a data deste relatório, o 4º programa de recompra estava 17% concluído, com 29,9 milhões de ações recompradas.

Rio de Janeiro é o estado mais endividado do país

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e o Procon-RJ (Procon Carioca) estão juntos para promover a educação e a orientação financeira a consumidores de produtos e serviços financeiros e o uso consciente do crédito, prevenindo o superendividamento das famílias. Na semana passada, assinaram acordo de cooperação que permite o uso e a disseminação de conteúdo da Plataforma Meu Bolso em Dia Febraban à população local.

O Rio de Janeiro é o estado com maior número de endividados. Em torno de 7,3 milhões de pessoas estão nessa situação, o que corresponde a 53% da população fluminense, de acordo com dados da Serasa. Na capital, são quase 2,9 milhões de inadimplentes.

Segundo o levantamento da Serasa, computado em março, são 72 milhões de brasileiros inadimplentes e outros 271 milhões com dívidas ativas. O estudo revelou também que os dois principais motivos para a inadimplência, nos anos de 2022 e 2023, foram o desemprego e a redução na renda. O desemprego foi apontado por 29% dos endividados, em 2022, e por 22%, em 2023. Já a redução de renda foi citada por 12% e 20% dos inadimplentes, em 2022 e 2023, respectivamente.

“Os bancos têm papel fundamental no avanço da inclusão financeira do brasileiro e na prevenção do superendividamento. Os órgãos de defesa do consumidor são nossos parceiros estratégicos na disseminação de conteúdo e na ampliação do acesso da população à nossa plataforma de educação financeira”, afirma Amaury Oliva, diretor executivo de Cidadania Financeira e Relações com o Consumidor da Febraban.

Desenvolvida em cooperação técnica com o Banco Central do Brasil e apoio dos bancos e integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a Plataforma Meu Bolso em Dia Febraban traz de forma digital e gratuita conteúdo e orientações para uma vida financeira mais saudável. Há dicas sobre planejamento financeiro, criação de poupança, investimentos e relação com o dinheiro, além de informações que ajudam a entender e usar produtos e serviços bancários, em linguagem acessível a diferentes perfis da população e faixas etárias.

Para quem busca renegociar suas dívidas, a plataforma pode ajudar a mapear a vida financeira e a desenvolver um plano sustentável e duradouro de pagamento. O Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB), exclusivo da plataforma, é uma ferramenta por meio da qual é possível fazer um diagnóstico individual para identificar vulnerabilidades e personalizar estratégias de solução para reequilíbrio das finanças.

Todo o conteúdo e as trilhas de aprendizado da plataforma foram criados por educadores financeiros e abordam temas como planejamento financeiro, solução de dívidas, criação de poupança, investimentos e relação com o dinheiro, em linguagem acessível a diferentes perfis da população e faixas etárias. A plataforma também é a primeira do gênero a fazer uso de inteligência artificial para oferecer ao usuário recomendações personalizadas a seu perfil ou necessidade de financeira.

CPI da Braskem: engenheiro assinou documento no lugar do responsável

A CPI da Braskem ouviu o engenheiro Vitor José Campos Bourbon) em audiência pública. Ele é ex-funcionário da empresa Flodim, contratada pela Braskem para a realização de exames de sonar nas minas de sal-gema em Maceió (AL). Documentos recebidos pela CPI apontam que os exames não foram realizados conforme previsto no plano de lavra e nas recomendações técnicas e que os dados utilizados no estudo foram fornecidos pela própria Braskem. Segundo Bourbon, ele era trainee e assinou o estudo porque a engenheira responsável era francesa.

Segundo a Agência Senado, desde 2018, os bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro, entre outros que ficam próximos às operações da Braskem, em Maceió (AL), vêm registrando danos estruturais em ruas e edifícios.

Senadores acusaram empresas de engenharia contratadas pela petroquímica de também terem responsabilidade pelos danos ambientais e sociais causados em Maceió pela extração mineral. A CPI ouviu como testemunhas os responsáveis por estudos utilizados pela Braskem durante a lavra de sal-gema e para se defender das incriminações de ter causado afundamentos do solo na capital alagoana. A reunião atendeu a requerimentos do relator, o senador Rogério Carvalho (PT-SE).

Para o senador Omar Aziz (PSD-AM), que preside o colegiado, a confissão de culpa da Braskem nos danos em Maceió também deve atingir as empresas que fizeram os estudos utilizados pela petroquímica.

“Se a empresa (Braskem) diz que é culpada, vocês têm corresponsabilidade. Ou a gente toma decisões para acabar com essa molecagem que é dar laudo para obter lavra e depois ter acidentes ambientais, ou esta CPI não vai servir para nada”. A resposta da Omar ocorreu em reação ao engenheiro. Bourbon reconheceu sua responsabilidade técnica pelas operações de sondagens de minas contratadas pela Braskem em 2013, antes dos casos mais sérios de afundamento e rachaduras em 2018 no bairro de Pinheiro. Mas o engenheiro negou ser o responsável pelo laudo contratado, pelo seu uso pela Braskem ou pelos afundamentos.

“O objeto final seria a gente fazer um sonar básico e fazer uma modelagem 3D, [com o] objetivo de você entender como é que está a progressão da lavra do minério (...). A minha responsabilidade técnica era para fazer a empresa (Flodim) funcionar. Não diria nada em relação ao laudo. O laudo era emitido para a empresa (Flodim) na França e outra pessoa também no Brasil, a representante legal no Brasil, que realizou esse laudo. Esses dados são entregues à Braskem, e a Braskem faz bom uso ou mau uso”, afirmou Bourbon.

Segundo o relator, a Flodim foi contratada para aferir a estabilidade das cavidades de mineração. A exploração do mineral sal-gema resulta em cavidades no subsolo. No entanto, as rochas acima das minas caem nas cavidades, ocupando o fundo e aumentando o vazio no topo da mina, fazendo a cavidade “subir”. Em Maceió, a Braskem é responsável por mais de 30 minas e tinha obrigação de monitorar sua progressão.

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 07.737.623/0001-90 - NIRE 33.3.0027725-1
Companhia Fechada

AVISO AOS ACIONISTAS: A A!Bodytech Participações S.A informa que os documentos relacionados no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 referentes às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2023, encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia, na Rua Guilhermina Guinle, nº 272, Parte, Botafogo, Rio de Janeiro, CEP 22.270-060. Rio de Janeiro, 24 de abril de 2024. Alexandre Accioly Rocha - Presidente do Conselho de Administração.

AVISO DE LEILÃO

A SECRETARIA DE TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 14 de maio de 2024, às 10h, realizará leilão na forma on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento, conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, cujo os proprietários já foram notificados, tendo como leiloeiro responsável o Sr. SÉRGIO LUIS REPRESAS CARDOSO, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº. 150, e como Leiloeiro Público Substituto o Sr. DAVI DA SILVA MATTOS, matrícula JUCERJA nº 257. A cópia do edital poderá ser consultado através dos sites **www.eblonline.com.br**, **www.saogoncalo.rj.gov.br/transportes** e **www.sergiorepresasleiloes.com.br**.

PERUGIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ/MF nº 05.078.186/0001-15 - NIRE 33.3.0027357-3

Ficam convocados os acionistas da **PERUGIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.** (“Companhia”) a participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia **30 de abril de 2024 às 16:00h,** através da modalidade semipresencial, ou seja, virtualmente através de plataforma digital que permitirá aos acionistas realizar votações de forma remota, atendendo à Instrução Normativa DREI 81/2020, ou presencialmente no endereço localizado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Luiz Antônio Campos Mello nº 02, sala 704, Jacarepaguá, CEP 22.775-024, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Tomada das contas dos administradores e demonstrações financeiras; 2. Destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; 3. Eleição do Conselho de Administração; 4. Remuneração global dos administradores da Companhia; 5. Mudança no endereço da sede da Companhia com a respectiva alteração do Estatuto Social; e 6. Deliberar acerca dos débitos de IPTU do empreendimento desenvolvido pela Companhia. **Rafael Musiello Vieira** - Presidente do Conselho de Administração.

Sindicato dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança, de Vigilância, de Transporte de Valores, de Prevenção e Combate a Incêndio, de Cursos de Formação, e Similares ou Conexos em Itaguaí e Seropédica- SEESVIT inscrito no CNPJ nº 00.718.911/0001-59.

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Nos termos do Estatuto, estamos convocando toda categoria dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança, de Vigilância e Cursos de Formação em Itaguaí e Seropédica para a **Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se as 9hs em primeira convocação e às 9:30hs em segunda convocação, com qualquer número de participantes, no dia 02 de maio de 2024 na sede do sindicato acima mencionado, situado na Avenida Nilo Peçanha, nº184, sala 102, Centro, Itaguaí/RJ** a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: a) Aprovação da pauta de Negociação Coletiva(Data Base Março/2024) para os Empregados em Empresas de segurança e vigilância de sistemas eletrônicos e segurança privada e rastreamento de numerário, bens e valores; b) Autorização para a Diretoria fazer Acordo e Instaurar Dissídio Coletivo; c) Autorização dos Empregados para desconto de Contribuição Negocial e Assistencial em favor dos Sindicatos; d) Assuntos Gerais. Itaguaí, RJ, 24 de abril de 2024.
Washington Luis de Freitas Ferreira – Presidente do SEESVIT/RJ.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO para Assembléia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO DOS MOTORISTAS DE TÁXI DA RUA GAGO COUTINHO AMAGAGO - Associação dos Motoristas de Táxi da Rua Gago Coutinho, CNPJ nº 05.775.830/0001-04, com sede à Rua Coqueiros, 157, apto 101 – Catumbi - Rio de Janeiro – Cep: 20.251-330, na pessoa do seu Presidente Clayton Ferreira de Araujo, brasileiro, solteiro, nascido em 04/03/1984, taxista autônomo, portador da identidade nº 020674507-7 DICRJ e CPF/MF nº 103.522.977-35, residente e domiciliado na Rua Afonso Bento, L 28, Qd E – Vilar dos Teles – São João de Meriti – Rio de Janeiro – Cep: 25.561-200, convoca seus 35 associados para Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada em 04 de Maio de 2024, no Parque Eduardo Guinle, em 1ª primeira convocação com a presença mínima de 2/3 dos associados às 14:30 h e 2ª segunda convocação com qualquer número de associados presentes às 15:00 h, conforme Art.16º, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: 1) Eleição de Diretoria. 2) Eleição do Conselho Fiscal. 3) Eleição do Conselho de Ética e Disciplina. 4) Alteração do Artigo 2º, item 4º (com 50% dos Associados, conforme, Art. 2º, Item 7º. 5) Alteração do Artigo 2º, Item 7º (com 50% dos Associados, conforme Art. 2º, Item 7º.). 6) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 24 de Abril de 2024.
Presidente Clayton Ferreira de Araujo .

Assembleia Geral Extra0rdinária da AAPBB/FAPES
Telepresencial em 03/05/2024
EDITAL de CONVOCAÇÃO

1. Convocação Em conformidade com o art. 22, inciso II, §1º, item I, do ESTATUTO da Associação dos Assistidos do Plano Básico de Benefícios da FAPES-AAPBB/FAPES, a sua Presidente convoca os associados a participarem da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Associação, que será conduzida em forma **telepresencial** (o associado participa e interage em sala virtual (*on-line*) do Zoom, quando da exposição do item de Pauta e esclarecimento de dúvidas, e vota por meio digital, podendo usar para isso seu computador, tablet ou celular). **2. Etapas: local, data, hora e procedimento** A AGE ocorrerá no dia 03/05/2024 (sexta-feira), e será realizada de forma telepresencial por meio do aplicativo Zoom: **https://zoom.us/j/91296263617?pwd=b0dJWisxRHJucVlvU0MvSTZxdHowdz09**
que também poderá ser acessado pelo Sistema de Associados da AAPBB/FAPES. A sessão será iniciada às 12h, quando ocorrerá a primeira chamada, caso seja totalizada a maioria absoluta (metade mais um) dos associados em condição de participar de assembleias, ou às 12:30h, com qualquer quórum, quando ocorrerá a votação da pauta descrita no item 3 abaixo, que perdurará até as 17h. A votação será conduzida e auditada pela empresa PANAGORA, empresa especializada em sistemas de votação on-line. **3. Assunto da Pauta** Critérios para eleição de Integrante dos Colegiados do quadro administrativo inaugural, em caso de vacância, nos termos do artigo 29 do Estatuto da AAPBB/FAPES **4. Habilitação para a Assembleia:** Estarão habilitados a participar todos os associados que estiverem adimplentes com as suas obrigações (Art. 21 do Estatuto da AAPBB). **5. Forma de Votação:** A votação acerca do item da pauta da AGE descrito no item 3 do presente, terá início imediatamente após o encerramento das atividades descritas no item 2 do presente, sendo feita de forma remota para todos os associados habilitados. As orientações relativas à votação e demais informações serão divulgadas previamente à Assembleia, assim como no dia da votação, durante a Assembleia. Conforme art. 26 do Estatuto da AAPBB, *“qualquer Associado poderá exercer seu direito de voto através de procuração outorgada em favor de Associado adimplente com suas obrigações, ou qualquer representante legal, sujeito às seguintes regras: I – a procuração deverá especificar a assembleia à qual se destina, bem como a finalidade da votação; II – a procuração deverá ter firma reconhecida; III – a cada procurador será permitido representar apenas 1 (um) Associado por assembleia*”. **6. Encerramento da AGE** Encerrado o período de votação, será disponibilizado a todos os associados o resultado da votação. **7. Disposições Complementares** Eventuais dúvidas ou considerações sobre este Edital devem ser encaminhadas ao e-mail: secretaria@aapbb-fapes.org.br até o dia 30.04.2024. Rio de Janeiro, 24 de abril de 2024.
ANGELA REGINA PEREIRA DE CARVALHO
Presidente da AAPBB/FAPES

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

CNPJ 34.117.366/0001-87

Balanços patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	235.250	256.688
Adiantamentos às Confederações	6	250.104	160.914
Contas a receber de terceiros	7	77.039	57.260
Contas a receber – Confederações	8	1.827	1.435
Estoques	9	704	1.419
Adiantamento a fornecedores		668	438
Prêmios de seguros a apropriar	10	135	147
Outros ativos		8.034	3.609
		573.761	**481.910**
Não Circulante			
Depósitos/bloqueios judiciais	20	30.838	30.934
Contas a receber de terceiros	7	28.510	53.596
Contas a receber – Confederações	8	2.718	3.251
		62.066	**87.781**
Propriedades para investimentos	11	7.131	7.371
Imobilizado	12	55.315	42.832
Intangível	13	85	141
		62.531	**50.344**
Total do Ativo		**698.358**	**620.035**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Obrigações de repasse – recursos de loterias	14	415.658	336.272
Termos de fomento – esportes olímpicos	15	3.193	2.757
Contas a pagar a terceiros	16	6.677	2.919
Salários e encargos sociais		9.918	8.791
Receitas diferidas	17	76.434	58.093
Tributos a pagar		382	357
Arrendamento a pagar	18	1.363	1.219
Parcelamento Lei Federal nº 13.988/2020	19	8.575	8.756
Outros passivos		26	35
		522.226	**419.199**
Não Circulante			
Provisão para contingências	20	767	663
Provisão para passivo a descoberto	21	2.078	1.831
Bens de terceiros em nosso poder	12	3.044	3.855
Tributos a pagar	22	3.399	3.151
Receitas diferidas	17	28.417	51.183
Arrendamento a pagar	18	4.897	6.024
Parcelamento Lei Federal nº 13.988/2020	19	69.311	72.237
		111.913	**138.944**
Total do Passivo		**634.139**	**558.143**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social		51.197	49.310
Superávit acumulado		2.634	1.887
Ajustes de avaliação patrimonial		10.388	10.695
Total do Patrimônio Líquido		**64.219**	**61.892**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**698.358**	**620.035**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**42.711**	**6.599**	**11.002**	**60.312**
Incorporação do superávit	6.290	(6.290)	-	-
Incorporação da parcela do custo atribuído a imóveis	309	(309)	-	-
Realização da parcela do custo atribuído a imóveis	-	307	(307)	-
Superávit do exercício	-	1.580	-	1.580
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**49.310**	**1.887**	**10.695**	**61.892**
Incorporação do superávit	1.580	(1.580)	-	-
Incorporação da parcela do custo atribuído a imóveis	307	(307)	-	-
Realização da parcela do custo atribuído a imóveis	-	307	(307)	-
Superávit do exercício	-	2.327	-	2.327
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**51.197**	**2.634**	**10.388**	**64.219**

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receitas aplicação – recursos de loterias			
Receitas (reversões uso COB)	25	221.802	202.132
Total Receitas Aplicação – recursos de loterias		**221.802**	**202.132**
Despesas aplicação – recursos de loterias			
Despesas COB – Fim	25	(54.405)	(56.724)
Programas esportivos – Fim	25	(106.602)	(94.308)
Despesas escolar – Fim	25	(30)	(790)
Despesas universitário – Fim	25	(2)	(2)
Total despesas aplicação – Fim		**(161.039)**	**(151.824)**
Despesas COB – Meio	25	(58.599)	(49.005)
Programas esportivos – Meio	25	(2.164)	(1.303)
Total despesas aplicação – Meio		**(60.763)**	**(50.308)**
Total despesas aplicação – recursos de loterias		**(221.802)**	**(202.132)**
Total aplicação – recursos de loterias		-	-
Receitas/Despesas aplicação – termo de fomento			
Receitas (reversões uso COB)	15	3.056	736
Despesas (Programas esportivos COB)	15	(3.056)	(736)
Total aplicação – termo de fomento		-	-
Receitas próprias			
Patrocínios	27	60.809	46.604
Doações	28	3.277	3.592
Aluguéis		183	88
Outras receitas	29	5.142	667
Total receitas próprias		**69.411**	**50.951**
Despesas operacionais próprias			
Despesas administrativas	30	(64.160)	(46.547)
Despesas com pessoal	31	(788)	(613)
Depreciação e amortização		(2.864)	(894)
Equivalência patrimonial		(246)	(277)
Total despesas operacionais próprias		**(68.058)**	**(48.331)**
Superávit antes do resultado financeiro		**1.353**	**2.620**
Resultado financeiro (recursos próprios)			
Receitas financeiras	32	4.877	6.913
Despesas financeiras	32	(3.903)	(7.953)
		974	**(1.040)**
Superávit do exercício (recursos próprios)		**2.327**	**1.580**

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	2.327	1.580
Ajustes para conciliar o superávit do exercício e o caixa proveniente das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	6.485	6.683
Provisão/(Reversão) para perdas nas contas a receber de terceiros	(20.027)	1.910
Provisão/(Reversão) para perdas em adiantamentos e outros ativos	17	(49)
Provisão para perdas em estoque	17	397
Perda equivalência patrimonial	246	277
Baixa do imobilizado	853	7.619
Provisão/(Reversão) para contingências	104	(401)
Juros arrendamento	708	918
Baixas arrendamento	-	(7.710)
(Aumento)/Redução dos ativos e Aumento/(Redução) dos passivos:		
Adiantamentos às Confederações	(89.063)	(28.850)
Contas a receber de terceiros	25.333	20.632
Contas a receber – Confederações	141	401
Estoques	699	260
Adiantamento de fornecedores	(456)	3.881
Prêmios de seguros a apropriar	12	391
Outros ativos	(4.343)	(2.410)
Depósitos judiciais	96	2.708
Obrigações de repasse – recursos de loterias	79.386	72.804
Termo de fomento – esportes olímpicos	436	2.757
Contas a pagar a terceiros	3.758	(2.318)
Salários e encargos sociais	1.127	553
Outros passivos	(9)	(62)
Parcelamento Lei Federal nº 13.988/2020	(3.107)	10.087
Receitas diferidas	(4.425)	(21.841)
Tributos a pagar	273	209
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**588**	**70.426**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(20.202)	(15.916)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(20.202)**	**(15.916)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Arrendamento pagos	(1.824)	(5.020)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	**(1.824)**	**(5.020)**
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(21.438)**	**49.490**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	256.688	207.198
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	235.250	256.688
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(21.438)**	**49.490**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto operacional: O Comitê Olímpico do Brasil ("COB" ou "Entidade") é uma associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos e de Utilidade Pública Estadual, sediada no Estado do Rio de Janeiro, que tem entre seus objetivos: difundir o ideal olímpico no território brasileiro; promover, organizar e coordenar as manifestações capazes de orientar e aperfeiçoar o desporto nacional; organizar e dirigir a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos, Pan-americanos e Sul-americanos e em outros de igual natureza onde sejam representados os atletas do Time Brasil. Para atender às finalidades institucionais acima descritas, o COB idealiza um Plano Estratégico a cada Ciclo Olímpico de quatro anos. Para execução desse plano são utilizados recursos financeiros da Lei 9.615/98 (Lei Agnelo/Piva), além de recursos próprios. Em dezembro de 2018, foi publicada a Lei 13.756/18, que regulou o produto da arrecadação das loterias, no que tange aos percentuais de repasses direcionados ao COB. Conforme dispositivo legal retro mencionado, os percentuais de repasses ao COB vigentes são como segue: **(i)** 1,48% do produto da "Arrecadação da Loteria Federal" de acordo com a letra E, inciso II do artigo 15; **(ii)** 1,73% do produto da "Arrecadação da Loteria de Prognósticos Numéricos" de acordo com a letra F, inciso II do artigo 16; **(iii)** 1,26% do produto da "Arrecadação da Loteria de Prognóstico Específicos" de acordo com a letra G, inciso II do artigo 17; e **(iv)** 1,63% do produto da "Arrecadação da Loteria de Prognósticos Esportivos" de acordo com a letra E, inciso II do artigo 18. Todos esses recursos são depositados pela Caixa Econômica Federal – ("CEF") periodicamente, de forma direta, à Entidade, em conta bancária específica de titularidade do COB, e mantida exclusivamente para tal finalidade. Outros recursos são obtidos a partir da captação de Patrocínios (públicos e privados), das Doações e da assinatura dos chamados Termos de Fomento (os antigos Convênios) com Entidades Governamentais, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, regulamentada pelo Decreto Federal 8.726/2016, bem como de projetos patrocinados por meio da Lei de Incentivo ao Esporte Federal ou da chamada Lei Federal de Incentivo à Cultura, além dos recursos repassados ao COB pelo Comitê Olímpico Internacional – ("COI"), através dos Programas da Solidariedade Olímpica ("SOI"). 1.1 - **Ataque *ransomware* na rede do COB:** Durante o mês de abril/2023 o COB sofreu um ataque *ransomware* em seus softwares e sistemas operacionais, inclusive rede interna de dados, ocasionando interrupções temporárias e trazendo dificuldades nas atividades administrativas e financeiras por aproximadamente trinta dias, entre os meses de abril e maio. Em decorrência de tal ataque, foi contratada emergencialmente uma empresa especializada em soluções em Cyber segurança, o qual apoiou fortemente o COB na resolução da questão. Após estabilização e normalização de todos os sistemas e softwares do COB, a empresa especializada emitiu em julho de 2023 um relatório técnico "*Forense*" detalhando o que foi possível identificar sobre o ocorrido, assim como, os trabalhos executados e as sugestões de implantações de ferramentas tecnológicas de segurança e de controles confiáveis. Não houve a identificação de compartilhamentos de dados sensíveis. Diante do ocorrido, o COB iniciou a implementação gradual das sugestões de melhorias das ferramentas tecnológicas adequadas, buscando um controle robusto da segurança da informação, demonstrando uma preocupação permanente com o tema da segurança tecnológica. **2 - Alterações de novas normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **• Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, ele não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2024. **• Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos":** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (sale and leaseback). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor- -arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionado ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2024. **• Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação":** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (Supplier Finance Arrangements (SFAs)) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1 de janeiro de 2024. Tendo em vista as naturezas das alterações das novas normas que ainda não estão em vigor, a Alta Administração do COB não vislumbra que tais alterações tenham impacto sobre as demonstrações financeiras da Entidade por ter isenção tributária sobre o superávit. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto sobre as demonstrações financeiras da Entidade. **3 - Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis:** As demonstrações financeiras da Entidade, findas em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que levam em consideração, quando aplicáveis, a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") direcionadas às entidades sem fins lucrativos. A Entidade não possui resultados abrangentes, por esta razão não estão sendo apresentadas as demonstrações dos resultados abrangentes, isto porque, os resultados dos exercícios de 2023 e 2022 correspondem aos resultados abrangentes totais destes anos. A moeda funcional da Entidade é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em Reais, exceto quando indicados de outra forma. A autorização para a conclusão destas demonstrações foi concedida pela Diretoria da Entidade em 04 de março de 2024. ***a)* Apuração do superávit: Aplicação dos recursos do produto da arrecadação das loterias - *Receitas (reversões uso COB):*** As receitas relacionadas aos recursos do produto da arrecadação das loterias, são destinadas a manutenção do COB, bem como, destinadas a projetos e programas vinculados ao desporto olímpico em geral. São reconhecidas no resultado como receita quando do efetivo desembolso, registros de provisões de custos e de despesas. ***Despesas COB – fim/meio;*** Os recursos oriundos do produto da arrecadação das loterias são aplicados em projetos esportivos diretamente executados pelo COB (fim) e na manutenção da Entidade (meio). São reconhecidos no resultado como despesa quando do efetivo desembolso e provisão. ***Programas esportivos – fim/meio:*** São os recursos do produto da arrecadação das loterias destinados a projetos esportivos do Time Brasil – ações diretamente coordenadas pelo COB ou projetos apresentados pelas Confederações voltados para atender atletas específicos e suas equipes multidisciplinares. São reconhecidos no resultado quando do efetivo desembolso e provisão. ***Despesas escolar e universitário - fim:*** Dos recursos oriundos do produto da arrecadação das loterias, destinados a projetos e programas do desporto escolar e universitário, sendo reconhecidos como despesas no resultado quando do efetivo desembolso. Os valores que figuram nos demonstrativos financeiros do COB do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referem-se ao saldo remanescente de recursos elegíveis a projetos da Confederação Brasileira Desporto Escolar – ("CBDE") e Confederação Brasileira Desporto Universitário – ("CBDU") diretamente coordenados e executados pelo COB. Os recursos do produto da arrecadação das loterias relativos às Confederações filiadas ao COB, são reconhecidos contabilmente como "Adiantamentos às Confederações" no ativo circulante quando repassados às entidades. Tais adiantamentos os quais são baixados em contrapartida a conta de "Obrigações de repasse", no passivo circulante, mediante a prestação de contas efetuadas por estas entidades. **Aplicação dos recursos dos termos de fomento**: ***Receitas (reversões uso COB) - Termos de Fomento:*** As receitas relacionadas aos recursos oriundos dos termos de fomento, os quais podem ser firmados com governos dos três níveis de poder, são destinadas a projetos e programas vinculados aos desportos olímpicos em geral. São reconhecidos no resultado como receita quando dos efetivos desembolsos financeiros por meio dos pagamentos de custos e despesas vinculados aos termos de fomentos. ***Programas esportivos (COB) - Termos de Fomento:*** São os recursos oriundos dos termos de fomento destinados a projetos esportivos – ações diretamente coordenadas pelo COB, voltados para atender atletas específicos e suas equipes multidisciplinares. São reconhecidos no resultado quando do registro contábil pelo regime de competência, em relação aos custos e despesas vinculados aos termos de fomentos. **Aplicação dos recursos próprios da entidade**: **Receita de patrocínio:** As receitas de patrocínios são reconhecidas linearmente no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato. No caso de cessão de direito de uso de marcas, as receitas são reconhecidas diretamente no resultado no momento da ativação da marca e, se dá em eventos específicos. Os patrocínios são recebidos por meio de repasses financeiros (*Cash*) e/ou por repasses de bens ou prestação de serviços (*Value in Kind – VIK*). **Receitas de doações:** São reconhecidas no resultado por ocasião do seu efetivo recebimento. **Receita de aluguéis:** Referem-se às receitas com aluguéis de propriedades para investimento, reconhecidas linearmente de acordo com o regime de competência. **Outras receitas:** Referem-se às receitas não recorrentes correspondentes às atividades institucionais do COB e/ou recebimentos pontuais de indenizações por seguros. **Despesas operacionais:** Referem-se aos dispêndios de natureza própria incorridos e provisionados contabilmente pela Entidade, observado o período de competência. ***b)* Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são recursos mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa, o dinheiro em caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme instruído pelo artigo 20 da Instrução Normativa nº 1 de 1997 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo (doze meses ou menos), a contar da data da contratação. As rentabilidades das aplicações financeiras oriundas dos recursos do produto da arrecadação das loterias são reconhecidas em contrapartida às "Obrigações de Repasse às Confederações", e em conta de resultado, observando-se o adequado período de competência quando relacionadas aos recursos próprios. ***c)* Contas a receber de terceiros e provisão para não realização do recebível:** As contas a receber são representadas principalmente pelos valores relativos aos contratos de patrocínios e/ou cessão de direitos de uso de marca, incluindo aquelas cuja contraprestação recebida pelo COB é disponibilizada através da prestação de serviço ou por entrega de produtos pela contraparte (*"Value in Kind" – VIK*), bem como valores a receber de contratos de mútuos com as Confederações. A provisão para não realização do contas a receber é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela alta Administração da Entidade para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos, ou perdas na utilização de produtos e serviços de patrocinadores. ***d)* Contas a receber – parcelamento Confederações:** Correspondem aos valores a receber de determinadas Confederações, decorrentes das glosas efetuadas em função da análise das prestações de contas, ocasionado pela rejeição total ou parcial de projetos executados pelas Confederações utilizando recursos das Loterias. Os pagamentos das parcelas mensais pelas Confederações que aderiram ao programa de parcelamento, obrigatoriamente devem utilizar os recursos próprios da entidade. ***e)* Adiantamento às confederações:** Os adiantamentos às Confederações filiadas são registrados contabilmente em conta específica no ativo circulante quando repassados às respectivas entidades e são baixados mediante o recebimento e análise pelo COB da respectiva prestação de contas de tais valores e/ou devolução de numerários. ***f)* Investimentos:** Os investimentos da Entidade são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. ***g)* Propriedades para investimento:** As propriedades para investimentos são imóveis mantidos para gerar benefícios econômicos, utilizados para propósitos relacionados às operações da Entidade e não destinadas para a venda, e são mensuradas ao custo, incluindo, os de transação. As depreciações desses ativos são calculadas pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens com os respectivos valores residuais. A Entidade optou por avaliar suas propriedades para investimento ao valor justo, como custo atribuído em 01 de janeiro de 2009, registrando o ajuste em contrapartida a rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido da Entidade. A vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. A Administração, em seu melhor julgamento, entende que os principais ativos não sofreram significativas variações de preço desde a data da aquisição e/ou formação e, ainda, que as taxas admitidas para a depreciação representam adequadamente o tempo de vida útil-econômica esperada para os bens do ativo. ***h)* Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. Os ativos imobilizados de terceiros mantidos em poder do COB foram registrados a custo no momento da transferência da posse dos mesmos, em contrapartida ao reconhecimento de uma obrigação no mesmo montante no passivo. As depreciações dos ativos são calculadas pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. A vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. A Administração, em seu melhor julgamento, entende que os principais ativos não sofreram significativas variações de preço desde a data da aquisição e/ou formação e, ainda, que as taxas admitidas para a depreciação representem adequadamente o tempo de vida útil-econômica esperada para os bens do ativo. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil líquido do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo é baixado. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição dos mesmos. Os custos de desenvolvimento, que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são capitalizados. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos e a amortização é calculada linearmente baseada na expectativa de prazo de utilização. ***i)* Ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais seriam realizados, ou pelo seu valor de custo, o menor entre os dois, considerando as amortizações, variações monetárias e cambiais de acordo com as condições contratuais, se aplicáveis. Os passivos são reconhecidos no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados e classificados como provisões. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas da Administração. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias e cambiais de acordo com as condições contratuais, se aplicáveis. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando os ativos são realizáveis, e os passivos exigíveis, dentro dos doze meses seguintes. Nos exercícios findos em dezembro de 2023 e de 2022 não foram identificados ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente. ***j)* Obrigações de repasses – recursos do produto da arrecadação das loterias:** As Obrigações de Repasses são reconhecidas no passivo circulante da Entidade quando os recursos dos produtos da arrecadação das loterias são recebidos. As baixas ocorrem por meio de dois eventos: (i) mediante as análises dos documentos suportes pelo COB, referente as prestações de contas dos valores repassados às Confederações filiadas; e (ii) quando da utilização dos recursos financeiros aplicados diretamente pelo COB em suas operações. ***k)* Termos de Fomento – Esportes Olímpicos:** São reconhecidos no passivo circulante ou não circulante da Entidade quando os recursos dos oriundos dos termos celebrados com a Administração Pública são recebidos. São compensados/baixados quando dos efetivos desembolsos financeiros por meio dos pagamentos de custos e despesas diretamente pelo COB. ***l)* Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas da Administração. ***m)* Receitas diferidas:** São reconhecidos como receitas diferidas os recursos oriundos dos seguintes eventos: (i) contratos de patrocínios registrados em curto e longo prazos e reconhecidos contabilmente de forma linear no resultado; e (ii) recebimentos do COI vinculados a SOI, tais valores são apropriados ao resultado à medida que os custos relacionados são incorridos ou quando da prestação de contas se estiver relacionado a valores repassados às Confederações. ***n)* Arrendamento a pagar:** Em janeiro de 2019, entrou em vigor a norma contábil, emitida pelo Comitê de Pronunciamento contábeis, que regulamentou por meio do CPC 06 (R2) / IFRS 16 os registros contábeis decorrentes dos direitos de uso de arrendamentos/locações. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18, o COB adotou a norma supracitada a partir do período de vigência em janeiro de 2019. ***o)* Parcelamento Lei Federal nº 13.988/2020:** Em maio de 2021, o COB firmou junto a Procuradoria Geral de Fazenda Nacional – PGFN um termo de transação individual com base na Lei Federal nº 13.988/2020, cuja operação resultou em um parcelamento de débitos fiscais de âmbito federal. ***p)* Provisões para contingências:** A Entidade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências com demandas judiciais e administrativas para os quais seja provável que uma saída de recursos para liquidar a obrigação, a qual é constituída razoavelmente com a melhor expectativa de realização. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. ***q)* Provisão para passivo a descoberto:** Corresponde ao saldo contábil do patrimônio social negativo de suas investidas. Os investimentos da Entidade são registrados contabilmente com base no método da equivalência patrimonial. ***r)* Imposto de renda e contribuição social:** Como entidade sem fins lucrativos, o COB goza de benefícios tributários, tais como, a isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu superávit/déficit, de acordo com o Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto vigente nº 9.580 de 23 de novembro de 2018 e Lei nº 9.532/1997. ***s)* Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS:** Conforme as Leis nº 9.715 de 26 de novembro de 1998 e 9.718 de 28 de novembro de 1998, as Entidades sem fins econômicos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma cota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. ***t)* Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no superávit (déficit) do exercício em contrapartida a obrigações de

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

CNPJ 34.117.366/0001-87

repasse às Confederações. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. ***u) Avaliação do valor recuperável de ativos:*** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, sendo este o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso do ativo. ***v) Patrimônio Social:*** Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, acrescidos dos movimentos patrimoniais e de resultados (superávits e déficits) apurados em cada exercício. ***w) Revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis já adotados:*** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Entidade considerou, quando aplicável, as novas revisões e interpretações do IFRS e os pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que estão em vigor para períodos contábeis findos em 31 de dezembro de 2023. A aplicação dessas revisões e interpretações não resultou em impactos nas divulgações ou demonstrações financeiras do COB, vide Nota Explicativa nº 2. **4 - Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Entidade pode requer que a Administração faça julgamentos e estimativas, além de adotar premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, as incertezas relativas a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Itens sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a definição de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação pelas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. As principais incertezas sobre premissas e estimativas estão refletidas nas seguintes notas explicativas: ► Nota 7 – Provisão para não realização das contas a receber; ► Nota 9 – Provisão para obsolescência do estoque; ► Nota 11 – Vida útil e valor justo das propriedades para investimento e valor residual: ► Nota 12 – Vida útil dos bens do imobilizado e valor residual; ► Nota 13 – Vida útil dos bens do intangível e valor residual; e ► Nota 20 – Provisão para contingências.

5 - Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos (a)	7.747	13.463
Aplicações financeiras (b)		
Caderneta de Poupança	190.733	221.810
Certificados de Depósitos Bancários	1.907	1.500
Fundo de Renda Fixa	34.863	19.915
Total	**235.250**	**256.688**

Conforme dispõe na Portaria Interministerial nº 424/2016 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, os recursos recebidos essencialmente por meio do produto da arrecadação das loterias e quando não integralmente utilizados, recomenda-se a aplicação dos recursos em conta poupança, com o objetivo de evitar ou minimizar a perda de valor da moeda e possível desvio de finalidade. (a) Os saldos disponíveis em contas bancárias compõem-se com recursos próprios oriundos de recebimentos de patrocínios pela modalidade "cash", além de perfazer o saldo, também, de recursos recebidos essencialmente por meio do produto da arrecadação das loterias, mantidos em contas correntes exclusivas para este fim junto em instituições financeiras sólidas e de primeira linha. (b) As aplicações financeiras referem-se à Caderneta de Poupança, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Fundos de Renda Fixa contratados junto as instituições financeiras sólidas e de primeira linha, as quais possuem liquidez imediata, sendo remuneradas com base na Taxa de Remuneração (TR) e no Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **6 - Adiantamentos às Confederações**

Confederação	31 de dezembro de 2022	Reversão ajuste de recursos de loterias 2022	Repasse de recursos de loterias 2023	Saldo repasse SOI/ RP em 2023	Devoluções/ baixas de parcelamentos em 2023	Baixas/ prestação de contas em 2023	Provisão ajuste de recursos de loterias 2023	31 de dezembro de 2023
Atletismo	7.721	10.946	11.566	-	(2.388)	(5.116)	(11.331)	11.398
Badminton	4.907	4.072	6.942	-	(529)	(3.962)	(4.974)	6.456
Basquete	-	7.848	-	-	-	-	(7.848)	-
Beisebol	-	2.426	-	-	(3)	(541)	(1.882)	-
Boxe	6.736	13.171	9.229	9	(586)	(4.402)	(13.136)	11.021
Breaking	1.011	-	3.086	-	(246)	(5)	(685)	3.161
Canoagem	6.056	16.814	10.116	-	(2.052)	(4.444)	(15.788)	10.702
Ciclismo	5.840	5.323	8.497	-	(1.303)	(3.327)	(6.054)	8.976
Desporto Escolar	-	18.036	-	-	(89)	(2.362)	(15.585)	-
Desporto Universitário	-	33.421	-	-	(106)	(3.150)	(30.165)	-
Desportos Aquáticos	-	9.291	-	-	-	-	(9.291)	-
Desportos na Neve	6.434	2.681	6.288	126	(414)	(5.226)	(1.987)	7.902
Desportos no Gelo	4.466	7.166	6.207	126	(1.098)	(4.253)	(5.994)	6.620
Escala Esportiva	3.316	2.147	4.764	-	(578)	(1.847)	(3.147)	4.655
Esgrima	4.971	8.631	7.728	-	(1.841)	(5.537)	(7.225)	6.727
Ginástica	8.175	10.082	13.238	-	(990)	(8.603)	(7.015)	14.887
Golfe	3.380	1.426	4.459	-	(388)	(4.477)	(66)	4.334
Handebol	2.310	6.266	-	-	(12)	(1.633)	(6.281)	650
Hipismo	7.887	6.394	9.196	-	(1.039)	(4.154)	(7.466)	10.818
Hóquei sobre a Grama	3.404	3.622	5.907	-	(809)	(2.151)	(3.618)	6.355
Judô	10.132	10.401	14.930	3	(2.203)	(7.849)	(9.394)	16.020
Karatê	-	4.104	-	-	(1)	(574)	(3.529)	-
Levantamento de pesos	3.710	1.313	6.851	-	(1.209)	(3.882)	(800)	5.983
Pentatlo Moderno	3.997	3.590	5.314	-	(825)	(2.789)	(3.456)	5.831
Remo	2.948	7.007	5.778	-	(866)	(4.591)	(4.818)	5.458
Rugby	3.261	3.170	5.793	-	(462)	(6.020)	(454)	5.288
Skateboarding	5.915	8.199	9.915	-	(1.017)	(8.697)	(4.261)	10.054
Surf	4.522	-	9.255	-	(1.905)	(486)	(1.868)	9.518
Taekwondo	7.413	8.444	8.520	-	(733)	(1.406)	(12.685)	9.553
Tênis	4.610	6.277	5.333	-	(657)	(5.660)	(3.467)	6.436
Tênis de Mesa	5.027	5.786	7.546	-	(859)	(3.877)	(6.448)	7.175
Tiro com Arco	4.960	5.773	7.844	-	(1.400)	(3.697)	(6.004)	7.476
Tiro Esportivo	6.052	4.348	6.175	-	(1.385)	(4.596)	(3.300)	7.294
Triathlon	4.202	3.139	6.510	-	(1.092)	(4.662)	(1.861)	6.236
Vela	3.065	4.414	8.633	-	(883)	(1.152)	(4.461)	9.616
Voleibol	11.371	17.015	14.916	-	(2.524)	(10.636)	(12.856)	17.286
Wrestling	3.115	4.505	6.071	-	(495)	(2.702)	(4.276)	6.218
Total em 2023	**160.914**	**267.248**	**236.607**	**264**	**(32.987)**	**(138.466)**	**(243.476)**	**250.104**

São recursos da Lei das Loterias destinados pelo COB às Confederações filiadas, para fazer frente aos projetos e programas esportivos anuais, orçados e aprovados em Assembleia. Tais valores são contabilizados como adiantamentos pelo COB, quando repassados às Confederações, e são compensados/baixados por meio da apresentação da prestação de contas com a comprovação de gastos pelas Confederações, com a posterior análise pelo COB. Ressaltamos que os níveis de revisões das prestações de contas, por parte do COB, retornaram ao patamar pré-pandêmico nos últimos dois anos (2022 e 2023). Pontualmente, houve uma interrupção temporária nas análises das prestações de contas, no período de aproximadamente trinta dias, entre os meses de abril e maio de 2023, em decorrência de um ataque r*ansomware* sofrido pelo COB, que acarretou em uma paralização integral dos sistemas operacionais do COB. Tal situação foi devidamente solucionada pela entidade, vide Nota Explicativa nº 1.1. Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 de adiantamentos às Confederações Olímpicas filiadas estão sendo apresentados líquidos das prestações de contas já recebidas e, em processo de análise pelo COB. Eventuais possíveis glosas identificadas neste processo só serão reconhecidas quando da conclusão das análises das prestações de contas em aberto.

7 - Contas a receber de terceiros

	2023	2022
Patrocínios Ciclo 2021-2024 (a)	105.549	110.856
Empréstimos às Confederações (b)	1.273	1.273
Patrocínios Ciclo 2017-2020 (c)	1.112	1.112
Comitê Organizador Jogos Olímpicos Rio 2016 (d)	-	20.027
Total	**107.934**	**133.268**
(-) Provisão para Não Realização dos Empréstimos às Confederações (b)	(1.273)	(1.273)
(-) Provisão para Não Realização do Contas a Receber dos Patrocínios Ciclo 2017-2020 (c)	(1.112)	(1.112)
(-) Provisão para Não Realização do Contas a Receber do Comitê Organizador Jogos Olímpicos Rio 2016 ()	-	(20.027)
Total	**(2.385)**	**(22.412)**
Total líquido contas a receber de terceiros	**105.549**	**110.856**
Circulante	77.039	57.260
Não circulante	28.510	53.596
	105.549	**110.856**

(a) Referem-se aos contratos de patrocínios firmados pelo COB nas modalidades "Cash" e "VIK" para o Ciclo Olímpico 2021-2024 com os seguintes parceiros: Comitê Olímpico Internacional (COI), Quanzhou Peak Shoes, Transformando Hábitos Franchising Ltda (Boali), Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda, Lojas Riachuelo S.A, XP Investimentos Corretora de Câmbio, título e valores mobiliários S.A, Estácio de Sá, Max Recovery, Sanofi Medley, Vivo, Aliança Francesa, Águia Branca, Smart Fit, Ajinomoto, Grupo Águia, Alpargatas, Heinz e Voke. (b) Referem-se a mútuos realizados entre o COB e às Confederações em anos anteriores, sobre os quais não incidem juros ou atualizações monetárias e cujas respectivas provisões para perdas foram registradas, sendo o montante calculado conforme melhor estimativa da Administração. (c) A fornecedora oficial de materiais esportivos (uniformes) do COB, a PEAK, deixou de enviar a quantidade total estimada no contrato de patrocínio para o referido ciclo olímpico, devido a limitação da equipe de apoio dos países participantes impostas pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Tokyo 2020. Tais uniformes pertencem as coleções passadas de 2019 e 2020, além disso, também por questão de estratégia comercial, possivelmente não se realizará a entrega futura destes materiais. Por esta razão, foi efetuada provisão para perda em 2023, sendo o montante calculado conforme melhor estimativa da Administração. (d) Referem-se aos valores a receber do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, relativos à cessão de uso de marca de acordo com o Programa Conjunto de Marketing (Joint Marketing Program Agreement – JMPA). Em 2023 o COB atualizou o saldo a receber no montante de R$ 1.121, pela variação anual do IPCA conforme condições contratuais pactuadas. Em função da inadimplência dos últimos exercícios e da situação financeira do Rio 2016, foi efetuada provisão para perdas, sendo o montante calculado conforme melhor estimativa da Administração. Em 15 de dezembro de 2023, a Assembleia do COB deliberou e decidiu pela anistia do saldo atualizado em aberto, no montante de R$ 21.148, com os consequentes registros contábeis: (i) baixa do recebível; e (ii) reversão de provisão para perdas. Segue abaixo a composição dos saldos a receber de curto e longo prazo oriundos dos contratos de patrocínios celebrados pelo COB para o Ciclo Olímpico 2021-2024:

	Saldo inicial em 31.12.22	Adições	Variações cambial ativa/ (passiva)	Baixas por utilizações/ recebimentos	Baixa por rescisão de contrato	Saldo final em 31.12.23
Modalidades de patrocínios	-					
Cash	67.447	38.798	(2.879)	(35.664)	(288)	67.414
VIK	43.409	16.203	(354)	(21.123)	-	38.135
Total	**110.856**	**55.001**	**(3.233)**	**(56.787)**	**(288)**	**105.549**

	Cash	VIK	Total em 31.12.23
Circulante	46.904	30.135	77.039
Não circulante	20.510	8.000	28.510
Total	**67.414**	**38.135**	**105.549**

(i) Contratos celebrados em moedas estrangeiras são convertidos para fins de divulgação à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2023. (ii) Os saldos a receber dos contratos são reconhecidos integralmente nos ativos circulante e não circulante, este último quando acima de 12 meses, em contrapartida a conta de receita diferida no passivo circulante e não circulante, sendo as receitas reconhecidas linearmente no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato. **8 - Contas a receber - Confederações:** Com base no modelo de parcelamento adotado pelo Ministério do Esporte por meio da portaria Nº 196 de 26 de junho de 2018, as Confederações poderão solicitar parcelamentos de débitos cujas parcelas mensais não sejam inferiores a R$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada, iguais e sucessivas, cujo valor será obtido mediante a divisão do total da dívida consolidada atualizada pelo número de parcelas com o objetivo de garantir a parcela mínima, considerando um prazo máximo de parcelamento de 60 (sessenta) meses. Atualmente é possível que as Confederações solicitem ao COB mais de um parcelamento, desde que esteja adimplente com o(s) contrato(s) vigente(s) e que não correspondam às glosas que foram objeto de parcelamento anterior.

O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2023, refere-se aos contratos de parcelamentos de dívidas celebrados entre o COB e as Confederações, cujo objeto é o recebimento de valores (glosas) em razão de rejeição total ou parcial de contas analisadas. A atualização do saldo é feita mensalmente utilizando-se as mesmas premissas de atualização de créditos do Governo Federal por meio da SELIC.

	2023	2022
Confederação Brasileira de Taekwondo	1.649	2.176
Confederação Brasileira de Handebol	1.064	1.209
Confederação Brasileira de Canoagem	930	148
Confederação Brasileira de Voleibol	450	572
Confederação Brasileira de Remo	274	354
Confederação Brasileira de Tênis de Mesa	178	227
Total	**4.545**	**4.686**
Circulante	1.827	1.435
Não circulante	2.718	3.251
	4.545	**4.686**

9 - Estoques: O saldo de estoques reflete basicamente, os uniformes a serem utilizados por atletas em competições esportivas e recebidos através de contratos de patrocínios (VIK) firmados entre o COB e as empresas fornecedoras de materiais esportivos.

	2023	2022
Uniformes	704	1.402
Material Técnico Esportivo	102	102
Outros	23	23
Provisão para perda por obsolescência (a)	(125)	(108)
Total	**704**	**1.419**

(a) Refere-se, basicamente, à provisão por obsolescência de materiais esportivos remanescente da antiga fornecedora os quais foram recebidos por meio de contratos de patrocínios (VIK) que por motivos contratuais não estão sendo utilizados em competições esportivas e, seu consumo ocorre em casos pontuais.

10 - Prêmios de seguros a apropriar

	2023	2022
Seguro de Responsabilidade Civil (a)	102	107
Outros	33	40
Total	**135**	**147**

(a) Refere-se ao Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O) e tem por objeto o pagamento ou reembolso das quantias devidas ou pagas a terceiros pelo segurado, a título de reparação de danos, estipuladas por Tribunal Cível ou acordo judicial ou extrajudicial aprovado previamente pela Seguradora.

11 - Propriedades para investimento: **Movimentação 2022**

	2021	Adições	Baixas	Transferência	2022
Custo					
Terrenos	4.151	-	-	-	4.151
Imóveis	6.882	-	-	-	6.882
Total	**11.033**	**-**	**-**	**-**	**11.033**

	Taxas anuais amortização (%)	2021	Adições	Baixas	Transferência	2022
Depreciação						
Imóveis	4%	(3.423)	(239)	-	-	(3.662)
Total		**(3.423)**	**(239)**	**-**	**-**	**(3.662)**
Saldo líquido		**7.610**	**(239)**	**-**	**-**	**7.371**

Movimentação 2023

	2022	Adições	Baixas	Transferência	2023
Custo					
Terrenos	4.151	-	-	-	4.151
Imóveis	6.882	-	-	-	6.882
Total	**11.033**	**-**	**-**	**-**	**11.033**

	Taxas anuais amortização (%)	2022	Adições	Baixas	Transferência	2023
Depreciação						
Imóveis	4%	(3.662)	(240)	-	-	(3.902)
Total		**(3.662)**	**(240)**	**-**	**-**	**(3.902)**
Saldo líquido		**7.371**	**(240)**	**-**	**-**	**7.131**

Durante os exercícios de 2021 e 2020, o COB celebrou com determinadas Confederações, contratos de comodato de bens imóveis de sua propriedade. O objeto do contrato contemplou a cessão de uso de salas comerciais no Rio de Janeiro sem a cobrança de aluguel. Haja vista o contrato celebrado, foi feita a transferência de saldo entre as rubricas, de "propriedades para investimento" para "imobilizado – comodato", vide Nota Explicativa nº 12. A Administração realizou uma análise sobre o valor justo das propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2023, pelo índice FIPEZAP para cidade do Rio de Janeiro, chegando no montante de R$ 23.308, portanto, não há indicativo de perda no valor recuperável desses ativos. **12 - Imobilizado:** Os detalhes do ativo imobilizado do COB estão demonstrados nos quadros abaixo:

Movimentação 2022

	2021	Adições	Baixas	Transferência	2022
Custo					
Máquinas e acessórios	3.284	497	(41)	-	3.740
Móveis e utensílios	2.961	1.116	(448)	-	3.629
Aparelhos de comunicação	320	60	(8)	-	372
Instalações	171	-	-	-	171
Veículos	642	293	(235)	-	700
Biblioteca e Filmoteca	-	8	-	-	8
Computadores e periféricos	6.885	1.401	(624)	-	7.662
Equipamentos esportivos	12.068	1.184	(8)	(100)	13.144
Bens em poder de terceiros - comodato	3.089	-	(2)	399	3.486
Benfeitorias em propriedades de terceiros	18	7.877	-	-	7.895
Bens de terceiros em nosso poder	8.116	-	-	-	8.116
Direito de uso – imóveis	22.159	7.922	(17.865)	-	12.216
Terrenos e Imóveis	3.676	-	-	-	3.676
Imobilizado em andamento	446	570	-	(299)	717
Bens em construção – Adequação Maria Lenk (e)	4.053	2.910	-	-	6.963
Total	**67.888**	**23.838**	**(19.231)**	**-**	**72.495**

	Taxas anuais depreciação (%)	2021	Adições	Baixas	Transferência	2022
Depreciação						
Máquinas e acessórios	10%	(1.870)	(258)	38	-	(2.090)
Móveis e utensílios	10%	(2.421)	(122)	428	-	(2.115)
Aparelhos de comunicação	10%	(194)	(31)	7	-	(218)
Instalações	10%	(137)	(17)	-	-	(154)
Veículos	20%	(603)	(39)	235	-	(407)
Computadores e periféricos	20%	(6.007)	(432)	623	-	(5.816)
Equipamentos esportivos	10%	(5.670)	(1.106)	3	2	(6.771)
Bens em poder de terceiros-comodato	10 a 20%	(1.671)	(127)	-	(2)	(1.800)
Bens de terceiros em nosso poder	10 a 20%	(3.451)	(812)	-	-	(4.263)
Direitos de Uso – Imóveis (f)	conforme contrato	(11.031)	(4.172)	10.275	-	(4.928)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	conforme contrato	(7)	(2)	-	-	(9)
Imóveis	4%	(1.024)	(68)	-	-	(1.092)
Total		**(34.086)**	**(7.186)**	**11.609**	**-**	**(29.663)**
Saldo líquido		**33.802**	**16.652**	**(7.622)**	**-**	**42.832**

Movimentação 2023

	2022	Adições	Baixas	Transferência	2023
Custo					
Máquinas e acessórios	3.740	564	(269)	111	4.146
Móveis e utensílios (c)	3.629	1.206	(357)	-	4.478
Aparelhos de comunicação	372	76	(10)	-	438
Instalações	171	-	-	-	171
Veículos	700	216	(246)	-	670
Biblioteca e Filmoteca	8	-	-	-	8
Computadores e periféricos	7.662	954	(219)	17	8.414
Equipamentos esportivos (d)	13.144	1.100	(976)	443	13.711
Bens em poder de terceiros - comodato	3.486	-	(39)	-	3.447
Benfeitorias em propriedades de terceiros	7.895	-	-	196	8.091
Bens de terceiros em nosso poder	8.116	-	-	-	8.116
Direito de uso – imóveis	12.216	132	-	-	12.348
Terrenos e Imóveis	3.676	-	-	-	3.676
Imobilizado em andamento (b)	717	1.645	-	(570)	1.792
Bens em construção – COB	-	230	-	(197)	33
Bens em construção – Adequação Maria Lenk (a)	6.963	14.211	-	-	21.174
Total	**72.495**	**20.334**	**(2.116)**	**-**	**90.713**

	Taxas anuais depreciação (%)	2022	Adições	Baixas	Transferência	2023
Depreciação						
Máquinas e acessórios	10%	(2.090)	(277)	172	-	(2.195)
Móveis e utensílios	10%	(2.115)	(264)	286	-	(2.093)
Aparelhos de comunicação	10%	(218)	(35)	7	-	(246)
Instalações	10%	(154)	(16)	-	-	(170)
Veículos	20%	(407)	(84)	246	-	(245)
Computadores e periféricos	20%	(5.816)	(566)	173	-	(6.209)
Equipamentos esportivos	10%	(6.771)	(1.140)	361	-	(7.550)
Bens em poder de terceiros-comodato	10 a 20%	(1.800)	(134)	19	-	(1.915)
Bens de terceiros em nosso poder	10 a 20%	(4.263)	(810)	-	-	(5.073)
Direitos de Uso – Imóveis	conforme contrato	(4.928)	(1.828)	-	-	(6.756)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	conforme contrato	(9)	(1.776)	-	-	(1.785)
Imóveis	4%	(1.092)	(69)	-	-	(1.161)
Total		**(29.663)**	**(6.999)**	**1.264**	**-**	**(35.398)**
Saldo líquido		**42.832**	**13.335**	**(852)**	**-**	**55.315**

Abaixo, destacamos as principais movimentações realizadas durante o exercício de 2023: (a) As adições no montante de R$ 14.211 na rubrica de "Bens em construção – Adequação Maria Lenk", referem-se aos gastos incorridos durante o exercício de 2023 com a elaboração do projeto executivo, gerenciamento da obra, execução da obra, e outros custos vinculados a adequação do Complexo Olímpico do Parque Aquático Maria Lenk, visando adaptar a estrutura para ser utilizada por diversas Confederações filiadas e o COB. O início da depreciação ocorrerá quando da finalização das obras com as devidas formalizações e aprovações legais, e o aceito do COB. (b) As adições no montante de R$ 1.645 na rubrica de "Imobilizado em andamento", referem-se aos equipamentos esportivos em processo de montagem e móveis/materiais em processo de elaboração. O início da depreciação ocorrerá quando da formal entrega do produto acabado. (c) As adições no montante de R$ 1.206 na rubrica de "Móveis e utensílios", referem-se, basicamente, as aquisições de cadeiras, mesas (estação de trabalho) e estantes de aço alocadas na Sede Administrativa e no Complexo Olímpico do Parque Aquático Maria Lenk. (d) As adições no montante de R$ 1.100 na rubrica "Equipamentos esportivos", referem-se aos equipamentos esportivos adquiridos e disponibilizados aos atletas e staffs para utilização em treinos e competições esportivas. **13 - Intangível:** Os detalhes do ativo intangível do COB estão demonstrados nos quadros abaixo:

Movimentação 2022

	2021	Adições	Baixas	Transferência	2022
Custo					
Software e sistemas	11.624	-	(2)	-	11.622
Total	**11.624**	**-**	**(2)**	**-**	**11.622**

	Taxas anuais amortização (%)	2021	Adições	Baixas	Transferência	2022
Depreciação						
Software e sistemas	20%	(11.415)	(68)	2	-	(11.481)
Total		**(11.415)**	**(68)**	**2**	**-**	**(11.481)**
Saldo líquido		**209**	**(68)**	**-**	**-**	**141**

Movimentação 2023

	2022	Adições	Baixas	Transferência	2023
Custo					
Software e sistemas	11.622	-	-	-	11.622
Total	**11.622**	**-**	**-**	**-**	**11.622**

	Taxas anuais amortização (%)	2022	Adições	Baixas	Transferência	2023
Depreciação						
Software e sistemas	20%	(11.481)	(56)	-	-	(11.537)
Total		**(11.481)**	**(56)**	**-**	**-**	**(11.537)**
Saldo líquido		**141**	**(56)**	**-**	**-**	**85**

14 - Obrigações de repasses – recursos de loterias: Referem-se a recursos oriundos do produto da arrecadação das loterias para aplicação exclusiva em projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, bem como sua participação em eventos desportivos nacionais e internacionais, os quais são gerenciados pelo COB e Confederações Olímpicas filiadas. As destinações dos recursos encontram-se discriminadas abaixo, contemplando também, as receitas financeiras auferidas no ano:

	2023	2022
COB – (Uso COB e Confederações filiadas)	408.869	330.115
Escolar	5.883	5.582
Universitário	906	575
Total	**415.658**	**336.272**

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

CNPJ 34.117.366/0001-87

A movimentação dos recursos recebidos oriundos do produto da arrecadação das loterias no exercício está assim demonstrada:

	COB/ Confederações	Escolar	Universitário	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**330.115**	**5.582**	**575**	**336.272**
Arrecadação – entrada de recursos de loterias (a)	391.365	-	-	391.365
Receitas Financeiras (b)	23.932	243	228	24.403
(Provisões) reversões - ajuste (c)	18.066	2.450	3.255	23.771
(Reversões) provisões - devoluções	(6)	-	-	(6)
(Reversões) provisões - atualizações monetárias de parcelamentos mantidos com as Confederações	121	-	-	121
Baixas de Prestações de Contas (d)	(132.954)	(2.362)	(3.150)	(138.466)
Receitas (reversões uso COB) (e)	(221.770)	(30)	(2)	(221.802)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**408.869**	**5.883**	**906**	**415.658**

(a) Durante o ano de 2023, o COB recebeu a título de repasse da CEF o montante de R$ 391.365 (R$ 385.921 em 31 de dezembro de 2022) por meio de recursos oriundos do produto de arrecadação das loterias. Esses recursos são destinados a fomentar o esporte de alto rendimento em suas mais diversas modalidades. As destinações são estabelecidas pelo COB em sua previsão orçamentária anual por meio de critérios técnicos e qualitativos que balizam as aplicações destes recursos mediante à repasses mensais às Confederações Olímpicas filiadas. Cabe destacar, que parte deste recurso é gerido diretamente pelo COB em projetos esportivos, parte dos recursos são utilizados, também, na manutenção da base administrativa. (b) Estão demonstrados, basicamente, os valores correspondentes aos rendimentos financeiros de recursos provenientes do produto de arrecadação das loterias, conforme instruído pela Instrução Normativa nº1 de 1997 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Não contemplam os rendimentos financeiros pertinentes aos recursos considerados "próprios", não originários de repasses da CEF, mas tão somente, aquelas originárias das atividades institucionais privadas do COB. (c) Correspondem ao saldo líquido das provisões das prestações de contas recebidas até o último dia do ano de 2023 e em análise pelo COB, conforme divulgado na nota explicativa nº 6. (d) Representam as prestações de contas analisadas e finalizadas pelo COB das Confederações Olímpicas filiadas, durante o ano de 2023 no montante de R$ 138.466 (R$ 103.422 em 31 de dezembro de 2022), reduzindo o saldo de "Adiantamentos às Confederações" conforme divulgado na nota explicativa n°6. Após o período crítico da pandemia da COVID-19, foi possível observar que no decorrer dos anos de 2023 e 2022 os níveis das análises das prestações de contas por parte do COB retornaram à normalidade, vide Nota Explicativa nº 6. (e) Correspondem aos dispêndios realizados diretamente pelo COB, sendo utilizados para manutenção da Entidade e, também, para custear projetos esportivos vinculados ao alto rendimento. Cabe destacar que os recursos utilizados para a manutenção da Entidade (COB) estão alinhados com a portaria nº 341 de 15 de dezembro de 2017, emitido pelo Ministério do Esporte. Quando dos repasses financeiros pela CEF, os valores são registrados em conta contábil de "bancos conta movimento" em contrapartida de "obrigações de repasses". A baixa ou a reclassificação ocorre quando do efetivo pagamento a terceiros, tendo como lançamento credor de reversão a conta de receita (resultado), como se pode verificar na nota explicativa n° 25. **15 - Termos de fomento – esportes olímpicos:** Em 30 de maio de 2022, foi celebrado o termo de fomento nº 006/2022 entre o COB e a Secretária Municipal de Esportes do Rio de Janeiro - RJ no montante de R$ 3.456 com prazo de execução de 12 (doze) meses. Em 2023 houve a celebração, entre às partes, de um aditivo de prorrogação do termo com as mesmas condições do termo nº 006/2022, este vigorando até maio/2024. O objeto do referido termo, é o apoio ao aperfeiçoamento técnico e físico de atletas do Município do Rio de Janeiro em preparação para os jogos Pan-americanos de Santiago 2023, realizado no período de out-nov/23, e para os Jogos Olímpicos de Paris 2024, através da concessão de auxílio financeiro complementar para cobertura de despesas de alimentação, transporte, moradia, equipamentos esportivos pessoais e outros investimentos referentes a prática esportiva de alto rendimento. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o COB recebeu integralmente o valor do termo celebrado em 2022 e aproximadamente 60% do valor total do aditivo de prorrogação de 2023, conforme consignado em contrato. O saldo remanescente será recebido no decorrer do ano de 2024. Em caso de sobra de recursos ao final da vigência do termo atual, o COB procederá com a devolução integral a Prefeitura do RJ, conforme dispõe o termo. O COB aplica tal recurso para fazer frente aos dispêndios vinculados exclusivamente ao referido Termo de Fomento, e as prestações de contas efetuadas pelo COB vem ocorrendo regularmente. As atualizações monetárias incorridas sobre o saldo do recurso financeiro, e ainda não utilizado pelo COB, é mantido em conta poupança e estão registrados no ativo circulante em contrapartida ao passivo circulante.

	2023	2022
Termo de fomento – Secretária Municipal de Esportes do Rio de Janeiro	3.193	2.757
Total	**3.193**	**2.757**

16 - Contas a pagar a terceiros: A composição do saldo de contas a pagar a terceiros estão apresentados como segue:

	2023	2022
Terceiros Nacionais (a)	6.669	2.918
Terceiros Internacionais	8	1
Total	**6.677**	**2.919**

(a) Em 31 de dezembro de 2023 o saldo desta rubrica refere-se, basicamente, às seguintes provisões: (i) Cartão Corporativo EBTA; (ii) Benefícios aos colaboradores do COB; e (iii) Aquisições de equipamentos esportivos.

17 - Receitas diferidas

	2023	2022
Patrocínios (a)	97.129	104.385
Solidariedade Olímpica (b)	7.721	4.890
Outros	1	1
Total	**104.851**	**109.276**
Circulante	76.434	58.093
Não circulante	28.417	51.183
	104.851	**109.276**

(a) Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da conta refere-se aos valores dos contratos de patrocínio do ciclo olímpico 2021-2024 a serem apropriados ao resultado (receita) linearmente, com exceção do montante de R$ 1.200, o qual será reconhecido mediante utilização do VIK por parte do COB, em decorrência das características do contrato de patrocínio firmado entre o COB e o parceiro.: (b) A SOI é uma organização do Comitê Olímpico Internacional e seu objetivo é administrar os recursos financeiros destinados aos Comitês Olímpicos de diversos países por meio de programas de apoio, visando o desenvolvimento do esporte. O saldo no ano refere-se ao suporte financeiro recebido pelo COB para fazer frente a diversos programas vinculados ao esporte brasileiro realizados em parceria com às Confederações filiadas, além de prestação de contas ainda não analisadas pelo COB. Tais programas estão vinculados a: preparação de atletas, capacitação de treinadores, treinamento de gestores esportivos e promoção de valores olímpicos. **18 - Arrendamento a pagar:** Referem-se aos contratos diretos de uso de bens imóveis, arrendados pela Entidade. Em síntese, tais contratos correspondem aos contratos de arrendamentos/locações em curso de longo prazo, cujas operações estão respaldadas contabilmente pelo CPC 06(R2) /IFRS16. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o COB possui 03 (três) contratos de arrendamentos vigentes. O saldo em aberto no passivo circulante, refere-se, aos contratos de arrendamentos que apresentam um prazo de vigência superior a 12 meses. No que tange ao arrendamento da sede administrativa do COB, por conta das obras de adequação do local realizada pelo COB no segundo semestre de 2022, foi consignado em contrato uma carência de 36 meses ao COB no aluguel, sendo até o mês de agosto/2025.

	Saldo a pagar em 31.12.2021	Adição (aditivo) em 2022	Juros em 2022	Baixas em 2022	Pagamentos em 2022	Saldo a pagar em 31.12.2022
Imóveis (contratos vigentes)	11.135	7.922	916	(7.710)	(5.020)	7.243
	11.135	**7.922**	**916**	**(7.710)**	**(5.020)**	**7.243**

	Saldo a pagar em 31.12.2022	Adição (aditivo) em 2023	Juros em 2023	Baixas em 2023	Pagamentos em 2023	Saldo a pagar em 31.12.2023
Imóveis (contratos vigentes)	7.243	131	710	-	(1.824)	6.260
	7.243	**131**	**710**	**-**	**(1.824)**	**6.260**

	2023	2022
Circulante	1.363	1.219
Não circulante	4.897	6.024
	6.260	**7.243**

19- Parcelamento Lei Federal nº 13.988/2020: O COB celebrou em maio de 2021 junto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN o Termo de Transação Individual, com fulcro na Lei Federal n° 13.988/2020, cuja transação contemplou um parcelamento de débitos fiscais, em 145 parcelas, no valor total com desconto de aproximadamente R$ 72 milhões de reais. O montante transacionado original, ou seja, sem o desconto efetivo, foi de aproximadamente R$ 241 milhões. Em 2022 por meio da celebração de aditivo, foi incluído um novo débito fiscal no montante de aproximadamente R$ 32 milhões sem desconto, e com desconto o montante de R$ 9 milhões, fazendo com que o saldo do parcelamento com desconto fosse ajustado para R$ 81 milhões. O objetivo da transação foi de equacionar débitos fiscais inscritos em Dívida Ativa da União, pertencentes à antiga Confederação Brasileira de Vela e Motor – CBVM, e outros débitos próprios do COB que estavam judicializados. O parcelamento de débitos fiscais da antiga CBVM foi necessário devido aos desdobramentos judiciais após a inclusão do COB no polo passivo pela justiça federal, como devedor solidário. Em decorrência deste fato, o COB ficou impedido de manter a sua regularidade fiscal federal e, consequentemente, emitir sua Certidão Negativa de Débitos – CND desde janeiro de 2019. Adicionalmente, por força do acordo mantido junto à PGFN, o COB se comprometeu em manter as garantias eventualmente existentes na data de assinatura do Termo de Transação Individual. Ao final do exercício findo em 31.12.2023, o COB encontra-se adimplente com o referido parcelamento. Abaixo, o demonstrativo dos saldos em aberto do parcelamento, em 31.12.2023 e 31.12.2022:

	Saldo a pagar em 31.12.2021	Adição (aditivo) em 2022	Atualizações em 2022	Amortizações em 2022	Saldo a pagar em 31.12.2022
Adm. / Fiscais (COB)	9.218	-	2.408	(1.097)	10.529
Adm. / Fiscais (CBVM)	61.688	9.425	6.692	(7.341)	70.464
	70.906	**9.425**	**9.100**	**(8.438)**	**80.993**

	Saldo a pagar em 31.12.2022	Adição (aditivo) em 2023	Atualizações em 2023	Amortizações em 2023	Saldo a pagar em 31.12.2023
Adm. / Fiscais (COB)	10.529	-	867	(1.271)	10.125
Adm. / Fiscais (CBVM)	70.464	-	5.800	(8.503)	67.761
	80.993	**-**	**6.667**	**(9.774)**	**77.886**

	2023	2022
Circulante	8.575	8.756
Não circulante	69.311	72.237
Total	**77.886**	**80.993**

20 - Provisão para contingências

	2023	2022
Contingências trabalhistas (a)	63	-
Contingências administrativas/fiscais (b)	701	661
Contingências cíveis (b)	3	2
Total	**767**	**663**

(a) Durante o exercício de 2023, as movimentações incorridas, referem-se, basicamente, há dois processos judiciais que apresentaram mudança de prognóstico de perda "possível" para "provável", cujo objeto corresponde a suposto vínculo empregatício, comissões, horas extras, integrações, 13º salários, férias vencidas, FGTS, aviso prévio e INSS, vinculados a ex-prestadores de serviços. As atualizações sobre o saldo provisionado foram registradas em contrapartida ao resultado (despesa) e/ou passivo circulante (obrigações de repasses). (b) A movimentação apresentada refere-se, basicamente, ao reconhecimento das atualizações sobre o saldo provisionado, as quais foram registradas em contrapartida ao resultado (despesa) e/ou passivo circulante (obrigações de repasses). Movimentação das provisões para riscos trabalhistas, administrativas/fiscais e cíveis:

	2023	2022
Saldo em 1º janeiro	**663**	**1.064**
Constituições/atualizações	104	42
Reversões	-	(443)
Saldo em 31 de dezembro	**767**	**663**

Composição dos depósitos/bloqueios judiciais

	2023	2022
Cíveis (i)	24.704	24.704
Administrativos/fiscais (ii)	5.697	5.447
Trabalhistas (iii)	437	783
Total	**30.838**	**30.934**

(i) O saldo em 31 de dezembro de 2023 compõe-se, basicamente, de diversos bloqueios judiciais de natureza cível em conta bancária do COB que totalizam R$ 24.691. Tais bloqueios correspondem a uma única execução fiscal ajuizada pelo Ministério Público Federal contra a subsidiária CO-RIO. Em decorrência da natureza dos bloqueios judiciais mencionada acima, os quais não apresentam suporte legal para atualização monetária, o valor total original se manteve inalterado. O objeto do processo acima refere-se à uma suposta não conformidade na dispensa de um processo licitatório efetuado pelo CO-RIO, para a contratação de empresa para realização das cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos Pan-Americanos. Os assessores jurídicos classificaram esse processo como risco de perda "possível". (ii) A composição dos depósitos judiciais de natureza administrativa/fiscal totalizava R$ 5.697 em 31 de dezembro de 2023. Corresponde a execução fiscal ajuizada pela União Federal contra o COB, com o objetivo de exigir da antiga Federação Brasileira de Vela e Motor os pagamentos dos débitos de tributos, o qual o COB foi arrolado como devedor solidário. Em decorrência da celebração do parcelamento de débitos fiscais por meio de Transação Individual com base na Lei Federal nº 13.988/2020 entre o COB e a PGFN, tais depósitos judiciais mantem-se ajuizado, por exigência legal, pois ficou consignada a manutenção de todas as garantias até a liquidação integral do referido parcelamento.
(iii) Em 31 de dezembro de 2023, a composição dos depósitos judiciais de natureza trabalhista totaliza R$ 437. No decorrer de 2023, houve diversos processos encerrados na esfera judicial, por este motivo é possível observar uma redução no saldo. A Entidade vem se defendendo na esfera judicial em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações de ex-funcionários e ex-prestadores de serviços, que tem como objeto indenizações sobre vínculo empregatício, comissões, horas extras, integrações, 13º salários, férias vencidas, FGTS, aviso prévio e INSS. A Entidade não possui ativos contingentes contabilizados. **Processos classificados como perda "possível":** A Entidade vem se defendendo judicialmente de ações de naturezas trabalhista, administrativa/fiscal e cível, cujo risco de perda foi classificado como "possível", com base na avaliação de seus assessores jurídicos. Tais ações referem-se a processos relacionados ao COB e outros aos quais foi incluído como devedor solidário.

	2023	2022
Contingências administrativas/fiscais	15.455	14.518
Contingências trabalhistas	4.304	5.042
Contingências cíveis	1.445	1.282
Total	**21.204**	**20.842**

Processos Judiciais e Administrativos – "Perdas Possíveis"

Item	Valor Atualizado R$	Descrição
Adm./Fiscal	9.779	Autos de infração relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. Nesse processo a Receita Federal do Brasil entende que o COB perdeu a isenção fiscal destes tributos no ano de 2010 por realizar transações não previstas em seus objetivos sociais gerando impactos fiscais;
Adm./Fiscal	5.557	Autos de infração relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS em decorrência da inconstitucionalidade de benefício fiscal, uma vez que o COB realizou supostas operações de importação sem o pagamento do ICMS;
Trabalhista	4.304	Ações trabalhistas, de processos de ex-funcionários e ex-prestadores de serviços do COB e do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, onde o COB foi incluído no polo passivo e;
Outros	1.564	Outros processos administrativos e judiciais de menor valor.
Total	**21.204**	

Na subsidiária CO-RIO existem processos judiciais avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perdas "provável" e "possível" ou obrigações presentes cujos montantes não podem ser mensurados com suficiente segurança, no montante aproximado de R$ 156.308 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 166.199, em 31 de dezembro de 2022). Para os processos judiciais classificados como perda possível, nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os processos judiciais em curso, são como segue:

Processos Judiciais e Administrativos

Item	Valor Atualizado R$	Classificação de perda	Descrição
Ação Cível	49.369	Possível	Suposto ato de improbidade administrativa, cujo objeto refere-se a suposta existência de irregularidades no repasse de verbas federais junto a Construtora responsável pela construção da Vila Pan-americana;
Ação Cível	104.836	Possível	Suposta dispensa irregular de processo licitatório realizado pelo CO--RIO, para contratação de empresa para realização das cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos Pan-Americanos e;
Ação Cível	2.103	Provável	O Convênio "005/07 - Revezamento da Tocha" foi reaberto e está sendo contestado pelo TCU. Ao final do segundo semestre de 2022, houve uma decisão judicial de execução do processo, gerando uma cobrança à Entidade CO-RIO na esfera cível. Os assessores jurídicos da Entidade protocolaram ação de embargos à decisão proferida, visando suspender a execução, a qual encontra-se em análise pelo judiciário.
Total	**156.308**		

No tocante ao convênio 171/04 - Instalações e Dependências da Vila Pan-americana, se encontrava em fase de análise pelo Governo Federal e sendo contestado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Justiça Federal, sendo passível de eventual glosa de despesa parcial ou total. Entretanto, com base em uma decisão apresentada pelo acordão judicial nº 372/2023 TCU emitido em 08.03.2023, este tendo julgado que a Entidade CO-Rio não foi condenado solidariamente aos demais réus do processo, assim, os assessores jurídicos modificaram o prognóstico de perda de "possível" para "remoto" do referido processo. No mês de setembro/2023 houve a emissão da Certidão em Trânsito em Julgado para o referido processo judicial, acarretando o arquivamento do processo. Os assessores jurídicos classificaram em 2022 tal processo como perda possível no montante estimado de perda em R$ 27.484.

21 - Provisão para passivo a descoberto

	2023	2022
Empresas investidas		
Passivo a descoberto do Comitê Organizador dos Jogos Pan Americanos Rio 2007 (CO-RIO)	2.078	1.831
Total	**2.078**	**1.831**

O CO-RIO foi constituído em 2002 para promover e organizar os XV Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos Rio 2007. O COB detém 72% do Fundo Social da Entidade, sendo os restantes 28%, pertencentes às Confederações, Federações e Associações desportivas brasileiras. Durante o exercício de 2023, o referido passivo a descoberto foi ajustado para o montante de R$ 2.078 (R$ 1.831 em 31 de dezembro de 2022), devido aos registros de atualização de contingências e outras despesas administrativas que totalizaram R$ 247. Por esta razão, reconhecemos os efeitos do Passivo a Descoberto do CO-RIO no Passivo Não Circulante do COB. Conforme prevê o estatuto do CO-RIO, o saldo remanescente do seu patrimônio líquido deverá ser destinado ao seu principal quotista, o COB, que tem honrado atualmente compromissos assumidos pelo CO-RIO.

22 - Tributos a pagar

	2023	2022
IRRF- Remessa Exterior (a)	2.842	2.594
Encargos RPA (b)	557	557
Total	**3.399**	**3.151**

(a) Durante o ano de 2017, o COB obteve Medida Liminar favorável permitindo suspender os pagamentos do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF incidentes sobre as remessas feitas ao exterior que estivessem diretamente vinculadas aos gastos com treinamentos e competições esportivas. Conservadoramente, o COB mantém a provisão dos valores não recolhidos à época, atualizados por juros Selic, até que o mérito seja julgado. Em 23 de novembro de 2018 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 9.580/18 – "novo Regulamento do Imposto de Renda" -, o qual revogou o Decreto n° 3000/99 em totalidade. Neste novo dispositivo legal, o legislador excluiu as bases legais que suportavam a Medida Liminar, a qual permitia ao COB a suspensão do recolhimento do IRRF nas remessas para o exterior cujo objeto tivessem vínculo direto com treinamentos e competições esportivas. Desta forma, a partir da publicação do Decreto nº 9.580/18, a Medida Liminar perdeu o suporte, e por esta razão estão sendo efetuados os recolhimentos do IRRF correspondentes às remessas para o exterior independentemente da natureza. Os valores provisionados e não recolhidos até 22 de novembro de 2018, continuarão provisionados aguardando uma decisão judicial. (b) Refere-se à provisão dos tributos a pagar sobre a prestação de serviços de profissionais autônomos. Durante o exercício de 2023 a Entidade não identificou a necessidade de atualizar esta provisão. **23 - Saldos e transações com partes relacionadas:** **<u>a) Transações com partes relacionadas:</u>** As transações com partes relacionadas referem-se aos adiantamentos às Confederações filiadas e a contas a receber do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e a pagar para a subsidiária CO-RIO, devidamente divulgadas nas Notas Explicativas nºs 6, 7 e 21. **<u>b) Remuneração do pessoal chave da administração:</u>** O COB remunera historicamente seus dirigentes estatutários respeitando os limites estabelecidos em lei, com base no § 4º, artigo 12, da Lei 9.532/1997, com alterações efetuadas por meio da Lei 12.686/2013. A Entidade remunera, também, seus diretores não estatutários observando o teto constitucional, quando utilizado recursos das loterias. Tais remunerações totalizaram o montante de R$ 8.506 em 2023 (R$ 8.335 em 2022). Esses pagamentos incluem rescisões trabalhistas, encargos, diárias e gastos com assistência médica e auxílio alimentação. A variação na remuneração global dos dirigentes e diretores, reportada no parágrafo anterior, quando comparada entre os anos de 2023 e 2022, correspondeu, basicamente, por três fatores: (i) desligamento do Diretor Administrativo; (ii) Junção da Diretoria Administrativa e Financeira; e (iii) aplicação do dissídio salarial 2023-2022. **24 - Cobertura de seguros (Não auditado):** A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para todos os seus ativos físicos e para responsabilidade civil por montantes considerados pela Administração do COB suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **25 - Receitas/Despesas aplicação (reversões uso COB) – recursos de loterias**

Correspondem as utilizações (reversões) dos recursos oriundos do produto da arrecadação das loterias, com "efeito caixa e não caixa". "Efeito Caixa" é a utilização propriamente dita do recurso para fazer frente a despesas/ custos, já o "Efeito Não Caixa" são apropriações de despesas no período que por determinação da regra contábil não teve sua apropriação ao resultado quando do efetivo desembolso (ex.: depreciação de bens do ativo imobilizado). Tais recursos são consumidos diretamente pelo COB, sendo aplicados nas atividades meio e fim, como demonstrado no quadro abaixo. Os registros contábeis dessas reversões são feitos mensalmente em contrapartida ao Passivo Circulante.

	2023			2022		
Receitas aplicação – recursos de loterias	**Fim**	**Meio**	**Total**	**Fim**	**Meio**	**Total**
Reversões uso COB	161.039	60.763	221.802	151.824	50.308	202.132
	60.763	**161.039**	**221.802**	**151.824**	**50.308**	**202.132**
Despesas aplicação – recursos de loterias						
Despesas COB	**(54.405)**	**(58.599)**	**(113.004)**	**(56.724)**	**(49.005)**	**(105.729)**
Administrativas e Gerais	(22.870)	(17.457)	(40.327)	(27.241)	(11.203)	(38.444)
Com pessoal	(24.680)	(40.068)	(64.748)	(20.244)	(34.405)	(54.649)
Depreciação e Amortização	(72)	(828)	(900)	(54)	(3.096)	(3.150)
Financeira	(6.783)	(246)	(7.029)	(9.185)	(301)	(9.486)
Programas esportivos	**(106.602)**	**(2.164)**	**(108.766)**	**(94.308)**	**(1.303)**	**(95.611)**
Administrativas e Gerais	(82.686)	(2.065)	(84.751)	(72.402)	(1.114)	(73.516)
Com pessoal	(18.955)	(27)	(18.982)	(17.899)	(142)	(18.041)
Depreciação e Amortização	(2.715)	-	(2.715)	(2.629)	(1)	(2.630)
Financeira	(2.246)	(72)	(2.318)	(1.378)	(46)	(1.424)
Escolar	**(30)**	**-**	**(30)**	**(790)**	**-**	**(790)**
Administrativas e Gerais	(23)	-	(23)	(4)	-	(4)
Com pessoal	-	-	-	(775)	-	(775)
Depreciação e Amortização	(5)	-	(5)	(9)	-	(9)
Financeira	(2)	-	(2)	(2)	-	(2)
Universitário	**(2)**	**-**	**(2)**	**(2)**	**-**	**(2)**
Administrativas e Gerais	-	-	-	-	-	-
Com pessoal	-	-	-	-	-	-
Depreciação e Amortização	(0)	-	(0)	(0)	-	(0)
Financeira	(2)	-	(2)	(2)	-	(2)
	(161.039)	**(60.763)**	**((221.802)**	**(151.824)**	**(50.308)**	**(202.132)**
Total aplicação - recursos de loterias	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Abaixo, destacamos os principais itens que impactaram as reversões uso COB em 2023, a saber: **- Despesas Administrativas e Gerais:** A variação apresentada nesta rubrica, refere-se, basicamente, aos seguintes eventos, a saber: (i) aplicação de recursos financeiros para fazer frente aos gastos incorridos com despesas administrativas e operacionais em geral vinculadas as atividades meio e fim, com destaques para áreas de Comunicação, Esportes, Eventos e Marketing; e (ii) maior necessidade de aplicação de recursos financeiros para fazer frente aos compromissos assumidos pela entidade vinculados a atividade fim, estes oriundos dos Jogos Pan-Americanos de Santiago em 2023, Programas de Preparação Olímpica – PPO e dos Programas de Desenvolvimento Esportivo (PDE), no que tange a preparação dos atletas brasileiros, staffs e estruturas físicas visando os Jogos Olímpicos de Paris de 2024 e futuras competições/missões esportivas, as quais são gerenciadas diretamente pelo COB. **- Despesas com pessoal:** A variação apresentada nesta rubrica, refere-se, basicamente, aos seguintes eventos, a saber: (i) aplicação do dissídio salarial 2023-2022 vinculados as atividades meio e fim; e (ii) adequações salariais pontuais de colaboradores vinculados as atividades meio e fim. **26 - Lei de incentivo ao esporte:** A Lei Federal de Incentivo ao Esporte (Lei nº11.438/2006) é a base legal que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo no Brasil. O grande destaque desta Lei é a política de incentivos fiscais que permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pela Secretaria Especial do Esporte e/ou Ministério do Esporte. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade não auferiu receitas provenientes desse programa incentivado. **27 - Patrocínios>:** As receitas de patrocínios são apresentadas como segue:

	2023	2022
Cash - (a)	35.939	25.970
VIK - (a)	23.749	18.723
Atualização do saldo a receber da Rio 2016 (b)	1.121	1.911
Total	**60.809**	**46.604**

(a) Refere-se às apropriações vinculadas aos patrocínios firmados pelo COB para o ciclo olímpico 2021-2024, estes sendo por meio de repasses financeiros (*Cash*) e/ou através de repasses de bens ou prestação de serviços (*VIK*), são consideradas as variações cambiais pertinentes a essa operação, vide nota explicativa nº 7; e (b) Refere-se à atualização monetária registrada no ano do contas a receber do patrocínio junto ao Rio 2016 conforme previsão contratual, vide nota explicativa nº 7.

28 - Doações

	2023	2022
Solidariedade Olímpica – SOI	3.277	3.592
Total	**3.277**	**3.592**

Os saldos referem-se ao suporte financeiro do COI, os quais devem ser aplicados exclusivamente nos diversos programas da SOI realizados em 2023 e 2022, tais como: preparação de atletas, capacitação de treinadores, treinamento de gestores esportivos e promoção de valores olímpicos, vide nota explicativa nº 17.

29 - Outras receitas

	2023	2022
Outras receitas (a)	5.142	667
Total	**5.142**	**667**

(a) A variação apresentada acima refere-se, basicamente, a dois eventos: (i) Cessão/licença dos direitos de exploração comercial de transmissões esportivas digitais; e (ii) termo de confissão de dívida celebrado entre o COB e um terceiro, objetivando o ressarcimento a entidade dos ativos perdidos no incêndio ocorrido em janeiro/2023. Tais equipamentos/materiais foram adquiridos à época com recursos próprios da entidade.

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

CNPJ 34.117.366/0001-87

30 - Despesas administrativas

	2023	2022
Serviços de terceiros e consultoria (a)	(32.467)	(21.002)
Doações (b)	(14.690)	(14.363)
Uniformes (c)	(5.373)	(3.977)
(Provisão)/reversão para perdas (d)	(4.279)	(1.469)
Viagens (e)	(2.213)	(1.294)
Aluguéis (f)	(1.678)	(1.374)
Outros (g)	(3.460)	(3.068)
Total	**(64.160)**	**(46.547)**

As principais variações no período foram como segue: (a) Referem-se aos serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas no decorrer do ano de 2023 para as áreas administrativas, esportivas, jurídicas e outros, contratados pontualmente, além do reconhecimento linear da provisão da contraprestação do contrato de patrocínios na modalidade VIK, vide nota explicativa nº 7; (b) Referem-se, basicamente, a 03 (três) fatores, a saber: (i) saldo residual do Programa de Aporte Financeiro às Entidades Nacionais de Administração do Desporto - ENAD's elaborado pelo COB em 2022; (ii) Programa de Aporte Financeiro às ENAD's de 2023; (iii) doações discricionárias deliberadas pelo COB às ENAD'S. Ambos os eventos foram devidamente aprovados pelos órgãos estatutários; (c) Refere-se à utilização de uniformes em treinamentos e competições esportivas utilizados pelos atletas e staffs. Tais itens foram recebidos pelo COB por força do contrato de patrocínio celebrado na modalidade VIK, vide nota explicativa nº 7; (d) Referem-se, basicamente, a 02 (dois) fatores, a saber: (i) provisão da baixa dos bens e materiais sinistrados no incêndio do Galpão do Galeão/RJ no mês de janeiro/2023. Tais baixas sistêmicas estão ocorrendo gradativamente, com previsão de conclusão ao final do primeiro semestre do ano de 2024. e (ii) provisão para perda de devedores duvidosos, constituído sobre o saldo a receber da entidade Rio 2016, vide nota explicativa nº 7. (e) Refere-se aos gastos incorridos com deslocamentos de colaboradores e prestador de serviços, os quais viajam para participação em treinamentos, competições e missões esportivas gerenciadas pelo COB; e (f) Referem-se aos gastos incorridos com locações de bens imóveis, veículos, computadores e periféricos e outros equipamentos utilizados pelo COB em suas atividades institucionais. (g) Referem-se aos gastos incorridos com seguros, alimentação, provisão/reversão de contingências e outros gastos de pequenos valores. **31 - Despesas com pessoal:** As despesas com pessoal referem-se aos dispêndios utilizando recursos próprios do COB a fim de complementar determinados pagamentos tais como: salários, rescisões trabalhistas, encargos sociais e outros benefícios. Tais pagamentos ocorrem em determinadas situações quando o valor da obrigação é superior aos limites legais para fins de utilização de recursos oriundos do produto de arrecadação das loterias. **32 - Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras incorridas em 2023 estão demonstradas da seguinte forma:

	Receitas	
	2023	2022
Receitas financeiras sobre aplicações financeiras (a)	2.983	2.750
Variação cambial ativa (b)	1.539	3.757
Atualizações monetárias sobre os depósitos/bloqueios judiciais	355	406
Total	**4.877**	**6.913**

(a) Refere-se às receitas financeiras sobre as aplicações financeiras oriundas exclusivamente dos recursos próprios do COB;

(b) Refere-se à movimentação contábil da variação cambial ativa apurada mensalmente por meio da atualização do saldo a receber em moeda estrangeira dos contratos de patrocínios do ciclo olímpico 2021-2024 (*Cash e VIK),* vide nota explicativa nº 7, item "i";

	Despesas	
	2023	2022
Variação cambial passiva (c)	(2.411)	(3.892)
Despesas financeiras/tributarias (d)	(1.391)	(3.962)
Outras despesas financeiras	(101)	(99)
Total	**(3.903)**	**(7.953)**

(c) Refere-se a movimentação contábil da variação cambial passiva apurada mensalmente por meio da atualização do saldo a receber em moeda estrangeira dos contratos de patrocínios do ciclo olímpico 2021-2024 (*Cash e VIK*), vide nota explicativa nº 7, item "i"; e (d) Refere-se às despesas financeiras liquidadas com recursos próprios do COB – tais como: juros, tarifas bancárias, além de atualizações monetárias. Nesta linha também estão relacionados os pagamentos com impostos e contribuições incidentes sobre a importação de bens e serviços, tais como: IRRF importação, CIDE Importação, PIS e COFINS Importação e outros.

33 - Compromissos: a) Prestação de contas ao Tribunal de Contas da União - TCU: Para efeito de acompanhamento do que trata a Instrução Normativa nº 48 de 2004, do Tribunal de Contas da União, a Entidade deve disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, por meio da internet, em módulos denominados "Extranet TCU" - ETCU, definidos conforme Decisão Normativa TCU nº 69 de 2 de agosto de 2005, informações sobre a destinação dos recursos provenientes de concursos de prognósticos e de loterias federais e similares. A partir de 2018 o ETCU foi liberado para acesso ao público por meio de solicitação via formulário no site do COB. **b) Cessão de uso do parque aquático Maria Lenk:** Nos termos publicados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, em 17 de março de 2008, foi celebrado entre o Município do Rio de Janeiro e o COB, o Termo de Cessão de Uso do complexo esportivo lavrado sob o nº 08/2008-F/SPA - Parque Aquático Municipal Maria Lenk - PAMML, objetivando a cessão de uso da mencionada instalação esportiva situada na Avenida Abelardo Bueno, s/nº.: Pelo referido instrumento contratual, o COB se compromete a administrar o complexo esportivo, assumindo todas as responsabilidades legais, fiscais, encargos e outros, inclusive a manutenção permanente e a segurança do local e seu mobiliário pelo prazo de 20 anos. O COB pode utilizá-lo exclusivamente para promoção de suas atividades institucionais e eventos esportivos em geral, em especial às práticas de esportes aquáticos, devendo para tanto, manter o imóvel em ótimas condições de uso. A devolução do bem se dará em perfeitas condições de uso, assumindo o COB todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do uso do imóvel, bem como, sua manutenção. Em agosto de 2022, foi celebrado um acordo entre o COB e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, para a renovação da concessão do parque aquático Maria Lenk por mais 20 anos. A partir deste ato, o acordo de concessão passa a ter uma vigência até o ano de 2048, já que no acordo inicial previa uma vigência até o ano de 2028. **c) Atendimento as portarias do Ministério do Esporte - ME: Portaria nº 115/2018**: Ressalta a importância da manutenção do índice de liquidez corrente "maior ou igual um", calculado pela divisão do ativo circulante sobre o passivo circulante e do índice de Gastos Administrativos "inferior a um" composto pela divisão das despesas administrativas (total despesas aplicação e despesas operacionais - DRE) e totais sobre a receita total (total das receitas de aplicação e total receitas próprias – DRE) de acordo com o capítulo II Art.4º. • A Portaria publicada em 04 de abril de 2018, que entrou em vigência em 27 de junho de 2018, se aplica para verificação do atendimento às exigências previstas nos Art. 18 e 18.a da Lei 9.615/98. • Em 31 de dezembro de 2023, os índices mencionados acima da Entidade, estão performando da seguinte forma: (i) Liquidez Corrente = **1,10** (em 2022 de 1,15) e; (ii) Índice de Gastos Administrativos = **0,99** (em 2022 de 0,99). **Portaria nº 341/2017:** Estabelece um novo formato de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE segregando as despesas entre "Meio e Fim" e define um percentual máximo de 25% para as Despesas Administrativas do COB de acordo com Seção III Art. 5º. • A arrecadação com os recursos oriundos do produto de arrecadação das loterias durante o exercício de 2023, totalizou R$ 391.365 (em 2022 de R$ 385.921), e os gastos com as despesas administrativas – "total despesas aplicação meio" no mesmo período totalizaram o montante de R$ 60.763 (em 2022 de R$ 50.308), apresentando assim um percentual de **15,5%** (em 2022 de **13,0%**). Em ambos os exercícios, o percentual apresentado é inferior ao máximo estabelecido pela portaria. **34 - Instrumentos financeiros: a) Considerações gerais e políticas :** A Entidade contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as necessidades operacionais e financeiras, representados basicamente por equivalentes de caixa, aplicações financeiras e recebíveis, categorizados como mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis. A Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado. **b) Riscos de instrumentos financeiros:** O risco de crédito é o risco principal da Entidade, que consiste no risco de a contraparte não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros, que expõem a Entidade ao risco de concentração de crédito, consistem em equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber. Todas as operações da Entidade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. As contas a receber referem-se basicamente aos contratos de patrocínios celebrados pelo COB e seus parceiros para o ciclo olímpico 2021-2024, vide nota explicativa nº 7. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Entidade não possuía operações de derivativos em aberto. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa. **35 - Eventos subsequentes:** Não é de conhecimento da Administração, até a data da emissão deste relatório, de eventos que possam impactar as operações da entidade COB, com reflexos em suas Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023.

Paulo Wanderley Teixeira
Presidente

Rafael Olivetti Baptista
Contador CRC RJ – 109530/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros do
Comitê Olímpico Brasileiro - COB

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Comitê Olímpico Brasileiro - COB ("COB" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Comitê Olímpico Brasileiro - COB em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada **"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras"**. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Adiantamentos às Confederações

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, o saldo em 31 de dezembro de 2023 dos Adiantamentos às Confederações está sendo apresentado líquido das prestações de contas recebidas há mais de 90 dias e ainda em análise pelo COB, cujo montante em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 243.476 mil (R$ 267.248 mil em 31 de dezembro de 2022). As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos devido a eventuais glosas possíveis de serem identificadas neste processo de análise. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Investimento – Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 ("CO-RIO")

Conforme descrito na nota explicativa nº 21, o Comitê Olímpico Brasileiro – COB tem honrado compromissos assumidos com terceiros pelo Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 ("CO-RIO"), pois conforme prevê o estatuto do CO-RIO, o saldo remanescente de seu patrimônio líquido deverá ser destinado ao seu principal quotista, o COB. O CO-RIO ainda não obteve aprovação de todas as suas prestações de contas referentes aos convênios que financiaram os Jogos Pan Americanos Rio 2007. A falta de recebimento de recursos pelo COB frente a possíveis obrigações futuras levantará sérias dúvidas sobre a capacidade do CO-RIO em liquidar tais obrigações. As demonstrações financeiras não contemplam nenhum ajuste ou reclassificação decorrente de eventuais obrigações futuras do CO-RIO. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2024

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RJ - 004.080/O-9

Cláudio Silva Foch
Sócio Responsável
CRC-RJ - 102.455/O-4 – Contador

Fitch: Ambipar reduzirá seu índice dívida bruta

Agência atribui rating 'AA-(bra) à proposta de emissão de debêntures da empresa

A Fitch Ratings atribuiu, nesta quarta-feira, o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA-(bra)' à proposta de sexta emissão de debêntures quirografárias da Ambipar Participações e Empreendimentos S.A. (Ambipar), no montante de R$ 1,0 bilhão e com vencimento final em 2029. As debêntures serão garantidas pela subsidiária integral Environmental ESG Participações S.A. (Environmental) e seus recursos serão utilizados para refinanciamento de dívidas, informou o relatório da agência de classificação de risco de crédito.

A Ambipar presta serviços ambientais no Brasil (cerca de 60% do Ebitda consolidado) e no restante da América Latina, na América do Norte e na Europa, em dois grandes segmentos: response (mitigando e prevenindo danos ambientais decorrentes de acidentes) e environment (gerenciando e recuperando resíduos industriais de clientes privados).

A dívida total consolidada da Ambiparsomava R$ 7,7 bilhões ao final de dezembro de 2023, composta principalmente por debêntures (65%) e capital de giro (cerca de 20%). A dívida da controladora era de R$ 3,1 bilhões (principalmente de debêntures), garantida por suas subsidiárias.

A Fitch acredita que a empresa reduzirá seu índice dívida bruta/EBITDA para patamares mais conservadores. A alavancagem bruta deve atingir 5,1 vezes ao final de 2024, com uma redução para abaixo de 4,5 vezes em 2025, à medida que a empresa expanda sua geração de EBITDA e use parte do caixa para amortizar sua dívida. A alavancagem financeira líquida tem sido moderada — e o cenário-base da Fitch considera em torno de 3,5 vezes em 2024 e abaixo de 3,0 vezes nos próximos dois anos. O elevado volume de dívida deve fazer com que o índice de cobertura de juros pelo EBITDA permaneça baixo, com 1,4 vez em 2024 e 1,8 vez em 2025.

Classificação

A Fitch classifica a Ambipar e suas subsidiárias Environmental e Ambipar Emergency Response (Emergency) com o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA-(bra)'. A emissora também é classificada com os IDRs (Issuer Default Ratings – Ratings de Inadimplência do Emissor) de Longo Prazo em Moedas Local e Estrangeira 'BB-'. A perspectiva de todos os ratings corporativos é estável.

De acordo com a agência, o perfil de crédito da Ambipar reflete a sua posição de destaque no setor de serviços ambientais, com forte potencial de crescimento, e a diversificação de suas receitas em países economicamente mais estáveis que o Brasil. "Os ratings da Ambipar e de suas subsidiárias são limitados por sua alta alavancagem bruta consolidada, com importante consumo de fluxo de caixa por juros, bem como pela ausência de um histórico mais extenso de desempenho".

"A Ambipar tem elevados incentivos para suportar suas subsidiárias, caso necessário, conforme a Metodologia de Vínculos Entre Ratings de Controladora e Subsidiárias. Como principal aspecto, as empresas possuem fortes vínculos legais decorrentes de garantias e cláusulas de inadimplência cruzada entre si", destaca o relatório.

Segundo a agência, a/ perspectiva estável reflete a capacidade de a Ambipar sustentar uma liquidez robusta e a redução gradual do endividamento a médio prazo, com diminuição de investimentos e ausência de aquisições significativas, o que deve fazer com que as alavancagens bruta e líquida se mantenham em patamares moderados.

Modelo de negócios

O modelo de negócios da Ambipar se favorece do diversificado conjunto de prestações de serviços em seus dois principais segmentos operacionais: environment (principalmente gestão e recuperação de resíduos) e response (mitigação de danos ambientais decorrentes de acidentes). O segmento environment, no qual opera a subsidiária Environmental, representa cerca de 50% da receita e se beneficia de contratos com duração média de cinco anos e baixa exposição a risco de volume.

O segmento response, em que a Ambipar opera por meio da subsidiária Emergency, corresponde a cerca de 50% da receita e é sustentado por contratos com duração de cerca de três anos, renováveis. Aproximadamente 25% desta receita são recorrentes, e o restante está relacionado ao número de ocorrências. A atual estratégia, focada em crescimento orgânico, reduz a exposição da empresa a riscos de execução de aquisições.

Pagamentos de juros

O relatório destacou que os juros da dívida devem continuar elevados nos próximos anos. O cenário-base considera aumento do Ebitda para R$ 1,5 bilhão em 2024 e R$ 1,8 bilhão em 2025, sustentado pela expansão dos negócios, com fluxo de caixa das operações (CFFO) atingindo cerca de R$ 300 milhões e R$ 480 milhões nos respectivos anos, após o pagamento de juros. Os investimentos anuais são estimados em torno de R$570 milhões no período de dois anos, resultando em fluxos de caixa livre (FCFs) negativos médios anuais próximos a R$ 200 milhões.

COMPANHIA PORTUÁRIA BAÍA DE SEPETIBA

CNPJ Nº 72.372.998/0001-66

VALE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Senhores Acionistas, A Diretoria da Companhia Portuária Baía de Sepetiba, em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e estatutários vigentes, submete à apreciação da Assembleia Geral Ordinária o Relatório de Atividades da Companhia e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A CPBS é uma sociedade anônima, de capital fechado, com prazo indeterminado e com sede no Rio de Janeiro, que iniciou suas atividades em 1999, e passou a ser totalmente controlada pela Vale S.A. em 2002, quando a sua antiga controladora, FERTECO, foi incorporada. A atividade operacional atual consiste na exploração de instalações portuárias, com prioridade aos produtos minerais, em especial ao minério de ferro produzido por sua controladora. A Sociedade é titular de Contrato de Arrendamento celebrado junto à Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, com prazo de exploração de 25 (vinte e cinco) anos, contados a partir de 30 de junho de 2001, podendo ser prorrogado por até 25 anos adicionais. A Sociedade gerou uma receita operacional líquida de R$ 440.666 mil obtendo uma margem bruta positiva da ordem de 28,9%, versus R$ 503.390 mil e margem bruta positiva de 38,3% no ano anterior, decorrente do volume movimentado de 14.824 mil toneladas em 2023 e de 16.328 mil toneladas em 2022. O resultado financeiro líquido diminuiu em relação ao exercício anterior (R$ (9.816) mil em 2023 contra R$ (13.057) mil em 2022), em função principalmente da redução dos juros sobre passivo de arrendamento em 2023. Os efeitos das operações da Sociedade proporcionaram a seus acionistas, após as despesas com imposto de renda e contribuição social, um lucro líquido de R$ 77.904 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Ao encerrarmos o exercício de 2023, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Vale S/A, bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho, na condução de nossas operações. Rio de Janeiro, 02 de abril de 2024.

Rodrigo Vasconcelos Santos - **Diretor** | Carlos Henrique da Silva Oliveira - **Diretor** | Luciana Rocha de Oliveira e Silva - **Diretora**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Receita líquida de serviços prestados	3	440.666	503.390
Custo de serviços	4	(313.271)	(310.505)
Lucro bruto		**127.395**	**192.885**
Despesas operacionais			
Outras despesas operacionais, líquidas	5	(1.180)	(1.717)
Lucro operacional		**126.215**	**191.168**
Receitas financeiras	6	9.834	12.069
Despesas financeiras	6	(19.650)	(25.126)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**116.399**	**178.111**
Tributos sobre o lucro	7		
Tributo corrente		(46.692)	(64.194)
Tributo diferido		8.197	5.151
		(38.495)	**(59.043)**
Lucro líquido do exercício		**77.904**	**119.068**
Lucro básico e diluído por ação – Em R$		0,36	0,73

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Lucro líquido do exercício	**77.904**	**119.068**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	**77.904**	**119.068**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de reais

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**116.399**	**178.111**
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	12	148.793	145.575
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos		20.609	26.169
Baixa de ativo imobilizado	12	4	798
Provisão (reversão) para processos judiciais	5	242	(2.070)
Crédito de PIS e COFINS sobre arrendamento	12	(13.298)	(13.342)
Outros		(494)	(1.015)
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber		(12.527)	(6.614)
Almoxarifado		(5.504)	7.149
Tributos a recuperar		(25.175)	(23.943)
Fornecedores		10.070	2.555
Arrendamento (juros)	12	(16.277)	(20.685)
Salários e encargos		(1.525)	515
Tributos a recolher		13.708	20.636
Provisão para contingência		(530)	(250)
Outros ativos e passivos, líquidos		679	(1.523)
Caixa proveniente das atividades operacionais		**235.174**	**312.066**
Impostos pagos		(48.444)	(49.538)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**186.730**	**262.528**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições ao imobilizado	12	(61.591)	(29.886)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(61.591)**	**(29.886)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Arrendamento (principal)	12	(88.700)	(91.582)
Dividendos pagos aos acionistas	14(d)	-	(128.756)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(88.700)**	**(220.338)**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa no exercício		36.439	12.304
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		70.067	57.763
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício		**106.506**	**70.067**
Transações que não envolveram caixa:			
Redução (adição) ao imobilizado - Arrendamento	12	22.132	(30.473)
Passivo de Arrendamento	12	(22.132)	30.473
Aumento de capital social	14	50.716	-
Capitalização de mútuo com parte relacionada	15	(50.716)	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	106.506	70.067
Contas a receber	9	56.440	43.913
Almoxarifado	10	21.129	15.128
Tributos a recuperar	11	11.169	4.264
Outros		1.483	2.179
		196.727	**135.551**
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	11	12.473	8.700
Tributos diferidos sobre o lucro	7 (a)	8.100	-
Depósitos judiciais	13	514	929
		21.087	**9.629**
Intangível	12	93	134
Imobilizado	12	678.563	787.860
		699.743	**797.623**
Total do ativo		**896.470**	**933.174**
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	9	55.135	45.046
Arrendamento	12	131.783	137.651
Dividendos	14 (d)	158.093	59.534
Tributos sobre o lucro a recolher	7 (c)	11.034	15.918
Tributos a recolher		11.708	7.484
Salário a pagar		8.053	9.578
Outros		106	196
		375.912	**275.407**
Passivo não circulante			
Arrendamento	12	178.948	297.210
Mútuo com parte relacionada	15	-	48.694
Provisões para processos judiciais	13	1.331	1.548
Tributos diferidos sobre o lucro	7 (a)	-	97
		180.279	**347.549**
Total do passivo		**556.191**	**622.956**
Total do patrimônio líquido	14	**340.279**	**310.218**
Total do passivo e patrimônio líquido		**896.470**	**933.174**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**162.730**	**32.546**	**51.411**	**66.376**	**-**	**313.063**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	119.068	119.068
Transações com acionistas:						
Alocação para reservas	-	-	3.997	(3.997)	-	-
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(62.379)	-	(62.379)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(59.534)	(59.534)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	59.534	(59.534)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**162.730**	**32.546**	**55.408**	**59.534**	**-**	**310.218**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	77.904	77.904
Transações com acionistas:						
Capitalização de mútuo (nota 14)	50.716	-	-	-	-	50.716
Dividendos deliberados	-	-	(2.021)	-	-	(2.021)
Alocação para reservas	-	3.895	-	-	(3.895)	-
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(59.534)	-	(59.534)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(37.004)	(37.004)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	37.004	(37.004)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**213.446**	**36.441**	**53.387**	**37.004**	**-**	**340.279**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Companhia Portuária Baía de Sepetiba ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, Brasil. A Sociedade opera o Terminal Marítimo de Itaguaí ("terminal portuário"), localizado na Baía de Sepetiba, prestando serviços portuários de minério de ferro, que inclui desde a descarga do minério de vagões ferroviários até o carregamento em navios. Atualmente, a Sociedade presta serviços para a Vale S.A. (controladora) e terceiros. Para as operações no terminal portuário, foi realizado em 1996 um contrato de arrendamento com a Companhia Docas do Rio de Janeiro ("CDRJ"), com prazo de 25 anos a partir do início das atividades operacionais em 2001, por uma parcela fixa anual corrigida a cada ano pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") e uma parcela variável resultante da performance do terminal portuário. A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios da Vale S.A. ("Vale"). Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade apresenta capital circulante líquido negativo, entretanto, a Vale tem intenção de continuar a prestar apoio financeiro suficiente para a Sociedade manter sua capacidade operacional, de modo a cumprir as responsabilidades e obrigações contratuais a vencer, bem como exercer as atividades usuais sem qualquer impacto significativo nas suas operações.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Sociedade ("demonstrações financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade. **b) Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico dos ativos. Os eventos subsequentes foram avaliados até 02 de abril de 2024, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria. **c) Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando o real ("R$"), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade opera. Todas as operações são realizadas em reais. **d) Normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente: CPC 32 - Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação -** A alteração é efetiva para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e requer o reconhecimento de um ativo fiscal diferido e o passivo fiscal diferido quando uma única transação gera diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis no mesmo momento. A adoção da referida alteração não resultou em mudança nos saldos contábeis, no entanto, a Sociedade passou a apresentar separadamente o ativo fiscal diferido e o passivo fiscal diferido decorrentes de arrendamento, conforme nota 7(a). **e) Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras anteriores. Algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas, porém, ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ou não tiveram impacto nessas demonstrações financeiras. A Sociedade não adotou antecipadamente nenhuma destas normas. Adicionalmente, a Sociedade não espera que essas normas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras em períodos subsequentes. **f) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas em relação ao futuro. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais, estão apresentadas nas notas 7 e 13.

3. Receita líquida de serviços prestados:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Receita bruta	**513.896**	**587.044**
Menos:		
Impostos sobre serviços	(73.230)	(83.654)
Total	**440.666**	**503.390**

As transações de receita de serviços foram realizadas com a Vale (parte relacionada). A redução da receita do ano, quando comparada ao ano anterior, refere-se principalmente a redução no volume de toneladas embarcadas. **Política contábil:** A Sociedade presta serviços de operação e movimentação portuária para a Vale, onde o reconhecimento da receita ocorre no momento da prestação dos serviços. Dentre as atividades previstas em contrato, temos: descarga de vagões ferroviários, empilhamento, manuseio, quando necessário, carregamento de navios de minério de ferro da Vale destinado ao mercado externo e amostragem. A Sociedade entende que tais atividades não podem ser consideradas como obrigações de desempenho separadas, uma vez que a Vale não pode contratar os demais serviços de uma outra empresa, já que somente a Sociedade tem contrato firmado com a Companhia Docas do Rio de Janeiro para a utilização da área na forma de arrendamento.

4. Custo de serviços:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Pessoal	(19.383)	(19.244)
Material e serviço	(138.593)	(130.595)
Energia	(12.743)	(13.718)
Depreciação e amortização (i)	(136.948)	(134.146)
Outros	(5.604)	(12.802)
Total	**(313.271)**	**(310.505)**

(i) Em 2023, inclui crédito de PIS e COFINS no montante de R$ 11.792 (R$ 11.429 em 2022).

5. Outras despesas operacionais, líquidas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Estudos e pesquisas	-	(214)
Reversão de provisão para desvalorização de almoxarifado	509	1.106
Baixa de ativos - nota 12	(4)	(798)
Reversão (provisão) para contingências - nota 13	(242)	2.070
Custo na venda de material sucata	(425)	(1.393)
Despesas incentivadas	(1.224)	(1.506)
Outras receitas (despesas)	206	(982)
Total	**(1.180)**	**(1.717)**

6. Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Despesas financeiras		
Juros sobre passivo de arrendamento (i)	(14.771)	(18.772)
Juros sobre mútuo	(3.914)	(5.613)
Despesas com PIS e COFINS	(462)	(563)
Variações monetárias e cambiais	(328)	-
Outras	(175)	(178)
	(19.650)	**(25.126)**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	9.834	12.022
Variações monetárias e cambiais	-	47
	9.834	**12.069**
Resultado financeiro, líquido	**(9.816)**	**(13.057)**

(ii) Inclui crédito de PIS e COFINS no montante de R$ 1.506 (R$ 1.913 em 2022).

7. Tributos sobre o lucro: a) Imposto de renda diferido

	Ativos fiscais diferidos 31 de dezembro de 2023	2022	Passivos fiscais diferidos 31 de dezembro de 2023	2022
Diferenças temporárias:				
Provisão para processos judiciais	453	526	-	-
Provisão para perda esperada	9.113	9.113	-	-
Participação nos resultados	1.326	1.634	-	-
Arrendamento (i)	-	-	(2.811)	(11.476)
Outros	95	172	(76)	(66)
Total do ativo tributário diferido	**10.987**	**11.445**	**(2.887)**	**(11.542)**
Ativo	165.214	126.337	-	-
Passivo	-	-	(157.114)	(126.434)
Total	**165.214**	**126.337**	**(157.114)**	**(126.434)**

(i) Juros sobre passivo, reversão do gasto e depreciação do arrendamento são considerados como base temporária para fins de apuração fiscal.

b) Reconciliação dos tributos sobre o lucro: O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**116.399**	**178.111**
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	**(39.576)**	**(60.558)**
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Benefícios fiscais (Lei Rouanet, Lei do Esporte e Programa de Alimentação ao Trabalhador)	1.530	2.056
Outros ajustes	(449)	(541)
Tributos sobre o lucro	**(38.495)**	**(59.043)**
Corrente	(46.692)	(64.194)
Diferido	8.197	5.151
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(38.495)**	**(59.043)**

c) Tributos a recolher sobre o lucro

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Tributos sobre o lucro do exercício - corrente	46.692	64.194
Compensações	(1.904)	(994)
Pagamentos	(33.754)	(47.282)
Total	**11.034**	**15.918**

Política contábil: A provisão para tributos sobre o lucro é calculada pelo lucro real, com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária aplicável no referido exercício é de 34%. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. A premissa de lucros tributáveis futuros é baseada na produção, planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais, reestruturação e planejamento de custos de capital.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e bancos	1.113	79
Aplicações financeiras	105.393	69.988
Total	**106.506**	**70.067**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor. O saldo de aplicações financeiras no montante de R$ 99.691 (R$ 61.267 em 2022) refere-se a aplicações de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e R$ 5.702 na modalidade compromissada (R$ 8.721 em 2022), prontamente conversíveis em caixa, sendo indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI").

9. Contas a receber e fornecedores

	Nota	Contas a receber 31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Fornecedores 31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Partes relacionadas	16	56.425	43.906	5.298	2.767
Terceiros		15	7	49.837	42.279
Total		**56.440**	**43.913**	**55.135**	**45.046**

O saldo de contas a receber com partes relacionadas refere-se às operações de serviços portuários com a Vale. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia inadimplência no contas a receber com partes relacionadas. As contas a pagar com parte relacionada refere-se a compra de energia elétrica e serviços administrativos e estão formalizadas por meio de contratos celebrados entre as partes. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade possui R$ 26.803 de recebíveis com a Companhia Docas do Rio de Janeiro ("CDRJ") referentes a gastos de dragagem do porto, cuja responsabilidade de execução era da CDRJ. Este recebível está totalmente provisionado para perda em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e a Sociedade tem monitorado junto ao Poder Concedente (CDRJ) o reequilíbrio do contrato para, no momento da renovação do arrendamento, compensar os valores. O saldo de fornecedores terceiros refere-se, em sua maior parcela, a provisão de pagamento à CDRJ pelos embarques realizados no mês. **Política contábil:** O CPC 48 – Instrumentos Financeiros substituiu a abordagem de perda incorrida do CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração por uma abordagem de perda de crédito esperada. Para as contas a receber, a Sociedade adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda de crédito esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro e a perda identificada foi imaterial, exceto pela transação com a CDRJ que está totalmente provisionada para perda.

10. Almoxarifado: O almoxarifado é composto por peças de reposição de máquinas e equipamentos, utilizadas regularmente nos equipamentos de manuseio e embarque de minério de ferro para a prestação de serviços no montante de R$ 21.129 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 15.128 em 31 de dezembro de 2022).

11. Tributos a recuperar: Refere-se a créditos tributários originados nas prestações de serviços e compras de insumos.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Impostos e contribuições federais brasileiras	23.592	11.685
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF") a recuperar	7	1.236
Outros tributos a recuperar	43	43
Total	**23.642**	**12.964**
Circulante	11.169	4.264
Não circulante	12.473	8.700
Total	**23.642**	**12.964**

O aumento da rubrica de Impostos e contribuições federais brasileiras refere-se principalmente pelo aumento nas aquisições de imobilizado, que geraram créditos de PIS e COFINS a recuperar.

12. Imobilizado, intangível e arrendamento

	Imóveis	Instalações	Equipamentos	Ativo de direito de uso	Outros	Imobilizado em curso	Intangível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**103.356**	**114.620**	**44.294**	**561.695**	**6.627**	**43.241**	**175**	**874.008**
Adições ao arrendamento	-	-	-	30.473	-	-	-	30.473
Adições	-	-	-	-	-	29.886	-	29.886
Baixas	-	(29)	-	-	-	(769)	-	(798)
Depreciação e amortização	(4.255)	(7.054)	(9.249)	(123.553)	(1.423)	-	(41)	(145.575)
Transferências	2.226	5.730	3.224	-	1.057	(12.237)	-	-
Total	**101.327**	**113.267**	**38.269**	**468.615**	**6.261**	**60.121**	**134**	**787.994**
Custo	167.969	219.762	119.713	840.975	13.639	60.121	1.774	1.423.953
Depreciação e amortização acumulada	(66.642)	(106.495)	(81.444)	(372.360)	(7.378)	-	(1.640)	(635.959)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**101.327**	**113.267**	**38.269**	**468.615**	**6.261**	**60.121**	**134**	**787.994**
Redução ao arrendamento	-	-	-	(22.132)	-	-	-	(22.132)
Adições	-	-	-	-	-	61.591	-	61.591
Baixas	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Depreciação e amortização	(4.337)	(7.438)	(7.385)	(127.486)	(2.106)	-	(41)	(148.793)
Transferências	-	3.040	1.023	-	7.265	(11.328)	-	-
Total	**96.990**	**108.869**	**31.907**	**318.997**	**11.420**	**110.380**	**93**	**678.656**
Custo	167.969	222.801	120.526	818.842	20.904	110.380	1.774	1.463.196
Depreciação e amortização acumulada	(70.979)	(113.932)	(88.619)	(499.845)	(9.484)	-	(1.681)	(784.540)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**96.990**	**108.869**	**31.907**	**318.997**	**11.420**	**110.380**	**93**	**678.656**

Os valores decorrentes da movimentação do passivo com arrendamento estão evidenciados abaixo:

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	2022
Saldo inicial do exercício	**434.861**	**509.312**
Adição (reversão) (i)	(22.132)	30.473
Pagamentos	(104.977)	(112.267)
Crédito de PIS e COFINS	(13.298)	(13.342)
Juros	16.277	20.685
Saldo final do exercício	**310.731**	**434.861**

(i) No ano de 2023 e 2022, houve revisão dos valores provisionados devido a variação de valores das premissas determinadas pelo contrato de arrendamento para remuneração da CDRJ.

O passivo de arrendamento está apresentado no balanço patrimonial como "Arrendamentos" no circulante e não circulante. O acréscimo de juros reconhecido no resultado está descrito na nota 6.

Pagamentos mínimos anuais	**2024**	**2025**	**2026**	**Total**
Portos	130.388	125.897	59.942	316.227
Total	**130.388**	**125.897**	**59.942**	**316.227**

Os valores apresentados na tabela acima representam os fluxos de caixa futuros para pagamento das obrigações do contrato de arrendamento. Tais valores encontram-se demonstrados por seus valores nominais.

Política contábil: Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida útil
Imóveis	25 a 30 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 a 10 anos
Outros	3 a 5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados a cada exercício social e ajustados, se necessário. Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada. A Sociedade avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que os ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização. O ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve indicação de que os ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização.

COMPANHIA PORTUÁRIA BAÍA DE SEPETIBA

CNPJ Nº 72.372.998/0001-66

VALE

Arrendamento - No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é, ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, quando a Sociedade obtém o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período de tempo, em contrapartida de uma contraprestação. A Sociedade reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início do contrato. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados utilizando a taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Sociedade. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Sociedade. O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

13. Processos judiciais: A Sociedade é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos ambientais, trabalhistas e tributários. A Sociedade utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Sociedade, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos. **Processos judiciais provisionados -** A Sociedade considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos. **Processos judiciais não provisionados -** Os passivos contingentes relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são discutidos a seguir: **Processo ambiental -** O passivo contingente ambiental refere-se, principalmente, à Ação Civil Pública movida contra a Sociedade em relação a materiais gerados pela escavação na área de estocagem do terminal portuário, no valor de R$ 134.260 (R$ 120.607 em 2022). A Sociedade reconheceu um passivo contingente ambiental em 2022 referente à ação contra a Sociedade e demais empresas do porto de Itaguaí por possível poluição causada, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 68.249 (R$ 59.161 em 2022). **Depósitos judiciais -** Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Sociedade é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Provisões para processos judiciais		Passivos contingentes		Depósitos judiciais	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Processos ambientais	273	178	206.077	182.614	-	-
Processos trabalhistas	1.058	1.370	22	44	74	516
Processos tributários	-	-	17.076	17.656	440	413
Total	**1.331**	**1.548**	**223.175**	**200.314**	**514**	**929**

Política contábil: Uma provisão é reconhecida quando a diretoria jurídica e seus consultores jurídicos avaliam que: (i) existe uma obrigação presente originada de evento passado, (ii) é provável que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser mensurada. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que a sua realização é virtualmente certa. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

14. Patrimônio líquido: a) Capital social - Em 31 de julho de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") o aumento de capital da Sociedade no montante de R$ 50.716, mediante a emissão de 50.716.260 novas ações ordinárias, com valor unitário de R$ 1,00, subscrita e totalmente integralizadas pela Vale pela capitalização do mútuo. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R$ 213.446 (R$ 162.730 em 2022) correspondendo a 213.446.404 (162.730.144 em 2022) ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal. **b) Reserva legal -** Constitui uma exigência para todas as sociedades por ações e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social. Tendo em vista o aumento de capital aprovado durante o ano de 2023, foi destinado o valor de R$ 3.895 relativo ao lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **c) Reserva de investimento -** Tem como finalidade assegurar a manutenção e cumprimento ao orçamento de investimentos da Sociedade. Em junho de 2022 foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Ordinária a destinação de R$ 3.997 do lucro líquido de 2021 para a Reserva de investimentos. Em julho de 2023, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Ordinária a reversão de R$ 2.021 do saldo da reserva de investimento para reserva de lucros, posteriormente destinada a título de dividendos complementares. **d) Remuneração aos acionistas da Sociedade -** Conforme alteração do estatuto social em 2017, a remuneração aos acionistas passou para 50% do lucro líquido do exercício (após constituições de reservas), sendo constituído a obrigação com os dividendos mínimos obrigatórios conforme abaixo.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	**77.904**	**119.068**
Alocação para reserva legal	3.895	-
Dividendos mínimos obrigatórios	37.004	59.534
Dividendo adicional proposto (condicionado à aprovação em assembleia de acionistas)	37.004	59.534
Remuneração total do exercício	**77.904**	**119.068**

Os dividendos registrados em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$ 59.534 referem-se aos mínimos obrigatórios de 2022 e aguardam liquidação pela Sociedade. Em julho de 2023 foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a destinação do montante de R$ 59.534 a título de dividendo adicional, também posicionados como "Dividendos a pagar". A AGO de julho de 2023 também deliberou e aprovou a reversão de R$ 2.021 do saldo da reserva de investimento para reserva de lucros, posteriormente destinada a título de dividendos complementares.

15. Partes relacionadas: Representados pelas seguintes operações com partes relacionadas à Sociedade:

	Notas	31 de dezembro de 2023	2022
Ativo circulante			
Contas a receber com partes relacionadas - Vale S.A.	9	56.425	43.906
Passivo circulante			
Contas a pagar com partes relacionadas - Vale S.A.	9	5.298	2.767
Dividendos a pagar - Vale. S.A.	14	158.093	59.534
Passivo não circulante			
Mútuo com partes relacionadas - Vale S.A.		-	48.694

Em 2019, a Sociedade celebrou um contrato de mútuo com a Vale no montante de R$ 40.000 a taxa de juros de 105% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) ao ano e a ser pago em até 5 anos em parcela única. Em 31 de julho de 2023, foi aprovado em AGE a capitalização do saldo de mútuo com partes relacionadas no montante de R$ 50.716.

Resultados gerados pelas operações com partes relacionadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Receita de serviço prestado - Vale S.A.	513.896	587.044
Custo do serviço prestado - Vale S.A.	(3.440)	(4.631)
Despesa financeira - Vale S.A.	(3.914)	(5.613)

Todas as operações com partes relacionadas estão formalizadas através de contratos celebrados entre as partes. Caso esses contratos tivessem sido estabelecidos com terceiros, os termos contratuais poderiam ser diferentes dos firmados com as partes relacionadas. A remuneração dos administradores da Sociedade foi paga integralmente pela sua controladora, sem o respectivo reembolso. Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo.

16. Classificação dos instrumentos financeiros

	Custo amortizado 31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa	106.506	70.067
Contas a receber	56.440	43.913
Total dos ativos financeiros	**162.946**	**113.980**
Fornecedores	55.135	45.046
Arrendamento	310.731	434.861
Mútuo com parte relacionada	-	48.694
Total de passivos financeiros	**365.866**	**528.601**

Política contábil: A Sociedade classifica os ativos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado a menos que certas condições que permitam uma mensuração subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo custo amortizado sejam atendidas. Sendo que na data base destas demonstrações financeiras a Sociedade somente possui instrumentos financeiros classificados como custo amortizado. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos.

17. Gestão de riscos: a) Gestão de risco de liquidez e capital - A Sociedade monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Caso a Sociedade tenha dificuldade para liquidar seus compromissos, a Vale suprirá a defasagem de caixa. **b) Gestão de risco de crédito -** A exposição da Sociedade ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Sociedade em um nível aceitável. (i) Gestão de risco de crédito de recebíveis - A Sociedade atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial. (ii) Gestão de risco de crédito de investimentos financeiros - Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Sociedade controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação. **c) Gestão de risco de mercado -** A Sociedade está exposta a diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. Considerando a natureza dos negócios e operações da Sociedade, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Sociedade está exposta são: risco da taxa de câmbio, risco da taxa de juros e risco de preços de produtos e insumos. A avaliação do potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco.

MEMBROS DA DIRETORIA E RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Diretores
Rodrigo Vasconcelos Santos
Diretor
Carlos Henrique da Silva Oliveira
Diretor
Luciana Rocha de Oliveira e Silva
Diretora
Responsáveis Técnicos
Carlos Alberto Ferreira de Abreu
Contador
CRC-RJ 131214/O-7
Cecilia Fernandes Albuquerque
Gerente de Controladoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas - Companhia Portuária Baía de Sepetiba.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Portuária Baía de Sepetiba ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Portuária Baía de Sepetiba em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras: A diretoria da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Rio de Janeiro, 02 de abril de 2024
PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5
Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

COLLETT
COLLETT & SONS S/A
Engenharia, Comércio e Indústria

COLLETT & SONS S/A – ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CNPJ/MF: 33.163.924/0001-68

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores acionistas, Em cumprimento às disposições Estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 da Companhia COLLETT & SONS S.A. Engenharia, Comércio e Indústria. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2023 E 31/12/2022

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	292.095	629.077
Adiantamentos Fornecedores	991.811	1.035.446
Faturas a Receber	125.792	125.792
Impostos a Recuperar	2.562.013	2.227.448
Creditos com Partes Relacionadas	1.491.183	1.491.183
Outros Créditos	1.087	352.285
Total do Ativo Circulante	**5.463.980**	**5.861.231**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizavel a Longo Prazo		
Depositos Judiciais	1.698.589	1.698.589
Investimentos	27.451	27.451
Imobilizado	1.668.992	1.668.992
Intangível	5.130	5.130
Total do Ativo Não Circulante	**3.400.162**	**3.400.162**
TOTAL DO ATIVO	**8.864.142**	**9.261.393**

PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores	262.906	303.802
Impostos e Contribuições a Recolher	29.050	33.743
Salários e Encargos Sociais	127.720	128.005
Outras Obrigações	1.146.786	1.140.095
Total do Passivo Circulante	**1.566.461**	**1.605.644**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Impostos Diferidos	108.251	108.251
Obrigações com Consorciados	1.051.576	1.021.576
Total do Passivo Não Circulante	**1.159.827**	**1.129.827**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	20.600.000	20.600.000
Reservas de lucros		
Lucros Acumulados	-	-
Reservas	-	-
Prejuízos Acumulados	(14.074.078)	(13.656.887)
Resultado do Período	(388.067)	(417.191)
Reserva p/Futuro Aumento de Capital	-	-
Total do Patrimônio Líquido	**6.137.855**	**6.525.922**
TOTAL DO PASSIVO	**8.864.142**	**9.261.393**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 31/12/2023 (EM R$)

Eventos	Capital Social Integralizado	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	**20.600.000**	**-**	**-**	**(14.074.078)**	**6.525.922**
Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício	-	-	-	(388.067)	(388.067)
Saldos em 31/12/2023	**20.600.000**	**-**	**-**	**(14.462.145)**	**6.137.855**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM REAIS)

1 - Contexto Operacional: A COLLETT & SONS S/A – ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA têm por principal objeto social, o desenvolvimento de atividades relacionadas à área de construção civil, dedicando-se particularmente aos segmentos da construção pesada e saneamento. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis**: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), e as alterações produzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, assim como, os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exigidos para as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2023. **3 - Principais Práticas Contábeis: A) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem os montantes de caixa, e os fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação, registrados ao custo, cujo risco de mudança em seu valor é insignificante. **B) Contas a Receber:** As Contas a Receber são registradas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos de seus créditos. **C) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente tendo como regime de apuração o Lucro real. **D) Apuração e Destinação do Resultado:** As receitas são oriundas de obras realizadas por empreitada e por administração, sendo o reconhecimento das mesmas efetuadas na medida da execução física de cada obra. O Estatuto prevê que os lucros líquidos dos exercícios apurados, serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social e 20% (vinte por cento), no mínimo, à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, podendo a Assembléia Geral deliberar distribuição a menor ou a retenção de todo o Lucro.

John Clark Andrade Correa - Diretor Superintendente - CPF: 426.612.852-53,
Moysés Santiago Pimentel Bisneto - Diretor - CPF: 656.163.673-20,
Ademir de Carvalho Vale Junior - Contador
CRC-RJ. 070.545/O-7 - CPF: 021.452.427-24

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINDOS EM 31/12/2023 E 31/12/2022 (Em R$)

	31/12/2023	31/12/2022
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	-	-
(–) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-	-
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**-**	**-**
(–) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(160.397)	(258.448)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	**(160.397)**	**(258.448)**
(–) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(275.315)	(222.794)
(+/–) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERAC.	-	-
(=) RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**(435.712)**	(481.243)
(+/–) RESULTADO FINANCEIRO	46.919	64.052
(+/–) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	725	-
(=) RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	**(388.067)**	**(417.191)**
(–) IMPOSTO DE RENDA	-	-
(–) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
(=) RESULTADO DO PERÍODO	**(388.067)**	**(417.191)**
LUCRO POR AÇÃO	**(1)**	**(1)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA FINDOS EM 31/12/2023 E 31/12/2022 (Em R$)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**(388.067)**	**(417.191)**
Aumento (Redução) das Contas dos Grupos de Ativo e Passivo		
Contas a receber	-	-
Impostos recuperar	(334.565)	318.780
Outros ativos	394.833	(299.933)
Fornecedores	(40.896)	6.434
Salários e encargos sociais	(285)	2.379
Obrigações tributárias	(4.693)	(438)
Outros passivos	36.691	19.281
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(336.982)**	**(370.688)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	**2023**	**2022**
Aumento Imobilizado	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	**2023**	**2022**
Aumento de Capital Social	-	-
Dividendos Pagos	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	**-**	**-**
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa	**(336.982)**	**(370.688)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**629.077**	**999.765**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**292.095**	**629.077**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CONCREJATO SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S.A.

CNPJ: 29.994.423/0001-56

www.concrejato.com.br

Relatório da Administração

Srs. Acionistas, a Administração da CONCREJATO Serviços Técnicos de Engenharia S.A. ("Empresa") submete à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as correspondentes demonstrações financeiras da empresa, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/23. A Concrejato completou, em 2023, 45 anos de atividades, período ao longo do qual se tornou a principal referência em sua área de atuação em recuperação estrutural, restauro, remodelação, revitalização e obras especiais, tendo sido pioneira na modernização de edificações históricos, e hoje também é um importante prestador de serviços de manutenção e obras para o mercado de Utilities com destaque no segmento de Gás Natural e Saneamento Básico. Ao longo de 2023 a Concrejato teve como seus principais projetos: • Restauração Flores da Cunha. • COMGÁS – Manut. • Manutenção CEG – Naturgy RJ. • Manutenção CEG – Sorocaba. • Válvulas de Controle – AESAN. • Museu Vila de Vassouras. • Iphan Rio. • Museu Belas Artes RJ. • Museu Nacional. • Museu Olímpico e Paralimpico. • Ponte Sobre Rio Tiete – Retomada. • Ponte Pênsil São Vicente. • Ponte Chavantes. • Ponte Aricanduva. • Eleva – Cassino da Urca. • Viaduto Antonio Sanches. • Viaduto Plínio de Queiroz. • Espaço Almeida Junior – Itu. • Condominio Edifício Copan. • Marinha Emgepron – Edifício 8. • Viaduto Otavio Rocha – POA. • Capanema Fase 3 – Restauro do Palácio • Fachadas Hospital Umberto Matarazzo. • Associação Comercial de SP ACSP. • Tribunal Regional Eleitoral – TRE. • Maria Lenk – Arquibancada. No ano de 2023 fizemos importantes entregas como a finalização da obra de Recuperação e Restauro do Museu Nacional – Fase 1, Escola Eleva – Cassino da Urca, Recuperação do Viaduto Antonio Sanches, Recuperação da Ponte São Vicente e Ponte Chavante,. Terminamos o ano de 2023 com um backlog de obras contratadas que nos garante um aumento no volume de faturamento para a companhia em 2024. Em 2023 conseguimos manter nosso resultado operacional dentro das projeções, fechamos o ano com os pagamentos de todos os compromissos firmados pela companhia em dia, dentre eles fornecedores e bancos, nosso saldo de caixa no final do período foi positivo, o que nos dá segurança para a continuidade e crescimento da companhia. O ano de 2023, foi um ano de restruturação interna, tendo como principais projetos executados ao longo do ano a implantação de um novo RP – RM Totvs, trazendo maior segurança e controle para os processos da companhia, estruturamos a nossa de Controladoria Interna (Contabilidade / Fiscal), demos passos importante no projeto de reestruturação da área de Suprimentos e Estoque. Além disso demos início ao projeto de reestruturação societária da empresa, visando uma estrutura mais enxuta e competitiva para fazer frente ao crescimento orgânico da companhia. A Receita Bruta de Obras e Manutenções da Companhia cresceu 15%, passando de R$281.273 MM em 2022 para R$332.231MM em 2023. Nossos Custos Operacionais + Despesas, apesar de um impacto significativo com aumento dos principais insumos, a empresa sofreu um aumento de gastos de 15%, passando de R$ 250.218MM em 2022 para R$295.089MM em 2023. Todas as ações tomadas ao longo de 2023 na Companhia nos manteve com o lucro positivo, de R$2.402MM em 2022, para R$2.568MM em 2023, com grande impacto nas Despesas Financeiras provenientes da taxa elevada da Selic ao longo do ano, como demonstrado nas DF´s que acompanham esse relatório.

Nossos principais indicadores contábeis se mantiveram sólida situação econômica e financeira e permitindo à companhia a continuidade de participação em Licitações de Obras Públicas:

Índice		Cálculo		31/12/2023	31/12/2022 Publicado
Índices de Liquidez					
Índice de Liquidez Corrente	LC	Ativo Circulante / Passivo Circulante	82.453,3 / 42.973,4	1,52	1,92
Índice de Liquidez Seca	LS	(Ativo Circulante - Estoque) / Passivo Circulante	82.453,3 - 7.325,1 / 42.973,4	1,37	1,75
Índice de Liquidez Geral	LG	(Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)	82.453,3 + 58.975,8 / 42.973,4 + 14.975,6	2,11	2,44
Índices de endividamento					
Grau de Endividamento	GE	(Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) / Ativo Total	42.973,4 + 14.975,6 / 149.144,6	0,45	0,39
Índice de Endividamento	IE	(Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) / Patrimônio Líquido	42.973,4 + 14.975,6 / 91.195,0	0,80	0,64
Endividamento a Curto Prazo	ECP	Passivo Circulante / Patrimônio Líquido	42.973,4 / 91.195,0	0,71	0,47
Endividamento Total sobre o Patrimônio Líquido	ET	Passivo Total / Patrimônio Líquido	149.144,0 / 91.195,0	1,80	1,64

Balanço patrimonial em 31/12/2023 e de 2022 (Em reais mil)

	Nota	2023	2022
ATIVO		169.376	149.144
CIRCULANTE		100.900	82.453
Caixa e equivalentes de caixa	(5)	5.954	1.151
Clientes	(6)	69.491	67.839
Impostos a compensar	(7)	5.840	2.724
Adiantamentos	(8)	7.342	1.938
Estoque		10.014	7.325
Outros créditos		2.259	1.476
NÃO CIRCULANTE		68.476	66.691
Depósitos e cauções		1.718	1.173
Impostos a compensar - NC		5.674	4.258
Clientes	(6)	23.810	29.484
Partes relacionadas	(10)	17.801	14.866
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9)	15.214	13.454
Imobilizado	(11)	2.759	3.015
Intangível	(11)	1.500	441
	Nota	2023	2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		169.376	149.144
CIRCULANTE		66.544	45.172
Fornecedores		10.436	9.197
Empréstimos e financiamentos	(12)	19.602	11.784
Contas a pagar		6.612	13
Obrigações tributárias		4.887	5.964
Salários e encargos socias a pagar		17.997	14.340
Parcelamentos de tributos	(13)	6	10
Adiantamentos recebidos de clientes	(14)	7.004	3.864
NÃO CIRCULANTE		8.926	12.777
Provisão de contingências	(15)	823	715
Parcelamentos de tributos	(13)	-	7
Impostos diferidos	(9)	-	273
Partes relacionadas	(10)	600	-
Obrigações tributárias - LP		182	56
Empréstimos e financiamentos - LP	(12)	7.321	11.726
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(17)	93.906	91.195
Capital Social		100.260	100.260
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		142	-
Prejuízos acumulados		(6.496)	(9.065)

Demonstração do resultado em 31/12/2023 e de 2022 (Em reais mil)

	Nota	2023	2022
Receita Líquida	(18)	299.454	257.226
Receita Bruta Obras e Manutenções		332.232	281.274
Receita Bruta Direitos a Faturar		(5.780)	(2.001)
Receita Bruta		326.452	279.273
(-) Impostos Obras e Manutenções		(27.194)	(22.842)
(-) Impostos Direitos a Faturar		196	795
(-) Impostos Faturamento e Direitos		(26.998)	(22.047)
Custo dos Serviços Prestados	(19)	(268.997)	(229.873)
LUCRO BRUTO		30.457	27.353
DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS			
Honorários da diretoria		(3.058)	(2.524)
Despesas com pessoal		(15.547)	(9.514)
Despesas gerais e serviços		(8.875)	(7.675)
Despesas de depreciação e amortização		(1.114)	(951)
Outras receitas / Outras Despesas Operacionais		2.501	318
		(26.093)	(20.346)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		4.364	7.007
RESULTADO FINANCEIRO			
Resultado Financeiro Líquido	(20)	(3.664)	(4.597)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		700	2.410
Imposto de renda sobre o lucro diferido		1.294	556
Contribuição social sobre o lucro diferido		466	200
Imposto de renda e contribuição social diferidos		272	
Imposto de renda sobre o lucro		(113)	(552)
Contribuição social sobre o lucro		(50)	(212)
Imposto de renda e contribuição social	(16)	1.869	(8)
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO		2.569	2.402

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2023 e de 2022 (Em reais mil)

	2023	2022
Resultado do exercício	2.569	2.402
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:		
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Total do resultado abrangente	2.569	2.402

Demonstração das mutações no patrimônio líquido em 31/12/2023 e de 2022 (Em reais mil)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos/ lucros Acumulados	Total
Em 31/12/2021	100.260	-	(11.467)	88.793
Lucro do exercício			2.402	2.402
Em 31/12/2022	100.260	-	(9.065)	91.195
Resultado do exercício			2.569	2.569
Adto Futuro Aumento de Capital		142	-	142
Em 30 deJunho de 2023	100.260	142	(6.496)	93.906

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e de 2022 (Em reais mil)

	2023	2022
Das atividades operacionais:		
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	2.569	2.402
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
• Depreciação e amortização	1.121	951
• Baixa líquida do imobilizado	(8)	
• Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.760)	(756)
• Provisão (Reversão) de contingências	108	(251)
• Juros sobre empréstimos	4.504	3.386
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício ajustado	6.534	5.732
(Aumento) Redução nos ativos operacionais		
• Clientes e contas a receber	4.022	(2.931)
• Impostos a compensar	(4.532)	(1.090)
• Adiantamentos a fornecedores e empregados	(5.404)	1.029
• Estoque	(2.689)	1.098
• Outros Créditos	(783)	(563)
• Depósitos e cauções	(545)	(659)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais		
• Fornecedores	1.239	1.717
• Contas a pagar	6.599	13
• Obrigações tributárias	(1.224)	(100)
• Adiantamentos recebidos	3.140	1.669
• Salários e encargos socias a pagar	3.657	2.831
• Outras contas a pagar		
Fluxo de caixa das atividades operacionais	10.014	8.746
Das atividades de investimentos:		
• Investimentos - Consorcios	-	(53)
• Venda de imobilizado	-	55
• Aquisição de imobilizado	(651)	(513)
• Aquisição de intangível	(1.265)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(1.916)	(511)
Das atividades de financiamentos:		
• Outros resultados abrangentes	142	
• Variação líquida de empréstimos e financiamentos	(1.091)	(5.790)
• Parcelamentos de tributos	(11)	(10)
• Partes Relacionadas	(2.335)	(1.847)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(3.295)	(7.647)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.803	588
DISPONIBILIDADES		
Saldo inicial	1.151	563
Saldo final	5.954	1.151
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.803	588

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 (Em reais mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A CONCREJATO SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S.A. ("Empresa") é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 10/11/1978 com sede na cidade do Rio de Janeiro. A Empresa possui em seu plano de negócios a prestação de serviços técnicos de engenharia civil em geral, reformas, manutenção predial e industrial e reforços de estruturas, restauração de patrimônio público e/ou tombado e prestação e serviço para concessionárias de fornecimento de gás natural no Brasil e no exterior. **2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As informações financeiras estão sendo apresentadas em Reais e foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas. As principais fontes de julgamento e estimativas estão detalhadas na nota explicativa nº 4. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Empresa. **b) Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, o qual geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **c) Continuidade dos negócios:** A Administração avalia, com base em seus atuais planos operacionais e de investimento, que o saldo e a geração de caixa operacional suportam uma eventual necessidade de recursos. A Administração revisa sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber e fornecedores, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados à gestão financeira. **d) Aprovação das demonstrações financeiras:** Em 14/03/24, a Administração da Empresa autorizou a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/23. **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: a. Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda retido na fonte – IRRF auferidos até 31/12/23, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas. **c. Contas a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos, acrescidos das variações monetárias e cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. **d. Imobilizado:** Os itens de ativo imobilizado da Empresa estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos da depreciação, amortização e perdas por redução ao valor irrecuperável. As depreciações foram calculadas pelo método linear a taxa que levam em conta a vida útil dos bens, as quais as taxas estão demonstradas em nota explicativa. **e. Imposto de Renda e Contribuição Social:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro real), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o valor que exceder a R$240 no ano, para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Os créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirão bases tributáveis positivas que possam ser utilizadas. **f. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **g. Passivos contingentes:** São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas na nota explicativa (13) e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Depósitos judiciais: São deduzidos das respectivas provisões para contingências para fins de divulgação nas demonstrações financeiras. **h. Apuração de resultado e reconhecimento de receita:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/ acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social. **i. Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM 641, de 07/10/10, que aprovou o CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo CPC. A demonstração de fluxos de caixa reflete as modificações que ocorreram no caixa nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. **j. Informações por Segmento:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Sociedade. Devido ao seu modelo de negócios verticalmente integrado e as características das atividades da Sociedade, os resultados da Sociedade são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Dessa forma, em 31/12/23 e de 2022, a Sociedade possui apenas um segmento operacional divulgável. **4 . PRICIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS:** Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas. As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: constituição de provisões necessárias para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, vida útil do ativo imobilizado e recuperação dos ativos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Empresa, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **a) Redução dos valores de recuperação dos ativos:** Os itens do ativo imobilizado que apresentam indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, através de estudo detalhado para cada UGC, pelo cálculo dos fluxos de caixa futuros descontados e pela utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do exercício analisado. **b) Perdas com recebíveis de clientes:** As contas a receber de clientes são monitoradas individualmente, sendo a perda registrada diretamente no resultado com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento, considerando os saldos vencidos há mais de 180 dias, excluindo valores já negociados. **c) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas:** A provisão constituída para processos judiciais que representa perdas prováveis é estimada com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é amparada pela opinião dos assessores jurídicos da Empresa.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e Bancos	2	27
Aplicações Financeiras	5.952	1.124
	5.954	1.151

Em 31/12/23 e 2022, as aplicações financeiras foram remuneradas por taxa média de 100% da variação do certificado de depósito interbancário - CDI, tendo em sua carteira principalmente aplicações em CDB renda fixa compromissada e CDB resgate automático. Os saldos consistem em aplicações de liquidez imediata, rapidamente conversíveis em Reais, tendo como objetivo principal honrar os compromissos de curto prazo, sujeitos a baixo risco.

6. CLIENTES

	Circulante 2023	Circulante 2022	Não Circulante 2023	Não Circulante 2022
Contas a Receber	71.437	69.785	23.810	29.484
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(1.946)	(1.946)	-	-
	69.491	67.839	23.810	29.484

Nenhum cliente individual foi responsável por mais de 10% da receita total.

7. IMPOSTOS A COMPENSAR	2023	2022
PIS	91	89
COFINS	433	408
INSS	102	102
IRPJ/CSLL	5.050	2.122
Outros	164	3
	5.840	2.724

8. ADIANTAMENTOS	2023	2022
Adiantamentos a empregados	909	701
Adiantamentos a fornecedores	6.433	1.237
	7.342	1.938

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS: A Empresa possui créditos tributários referentes a imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados nos ativos circulante e não circulante, decorrentes de provisões, saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e à alíquota de 9% para a contribuição social.

	Ativo 2023	Ativo 2022	Passivo 2023	Passivo 2022
Não Circulante	15.214	13.454	-	273
	15.214	13.454	-	273

Tributos diferidos ativo: Conforme estimativas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31/12/23 de R$15.214 a ser realizado a partir do exercício de 2024. Tributos diferidos passivo: Foram constituídas provisões de imposto de renda e para contribuição social, aos quais estão registradas no passivo não circulante em função de: a) diferimento da tributação sobre os valores originados de contratos de longo prazo com o governo. **10. PARTES RELACIONADAS:** A Empresa é controlada pela MRV Participações S.A. A Controladora também possui participações em outras empresas, formando um grupo econômico. Com isso, a Administração pratica o repasse de recurso para as demais empresas através de operações de mútuos, pactuados em condições normais de mercado para operações semelhantes e remunerados a uma taxa em consonância com a gestão financeira. Adicionalmente, informamos que as operações não possuem vencimento.

Participantes	Ativo NãoCirculante 2023	Ativo NãoCirculante 2022	Passivo Não Circulante 2023	Passivo Não Circulante 2022
Sócios pessoas físicas	794	794	-	-
Contemat Engenharia e Geotecnia S.A.	15.965	13.710	-	-
MRV Empreendimentos e Participações S.A.	629	-	450	-
CMAT Participações S.A.	413	362	150	-
	17.801	14.866	600	-

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL:
O Imobilizado e o Intangível estão apresentados como segue:

CUSTO	Imobilizado: Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Veículos	Outras imobilizações	Total	Intangível
Tx depreciação % a.a.	10	10	15	20			
Em 01/01/22	7.360	937	836	283	478	9.894	955
Adições	126	62	3		172	363	150
Baixas	(8)	(32)	(43)	(81)		(164)	
Em 31/12/22	7.478	967	796	202	653	10.093	1.105
Adições	355	72	52		172	651	1.379
Baixas				-		-	(114)
Em 31/12/23	7.833	1.039	848	202	825	10.744	2.370
Depreciação/Amortização acumuladas							
Em 01/01/22	(4.389)	(569)	(645)	(281)	(382)	(6.266)	(634)
Depreciação/Amortização	(715)	(89)	(71)	(5)	(42)	(922)	(30)
Baixas	1	3	25	81		110	
Em 31/12/22	(5.103)	(655)	(691)	(205)	(424)	(7.078)	(664)
Depreciação/Amortização	(693)	(86)	(69)	(5)	(62)	(915)	(206)
Baixas	-		-	8		8	
Em 31/12/23	(5.796)	(741)	(760)	(202)	(486)	(7.985)	(870)
Imobilizado Líquido							
Em 31/12/22	2.375	312	105	(3)	229	3.015	441
Em 31/12/23	2.037	298	88	-	339	2.759	1.500

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Circulante 2023	Circulante 2022	Não Circulante 2023	Não Circulante 2022
Bradesco (a)	12.865	3.956	-	2.320
ABC Brasil (b)	1.830	2.280	278	-
BTG (c)	4.607	4.696	7.044	7.435
Banco do Brasil (d)	2.684	2.200	1.875	3.323
(-) Juros a Apropriar	(2.384)	(1.348)	(1.876)	(1.352)
	19.602	11.784	7.321	11.726

(a) Capital de giro - Bradesco: A empresa possui compromissos decorrentes dos seguintes contratos de capital de giro: Contrato com carência de 6 meses e prazo de pagamento de 30 meses com taxa pós-fixada de 5% a.a.+100% da taxa CDI CETIP. Até 31/12/23 foram pagas 24 parcelas, restando 6 a pagar; e contrato com carência de 6 meses com prazo de pagamento em 12 parcelas com taxa pré-fixada de 13,42% a.a. Até 31/12/23 nenhuma parcela foi paga, restando 12 parcelas a pagar; (b) Cédula de crédito bancário - Bradesco: A empresa possui compromisso decorrente de empréstimo externo com carência de 2 meses e prazo de pagamento em 4 parcelas trimestrais e taxa de juros de 6,78% a.a. Até 31/12/24 foram pagas 2 parcelas, restando 2 parcelas a pagar. (c) Capital de giro – ABC do Brasil: A empresa possui compromissos decorrentes de contrato de capital de giro com prazo de 36 meses e taxa de 5,5% a.a. + 100% da taxa CDI CETIP. Até 31/12/23 foram pagas 25 parcelas, restando 11 a pagar. (d) Capital de giro – Banco BTG: A empresa possui compromissos decorrentes de contrato de capital de giro com carência de 24 meses e prazo de pagamento e parcelas semestrais e taxa de 4% a.a. + 100% da taxa SELIC. Até 31/12/23 foi paga 1 parcela, restando 4 a pagar. (e) Capital de giro – Banco do Brasil: A empresa possui compromissos decorrentes de contrato de capital de giro com carência de 6 meses e prazo de pagamento de 30 meses com taxa de 4,38% a.a. + 100% da taxa CDI CETIP. Até 31/12/23 foram pagas 11 parcelas, restando 19 a pagar; Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de Vencimento	2023
2025	7.321
	7.321

13.PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS

	Passivo Circulante 2023	Passivo Circulante 2022	Passivo Não Circulante 2023	Passivo Não Circulante 2022
Parcelamento IRPJ	19	33	-	22
(-) Juros a apropriar	(13)	(23)	-	(15)
	6	10	-	7

Durante o exercício de 2019 a empresa optou pelo parcelamento ordinário de saldo devedor de IRPJ oriundo de notificação fiscal. Tal parcelamento foi realizado em 60 (sessenta) parcelas fixas de R$ 2.808,41, acrescido de atualização pela variação da taxa SELIC.

14. ADIANTAMENTOS RECEBIDOS DE CLIENTES	2023	2022
Adiantamentos recebidos de clientes	7.004	3.864
	7.004	3.864

A Empresa possui saldos referentes a contratos firmados com clientes a serem compensados em faturamento futuro. **15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:** A Administração da Empresa constitui provisão para valores de contingências trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável, segundo a avaliação de seus consultores jurídicos. Os valores das provisões para contingência foram estimados e estão garantidos parcialmente por depósitos judiciais.

	Provável 2023	Provável 2022	Possível 2023	Possível 2022
Trabalhistas	2.042	1.880	699	4.685
Cíveis	490	-	5.746	20.241
Tributárias	-	-	3.822	4.577
(-) Depósitos Judiciais vinculados	(1.709)	(1.165)	-	-
	823	715	10.267	29.503

Trabalhistas: As principais causas cuja classificação é provável ou possível são ações movidas por empregados desligados contra a Empresa, envolvendo cobranças de horas extras, diferença de verbas rescisórias, vínculo empregatício, adicional de periculosidade e danos morais. Cíveis: As principais causas cuja classificação é provável ou possível referem-se a ações de natureza indenizatória, materiais e morais relacionadas a contratos de clientes. Tributários: As principais causas cuja classificação são provável ou possível referem-se a ações tributárias ou autos de infração fiscal, regularmente defendidos e com a exigibilidade suspensa, por liminar ou pela prestação de garantia.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ALÍQUOTA EFETIVA: A alíquota efetiva sobre o lucro antes do IRPJ e CSLL, são demonstradas a seguir:

	2023	2022
Prejuízo (Lucro) antes do IRPJ e CSLL	700	2.410
IRPJ/CSLL no resultado do Exercício	(163)	(764)
IRPJ/CSLL diferidos	2.032	756
Alíquota Efetiva	0%	0%

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 17.1. CAPITAL: A Companhia possui um capital social de R$ 100.260 (cem milhões e duzentos e sessenta mil reais), divido em 57.687.841 milhões de ações ordinárias, ao preço de R$ 1,74 fixos, cada, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas de forma proporcional às suas respectivas participações no capital social da mesma. **17.2. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL:** Durante o exercício de 2023 foi adiantando pelos sócios o montante de R$ 142 mil (cento e quarenta e dois mil reais) para futuro aumento de capital. **18. RECEITA LÍQUIDA:** A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício é como segue:

	2023	2022
Receita Bruta	326.452	279.272
Deduções da receita		
ISS	(9.347)	(6.324)
PIS	(1.633)	(1.826)
COFINS	(9.744)	(8.426)
INSS s/faturamento (CPRB)	(6.273)	(5.470)
Receita Líquida	299.454	257.226

Assim como as demais organizações do seguimento da construção civil, também a Concrejato possui em uma pequena parcela de seus contratos a cláusula de faturamento direto, onde ela é a responsável pela administração da construção, porém os materiais são adquiridos em nome da empresa contratante e quitados

Responsabilidade fiscal: desoneração feita sem observar exigências legais

AGU pede para STF reconhecer inconstitucionalidade

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o advogado-geral da União, Jorge Messias, ingressaram nesta quarta-feira com uma ação para pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheça a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei nº 14.784/23 que promoveram desoneração de setores da economia e de municípios sem a adequada demonstração do impacto financeiro da medida, conforme exigido pela Constituição Federal, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Na ação, também é pedida a declaração de inconstitucionalidade do artigo 4º da Medida Provisória nº 1.202/23, que estipulou limites para a compensação tributária de créditos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado.

Os dispositivos questionados pela Advocacia-Geral da União (AGU) prorrogaram até o final de 2027 a vigência de benefícios da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) que incide sobre setores específicos da economia, além de reduzirem a alíquota da Contribuição Previdenciária Patronal incidente sobre a folha de pagamento de determinados municípios.

Na ação, o presidente da República e a AGU destacam que a Lei nº 14.784/23 estabeleceu tais hipóteses de renúncia de receita sem a devida demonstração do impacto orçamentário e financeiro da medida.

"A lacuna é gravíssima, sobretudo se considerado o fato de que a perda de arrecadação anual estimada pela Receita Federal do Brasil com a extensão da política de desoneração da folha de pagamento é da ordem de R$ 10 bilhões anuais", alerta a Advocacia-Geral da União em trecho do documento. "O compromisso do governo federal é com a trajetória sustentável da dívida pública", declarou o advogado-geral da União, Jorge Messias, após o protocolo da ação.

"O governo tem responsabilidade fiscal e precisa levar essa discussão, neste momento, ao Supremo Tribunal Federal. Sem a declaração de inconstitucionalidade destes dispositivos, nós colocaremos em risco as contas fiscais. Não é possível que seja colocado em risco o sacrifício de toda a sociedade para beneficiar alguns setores específicos. Portanto, nós esperamos e confiamos que o Supremo Tribunal Federal aprecie o pedido apresentado pela Advocacia-Geral da União no dia de hoje, de modo a declarar inconstitucionais esses dispositivos", acrescentou.

Compensação

Já no trecho da ação que pede a declaração de inconstitucionalidade do estabelecimento de limites para a compensação de créditos tributários decorrentes de decisões transitadas em julgado, a AGU assinala que a medida é necessária em razão da existência de diversas ações judiciais, no próprio STF e em outras instâncias, questionando a previsão.

Com o auxílio de dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), é destacado, por exemplo, que pelo menos 40 ações foram movidas contra a norma, sendo em que em oito delas já foram concedidas liminares dispensando contribuintes de observar a regra, com impacto estimado em R$ 169,7 milhões. Tais indicadores, assinala a AGU, são suficientes para "denotar um estado difuso de judicialização" que causa insegurança jurídica e torna necessária a declaração de constitucionalidade do artigo 4º da Medida Provisória nº 1.202/23).

Feninfra

A presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Mello Suruagy, afirmou hoje (quarta-feira), que a decisão do governo federal de ingressar com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Lei nº 14.784/23, que prorroga a desoneração da folha de pagamento dos salários até 2027, é um desrespeito contra os 17 setores que mais geram empregos no País e com os 9 milhões de trabalhadores que trabalham nas empresas representadas. Segundo a presidente, o governo, antes de adotar estas medidas judiciais, deveria reduzir seus gastos, fazendo uma reforma administrativa.

Vivien Suruagy lembra, ainda que o próprio Supremo já julgou em 2021 a constitucionalidade da desoneração. "O governo está alegando, agora, a inconstitucionalidade da medida. Vai mudar o que já foi decidido?", argumenta a presidente. "É uma incoerência de um governo que, historicamente, sempre defendeu a bandeira do emprego", complementou.

"O custo real final da prorrogação é bem pequeno frente ao benefício de preservar algo tão precioso como o emprego. Sem a desoneração, haverá quebra de empresas e redução de postos de trabalho, gerando uma enorme crise social", alerta. "Apenas no setor da Feninfra são 2,5 milhões de trabalhadores. Em áreas de trabalho como call center, há muitas mulheres chefes de família e jovens em seu primeiro emprego", ressalta.

Municípios

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), em nota assinada pelo seu presidente Paulo Ziulkoski "repudia profundamente que o governo federal atue pela retirada de uma conquista estimada em R$ 11 bilhões por ano ao judicializar a Lei 14.784/2023. Nesta quarta-feira, 24, o presidente da República e a Advocacia-Geral da União (AGU) entraram com ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) questionando dispositivos da Lei. A medida visa a barrar a desoneração da alíquota da contribuição previdenciária patronal dos Municípios ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que foi referendada pelo Congresso Nacional duas vezes para todos os Municípios com até 156,2 mil habitantes.!

"É lamentável retirar a redução da alíquota para aqueles que estão na ponta, prestando serviços públicos essenciais à população, enquanto há benefícios a outros segmentos, com isenção total a entidades filantrópicas e parcial a clubes de futebol, agronegócio e micro e pequenas empresas. O movimento municipalista reitera que a Lei 14.784/2023, nesses três primeiros meses do ano, garantiu uma economia de R$ 2,5 bilhões, do total de R$ 11 bilhões estimados para o ano."

Segundo Ziulkoski, "a situação da Previdência nos Municípios é hoje um dos principais gargalos financeiros dos administradores municipais, que apresentaram, em 2023, o pior resultado primário da última década. Dessa forma, a CNM deverá entrar como amicus curiae na ADI com o escopo de mostrar ao Judiciário a importância da medida e garantir a manutenção da conquista. A Confederação lembra que durante todo o processo de debate sobre o tema buscou o diálogo junto ao Executivo e ao Congresso para tratar da desoneração e da questão previdenciária dos Municípios."

Na nota destaca que a CNM está atuando pela aprovação de emenda à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, que trata da desoneração da folha de pagamento dos Municípios e de outros desafios relativos à Previdência. A proposta da Confederação à PEC 66 sugere incorporar junto ao novo parcelamento previdenciário das dívidas com os Regimes Geral e Próprio de Previdência Social, e ao novo regime especial de precatórios, a extensão aos Municípios da última reforma previdenciária realizada para a União. "Também trata da desoneração da folha dos Municípios, propondo que a alíquota patronal do RGPS seja de 8% em 2024, 10% em 2025, 12% em 2026 e 14% a partir de 2027".

A entidade apresentou a proposta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que inclusive declarou à imprensa nesta quarta-feira a agenda com os Municípios por meio da CNM; ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco; ao ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha; ao secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães; além de lideranças no Senado."